

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOESPACIAL E REGIONAL

ANTERO CARNEIRO RIBEIRO FILHO

**QUE (DES)ENVOLVIMENTO? COMMODITIES AGRÍCOLAS E
MONOCULTIVO DE SOJA NA MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA**

São Luís
2015

ANTERO CARNEIRO RIBEIRO FILHO

**QUE (DES)ENVOLVIMENTO? COMMODITIES AGRÍCOLAS E
MONOCULTIVO DE SOJA NA MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional.

Orientadora: Prof^ª. Zulene Muniz Barbosa

Área de concentração: Desenvolvimento e diversidade regional

Linha de pesquisa: Desenvolvimento, Estado e Diversidade Regional

São Luís
2015

ANTERO CARNEIRO RIBEIRO FILHO

**QUE (DES)ENVOLVIMENTO? COMMODITIES AGRÍCOLAS E
MONOCULTIVO DE SOJA NA MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, sob a apreciação da seguinte banca examinadora.

Aprovado em 29 de dezembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Zulene Muniz Barbosa (Orientadora)
PPDSR/UEMA

Prof. Dr. Benjamim Alvino de Mesquita
Departamento de Economia/UFMA

Prof. Dr. José Sampaio de Mattos Júnior
PPDSR/UEMA

Dedico este trabalho aos meus familiares, em especial a minha esposa e filho, Ana Carolina e Henri, a minhas mães, Antonia Reis e Cacilda Reis, a meu irmãos e parceiros João Ribeiro (JB), Oton Nelson e Dayse Pestana, pelo apoio que sempre disponibilizaram para o alcance de mais esse objetivo.

AGRADECIMENTOS

Aos meus amores Carol, Henri, João e Antônia.

Ao GEMARX, em especial, Acrísio Mota, Hugo Rodrigues, Jhonny Santos, Raquel Araújo, Mariana Sulidade, Adriano Negreiros e Sara Valois, pelos valorosos debates.

Aos amigos sempre presentes Dayse, Rômulo, Milito, Índio, Elias, Moreno, Johnny Sorato e demais companheiros da Resistência.

A Zulene Muniz Barbosa, pela orientação e tranquilidade, e aos demais professores, sobretudo a José Sampaio.

Ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional.

“A vida tornou-se a ideologia da sua própria ausência.”

Theodor Adorno

RESUMO

Este estudo analisa a contradição existente a produção agrícola para commodities e desenvolvimento. Destacando que expansão e consolidação de um sistema de agronegócios por todo o globo terrestre certamente constituíram uma das manifestações mais importantes dos processos de globalização do mundo atual e que tem se implantado de forma significativa em toda a América Latina. Questiona como o Brasil tem sido projetado para abastecer o mundo com energia barata (biomassa) no contexto de mudança da matriz energética mundial, procura verificar o que está por detrás do discurso do novo padrão agroenergético imposto a agricultura, e se o mesmo se constitui numa alternativa realmente sustentável. Analisa o processo de subordinação da agricultura a indústria, procurando traçar os novos rumos da agricultura moderna, afirmando que a agricultura confronta o capitalismo como um processo de produção natural, fazendo uma releitura do que diz a tradição clássica do Marxismo de Lênin, Kautsky e Chayanov, enfatizando o que não concordamos e o que acrescentamos nesta discussão, e qual a questão central no nosso ponto de vista em relação aos avanços tecnológicos na agricultura. Para tanto, abordamos os (des)encontros entre a prática do campesinato, atividade de longa nestas chapadas e suas características, como a solidariedade entre as comunidades tradicionais, o uso comunal das chapadas (regiões mais planas), o extrativismo, a criação de animais de pequeno porte, o cultivo de culturas alimentares (milho, arroz, feijão e mandioca), e a recente prática da atividade monocultora, e suas peculiaridades principais, como a apropriação privada das chapadas, a superexploração dos recursos naturais, necessidade de grandes áreas, o desmatamento, uso abusivo de agrotóxicos, assoreamento de rios e nascentes.

Palavras-chave: Capitalismo. Agricultura. Desenvolvimento.

ABSTRACT

This study examines the contradiction existing agricultural production to commodities and development. Noting that expansion and consolidation of an agribusiness system across the globe certainly been one of the most important manifestations of globalization processes in the world today and has deployed significantly throughout Latin America. Questions how Brazil has been designed to supply the world with cheap energy (biomass) in the context of change in the world energy matrix, endeavor to verify that this behind new standard speech agro-energy tax agriculture, and whether it constitutes a truly sustainable alternative. Analyzes the process of the agriculture industry subordination, seeking to draw the new directions of modern agriculture, stating that agriculture confronts capitalism as a natural production process, making a reinterpretation of the classical tradition says that the Marxism of Lenin, Kautsky and Chayanov , emphasizing that do not agree and we add in this discussion, and which the central issue from our point of view in relation to technological advances in agriculture. Therefore, we address the (un) meetings between the practice of the peasantry, long activity in these plateaus and its characteristic, such as solidarity between traditional communities, the communal use of plateaus (flatter regions), the extraction, breeding small, the cultivation of food crops (maize, rice, beans and cassava), and the recent practice of monoculture activity, and its main peculiarities, such as private ownership of plateaus, overexploitation of natural resources, the need for large areas, deforestation, overuse of pesticides, siltation of rivers and springs.

Keywords: Capitalism. Agriculture. Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 -	EUA: Metas dos Biocombustíveis.	31
Figura 02 -	Águas e Terras Disponíveis por País na Visão dos Agronegociantes.	33
Figura 03 -	Brasil: Agricultura x pastagens	35
Figura 04 -	Principais características dos modelos de desenvolvimento da América Latina anos 70-90.	58
Figura 05 -	Aquisições da Monsanto (2000-2007)	67
Figura 06 -	Aquisições da Bayer (2000-2007)	67
Figura 07 -	Aquisições da Syngenta (2000-2007)	68
Figura 08 -	Regiões produtoras de soja e sistema de ferrovias	85
Figura 09 -	Cerrado brasileiro abrangendo os estados de MT, MS, GO, MG, BA, TO, PI e MA.	88
Figura 10 -	Microrregião de Chapadinha.	89
Figura 11 -	Nas áreas mais escuras houve aumento da área plantada.	101
Figura 12 -	Manifestação da população local contra a implantação de grandes projetos de monocultura.	112
Figura 13 -	Cultivo de soja em área plana no município de Anapurus.	115
Figura 14 -	O pequi (esquerda) e o bacuri estão entre os frutos mais importantes para o extrativismo no cerrado Leste Maranhense.	117
Figura 15 -	Correntão, prática comum para o desmatamento de áreas do cerrado.	118
Figura 16 -	Área desmatada para o plantio de soja na Microrregião de Chapadinha.	118

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 -	Disponibilidade de terras aráveis por país	28
Gráfico 02 -	Área em potencial x área ocupada	30
Gráfico 03 -	Exportação do complexo soja-milho de 2002 a 2012	86
Gráfico 04 -	Área plantada de soja em ha no município de Buriti, microrregião de Chapadinha.	98
Gráfico 05 -	Principais países exportados de defensivos	
Gráfico 06 -	Dados referentes ao aumento da área plantado com soja em hectares no município de Brejo.	99
Gráfico 07 -	Aumento da área plantado com soja em hectares no município de Chapadinha.	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 -	Peso do Agronegócio Brasileiro no Comércio	27
Tabela 02 -	Ranking do agronegócio brasileiro	27
Tabela 03 -	Principais países exportadores de milho	74
Tabela 04 -	Principais países exportadores de arroz	74
Tabela 05 -	Principais países exportadores de soja	75
Tabela 06 -	Principais países exportadores de trigo	75
Tabela 07 -	Evolução do faturamento líquido	76
Tabela 08 -	Principais países importadores de soja	86
Tabela 09 -	China: evolução da importação de óleos e oleaginosas (milhões de toneladas)	88
Tabela 10 -	População residente (pessoas) na sede do município (2010)	90
Tabela 11 -	População residente (pessoas) na sede do município (2000).	91
Tabela 12 -	Área e densidade demográfica da unidade territorial	91
Tabela 13 -	Número e área dos estabelecimentos da Microrregião de Chapadinha	92
Tabela 14 -	Percentual (%) do número e área dos estabelecimentos da Microrregião de Chapadinha	92
Tabela 15 -	Uso da terra da Microrregião de Chapadinha segundo a área dos estabelecimentos	93
Tabela 16 -	Pessoal ocupado na agricultura – Microrregião de chapadinha (2010).	94
Tabela 17 -	Efetivo do rebanho bovino	100

LISTA DE SIGLAS

ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
ANDA	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS VENDEDORES DE ADUBO
ABEF	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES E EXPORTADORES DE FRANGOS
ABIEC	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNES
ABIOVE	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ÓLEOS VEGETAIS
ABAG	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROBUSSINESS
APACEL	ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DO CERRADO LESTE
BID	BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
BM&F	BOLSA DE MERCADORIAS E FUTUROS
CONAB	COPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
EMBRAPA	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
ICONE	INSTITUTO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO E NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS
INCRA	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA
IWMI	INTERNATIONAL WATER MANAGEMENT INSTITUTE
MAPA	MINISTERIO DA AGRICULTURA PECUARIA E ABASECIMENTO
P&D	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO
PNUMA	PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE
PRODECER	PROGRAMA DE COOPERAÇÃO NIPO - BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS
USDA	UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE
UNICA	UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA
USP	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SUDENE	SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO - O episódio da agricultura no capitalismo.....	14
I	APRESENTAÇÃO.....	17
II	QUESTÃO DE MÉTODO.....	20
2.	A DOMINAÇÃO CAPITALISTA DA AGRICULTURA.....	24
2.1	AGROENERGIA UMA ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL? OUTROS SIGNIFICADOS PARA A MATÉRIA- PRIMA NA AGRICULTURA.....	24
2.2	A SUBORDINAÇÃO DA AGRICULTURA A INDÚSTRIA: RUMOS DA AGRICULTURA CONTEMPORÂNEA.....	36
2.3	O LUGAR DA QUESTÃO CAMPONESA NA TEORIA DO CAPITALISMO.....	45
3.	A REESTRURAÇÃO DO CAMPO MARANHENSE: expansão capitalista e modernização.....	56
3.1	A REPRODUÇÃO DO CAPITAL NA AGRICULTURA.....	64
3.2	PRODUÇÃO AGRÍCOLA PARA COMMODITIES: O LOCAL, O NACIONAL E O TRANSNACIONAL.....	80
4.	A PRODUÇÃO MONOCULTORA NA MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA.....	89
4.1	CARACTERIZAÇÃO SÓCIO ECONÔMICA DA MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA.....	89
4.2	O MONOCULTIVO NA MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA.....	95
4.3	OS DES-ENCONTROS ENTRE AGRONEGÓCIO E OS CAMPONESES DO CERRADO.....	105
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
6	REFERENCIAS.....	128

INTRODUÇÃO – O EPISÓDIO DA AGRICULTURA NO CAPITALISMO

É conhecido que uma revolução “agrícola precedeu”, na Europa, a revolução industrial. Sabe-se também que no intervalo entre o fim da idade média feudal e a revolução industrial situam-se três séculos difíceis de qualificar (AMIM, 1977), de tal forma que as relações sociais e econômicas tornam-se complexas. Além disso, sabemos que a indústria capitalista progride rapidamente na Europa do século XIX, enquanto a agricultura marca passo e conserva características atrasadas. Enfim, sabemos bem que a partir do final do século XIX, e talvez ainda mais tarde, após a primeira ou mesmo a segunda guerra mundial, a agricultura europeia e norte-americana dá um grande salto adiante com a generalização dos fertilizantes químicos; em resumo industrializa-se.

Apontamos, pois, três etapas: primeira – que consideramos como etapa do mercantilismo, do século XV ao século XIX, diferenciada por uma primeira transformação da agricultura, sua mercantilização e a desagregação das relações de produção feudais; segunda – a do século XIX, caracterizada pela realização do modo de produção da indústria; terceira – a do século XX, caracterizada pela industrialização da agricultura. A cada etapa correspondem relações agricultura/outras atividades (manufatureira, comércio e em seguida indústria) diferentes. Considerando a filosofia do materialismo dialético, a tese que nos apoiamos é a seguinte: as relações de produção capitalista aparecem inicialmente na vida rural, mas limitadas pela resistência do modo de produção feudal; em seguida essas relações se transportam para o campo de atividades novas, a indústria urbana, onde assumem forma definitiva e abandonam a agricultura: enfim, apropriam-se de toda a vida social e integram a agricultura de forma tal e muito mais aprofundada. Este movimento oscilante caracteriza a história das relações capitalistas centrais. Veremos que não acontece o mesmo com as formações capitalistas periféricas.

Considerando a primeira etapa: a do mercantilismo. Mas colocando-a sobre o ponto de vista da periferia nascente do sistema capitalista mundial em formação. Esse período corresponde na realidade ao período de acumulação primitiva. Enfatizamos que

durante este período constituem-se os dois polos necessários à realização do capitalismo: o capital e o proletariado, mas eles não se defrontam realmente até a revolução industrial, visto que o capital reveste-se ainda de uma forma pré-histórica: a da acumulação de uma riqueza mobiliária (em dinheiro) na burguesia mercante da Europa atlântica. Esta burguesia acumula pelo monopólio do comércio triangular e o controle da exportação escravagista exportadora das Américas. Este tipo de acumulação não difere (ainda) da que caracteriza o comércio a distância pré-capitalista: trata-se apenas de uma antecipação monopolística operada sobre trabalho dos escravos, de um lado, e a renda dos feudais, de outros, então é Capital, no sentido verdadeiro, apenas potencialmente.

A revolução industrial inaugura uma segunda época. Depois de ter aparecido embrionariamente no mundo rural, as relações capitalistas surgem, se completam e se desenvolvem na indústria. O dinheiro, que pode ser transformado em capital está lá: o proletariado também já existe. A oferta de produtos agrícolas choca-se com a insuficiência do mercado artesanal: um poderoso motivo aparece para permitir aos artesãos inventar as primeiras máquinas. Bem compreendida esta parte, a nova classe capitalista industrial não descende, necessariamente, da antiga burguesia mercante. Esta deixou-se muitas vezes absorver-se pelo sistema: comprou terras e títulos de nobreza. O novo camponês rico, ou o gentleman farmer, o aventureiro das finanças ou o fornecedor da corte e dos exércitos arrecadam todo o dinheiro acumulado em outras partes e estabelecem novas indústrias.

A terceira fase inicia-se com a industrialização da agricultura que, sobretudo, fornecera mais produtos à cidade e recebera em troca não apenas produtos manufaturados de consumo, mas essencialmente os insumos (adubos, equipamentos, energia, etc.). Esta fase vai se tornar particularmente variada em suas formas de expressão, por que se manifesta a partir no momento em que o sistema mundial está constituído sob o bastão do capital monopolista. É apenas a partir da terceira fase do desenvolvimento do capitalismo que se inicia verdadeiramente a subordinação da agricultura ao capital, uma vez que coincide com a fase do imperialismo, isto é, a constituição do sistema mundial em sua forma atual definitiva.

O capitalismo contemporâneo foi historicamente construído precisamente em função da resposta que o modo de produção capitalista encontrou para sua crise estrutural dos anos 60/70 do século passado. Suas possibilidades, limites, lógica, só são inteligíveis a partir dessas respostas. Essa resposta incluiu: (i) processo de

reestruturação produtiva que, dentre outras coisas, promoveu a redução dos tempos de rotação do capital e, portanto, eleva a taxa anual ou periódica de mais-valia, conseqüentemente da taxa anual ou periódica de lucro (Marx, 1988, vol. III, seção II); (ii) reformas estruturais nos mercados de trabalho que implicaram no aumento da taxa de mais-valia, tanto nos países centrais da acumulação mundial de capital quanto nos países periféricos; (iii) aumento da parcela do valor produzido pelo capitalismo periférico para a apropriação/acumulação nos países centrais, seja por mecanismos ligados a concorrência dentro e entre setores produtores de mercadorias, ou ainda por formas de remessa de recursos como serviço da dívida externa e transferência de lucros e dividendos, em função do investimento direto estrangeiro; (iv) expansão dos mercados, dada a intensificação dos processos de abertura comercial e liberalização financeira, que estão na raiz do processo dado em (iii); (v) mudança da lógica de apropriação/acumulação do capital, segundo as determinações dadas pelo que Marx denominou de capital fictício¹.

A atual fase do capitalismo, é referenciada por um processo de mundialização do capital. Neste sentido, concordamos com Chesnais (1996) para diferenciar mundialização de globalização. A mundialização da economia, segundo este autor, representa muito mais do que a internacionalização da economia, trata-se de uma nova configuração do capitalismo mundial, “um processo de contornar, atenuar e, por fim, desmantelar as fronteiras físicas e regulares que constituem obstáculo à acumulação do capital à escala mundial” (CHENAIS, 1996, p. 6). E Chesnais afirma que “o estilo de acumulação é dado pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros (os fundos mútuos e fundos de pensão), cuja função é frutificar principalmente no interior da esfera financeira” (p. 15).

No momento atual da economia financeirizada, o capital fictício² tem um papel preponderante no preço da terra e das commodities agrícolas (BRYAN, 2007), sendo que acontece o seguinte cenário: a produção que vai ser plantada hoje, para ser

¹ A opção neste sentido é investir parte dos lucros não produtivamente, mas virtualmente, ou seja, investir em capital fictício. É esta atividade misteriosa do dinheiro produzir dinheiro que tem atraído enormemente os investidores capitalistas, de forma a que esta última forma prevaleça sobre o capital produtivo. Este momento do capitalismo passa ser caracterizado como capitalismo de acumulação predominantemente financeira (Chesnais, 1996).

² O capital fictício diz respeito a títulos negociáveis, o que marca uma diferença fundamental com relação ao capital portador de juros (financeiro), considerado em si mesmo, e lhe confere uma dinâmica própria. Ademais, no capital fictício o montante originário não necessariamente se destina à aplicação efetiva de capital, isto é, à produção de mais-valia (MARX, 2006, p.618), enquanto que o capital portador de juros de alguma forma (mesmo indiretamente, quando, por exemplo, destina-se ao financiamento de atividades puramente comerciais) está sempre ligado à produção de mais-valia.

colhida daqui a 6 meses, e vai vendida com o preço de daqui a 6 meses tem toda a sua lógica alterada. O que o capital fictício faz na expectativa de que o preço daquele produto, que ainda vai ser colhido, aumente, em relação ao preço atual, compra esta produção antes de ter sido plantada, na verdade compra o direito de comercialização da produção, considerando que o preço é uma média de mercado, então os capitais fictícios tentam antecipar a expectativa de preço futuro, e compra a produção que ainda não existe hoje, resultado; o preço que deveria subir daqui a 6 meses, sobre hoje. Acontece que, se vale para a alta dos preços, vale para a baixa. Então, se os capitais esperam que o preço seja menor no futuro, o preço despenca na verdade hoje, e se tem excesso de oferta de papeis.

Sendo que o capital tem sua valorização/desvalorização seguindo o ciclo da lógica de acumulação capitalista, e a economia capitalista não atua em expansão nem retração, mas sim em ciclo, esta antecipação do preço futuro das commodities determina não só o preço das commodities, mas também da terra. Considerando que as mercadorias não vendidas pelo preço de produção, mas sim pelo preço de mercado, se um setor tem a capacidade de deixar a demanda acima da oferta durante algum tempo, terá um preço de mercado acima do preço de mercado, obtém-se, pois um super lucro (CHENAIS, 2005), o que neste nível de abstração é renda de monopólio, dessa forma o capital mantém-se preso à lógica da valorização fictícia.

O atual processo de subordinação da agricultura ao setor industrial do recente modelo biotecnológico tem diversas implicações negativas. Trata-se de um modelo agrícola que se especializa cada vez mais na produção de biomassa, deixando a produção de alimentos para segundo plano. A experiência brasileira das últimas duas décadas indica que as políticas neoliberais representaram uma nova e forte ofensiva de recolonização pelas classes capitalistas e suas frações. Esta estratégia de acumulação comandada pelas grandes corporações globais enreda o Brasil, e os países da América Latina, a uma reconversão econômica, representada pela internacionalização de suas economias como sendo uma clara tendência a reprimarização (commodities agrícolas e minerais). No bojo desta dinâmica, o agronegócio se firma não apenas como modelo de desenvolvimento para a agricultura brasileira, mas para o país como um todo.

I APRESENTAÇÃO

O presente estudo analisa a produção monocultora da soja na Microrregião de Chapadinha (leste do Maranhense) como parte do processo mundializado de produção de commodities agrícolas. Busca debater contradição existente entre o monocultivo de larga escala e produção agrícola para commodities no maranhão numa perspectiva de desenvolvimento. Discute o papel do Estado como instrumento de classe na efetivação deste processo, e procurar investigar os impactos do agronegócio sobre a agricultura camponesa tradicional, demonstrando o real significado do ponto da acumulação capitalista (bem como de suas crises) a mudança de uma agricultura que produz alimentos para uma agricultura que produz energia (biomassa). Dessa forma verifica os interesses divergentes na reprodução (expansão) do capital financeiro/fictício na produção agrícola, enfatizando que apenas a compreensão da categoria capital financeiro *strictu sensu* já não é mais suficiente para compreender a lógica de reprodução e ampliação do capital no século XXI, dado o nível de financeirização das economias centrais e periféricas, e dado o nível de fluxo financeiro nas atividades especulativas de derivativos e mercados futuros, sendo importante a compreensão do termo capital fictício, não como capital separado (diferenciado) dos demais, mas sim como lógica de valorização, uma vez que as commodities hoje tem mais haver com a lógica de valorização do capital fictício do que o financeiro.

Partimos do pressuposto de que a Microrregião de Chapadinha está inserida no circuito global de produção e realização de mercadorias no segmento agrícola. “Afirmamos que é global porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos”, ou seja, o capital investido não pertence àquela região, a tecnologia usada na reprodução agrícola não é nacional, o destino da produção é exportação, e quem cria a demanda bem como quem define os preços não são aspectos políticos ou econômicos regionais/nacionais. Enfim, as principais decisões político-econômicas que afetam essa Microrregião não são tomadas nesse local, nem nesta Periferia, é, sobretudo, no Centro. Esse modelo de produção agrário-agrícola estabelece uma forte aliança oligárquica entre; (1) as grandes corporações financeiras internacionais, (2) as grandes indústrias-laboratórios de adubos e de fertilizantes, de herbicidas e de sementes, (3) as grandes cadeias de comercialização ligadas aos supermercados e farmácias e (4) os grandes latifundiários (empresas) exportadores de grãos. Não se pode ignorar que com a globalização o capital facilmente se articulou aos mercados regionais e locais e o que busca agora, é

justamente a padronização da produção, através do controle de qualidade e a unificação dos hábitos de consumo mundialmente, afinal, essa é a sua lógica de reprodução.

No Maranhão, a intervenção do Estado é no sentido de garantir a exportação de commodities agrícolas bem como a reprodução de condições que favoreçam o domínio das classes e frações de que detém maior poder econômico. De modo sistemático essa lógica tem contribuído para a reprodução do quadro de pobreza extrema no estado. Apesar das políticas agrícolas aparecerem nas estatísticas oficiais como amenizadora das dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores, elas são pensadas visando quase sempre o favorecimento da classe dominante, ou seja, do grande produtor. Em função disso, as políticas para a agricultura continuam reproduzindo as mesmas assimetrias. Observe-se que agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária (OLIVEIRA, 2002).

Diante disto o trabalho questiona o modelo do desenvolvimento baseado na exportação de commodities agrícolas, que nada mais são que produtos primários financeirizados, acrescentando que este padrão apenas reforça a condição do Brasil como colônia no sistema capitalista mundial, um produtor barato de matéria prima, e de como este sistema assegura ao maranhão a falta de dinamismo econômico, uma vez que estes empreendimentos monocultores são verdadeiros enclaves ao desenvolvimento regional, já que este capital na agricultura vai se dar de forma financeirizada e extremamente exploradora de recursos naturais.

O agrobusiness aparece como um dos setores responsáveis pelos sucessivos superávits na balança comercial brasileira, e o grande dinamizador da economia maranhense (e brasileira). O grande paradoxo é que esses dólares do superávit gerado pelo agronegócio não podem ser usados para dar dinamismo ao país, ou seja, estes dólares não podem ser investidos em educação, saúde, infraestrutura, desenvolvimento tecnológico ou quaisquer programas sociais que sejam. De maneira bem simples, para o agronegócio crescer precisa que outros segmentos ou setores não cresçam. Quando os economistas defensores deste modelo, o agronegócio, afirmam que o mesmo é responsável pelo equilíbrio externo, gerando as divisas que nos suprem de dólares para pagar o déficit na conta corrente com o exterior, estão realmente falando a verdade. Mas também é verdade que, por esta estratégia com que o agronegócio se viabiliza, e que lhe confere tanto poder na conjuntura, a economia regional (e nacional) não sai do lugar. Dentro do modelo atual de ajuste macroeconômico, os dólares que entram pelas

exportações, transformados em Reais, não podem se propagar para o conjunto da economia (DELGADO, 2012), gerando um autêntico efeito de impulsão sobre a demanda interna. Isto afetaria para menos o saldo comercial externo, via pressão importadora, comprometendo o serviço da dívida externa. A maneira de evitar o efeito de impulsão é enxugar a liquidez da economia, coisa que se casa feito mão à luva com os métodos do “ajuste estrangido” que nos é repostado pela política econômica atual.

Então a realidade do agronegócio maranhense é, na verdade, uma grande contradição, porque realiza a associação do grande capital agroindustrial e financeiro com a grande propriedade fundiária, perseguindo um projeto de expansão agrícola e territorial (lucro + renda da terra) de caráter fortemente excludente: dos índios, da Reforma Agrária, do emprego da força do trabalho não qualificada, do meio ambiente protegido, da função social da propriedade fundiária, da agricultura camponesa etc. Considera-se apenas o agronegócio e esquece-se do resto, por isto, vale o questionamento, que desenvolvimento? Que benefícios? E uma vez que agronegócio tem vivenciado ciclos de expansão e retração estando sujeito ao humor do comércio internacional principalmente da variação do dólar. Em face dessas oscilações, a intervenção do Estado é necessária para garantir estabilidade ao setor (FABRINI, 2010). Isso implica dizer que, o agronegócio não possui sustentabilidade econômica como quer fazer crer os agronegociantes. Ou seja, para garantir sustentabilidade e eficiência econômica o agronegócio demanda do Estado uma série intervenções e garantias jurídicas e políticas.

II QUESTÕES DE MÉTODO

Quando se estuda a agricultura na economia capitalista, pensa-a geralmente em termos do desenvolvimento do capitalismo agrário, mas é tão necessária a compreensão sobre a dominação do modo de produção sobre a agricultura quanto a de capitalismo agrário. Mas o que é capitalismo? Quais são as categorias que nos permitem compreender/analisa-lo? O capital volume I nos dá os conceitos mais essenciais para o entendimento do modo de produção capitalista, portanto os mais abstratos e menos empíricos: a mercadoria fetiche e a dialética do valor, o capital como relação de classes e a força de trabalho-mercadoria; no nosso entendimento conceitos suficientes para compreender a essência do modo capitalista, a geração e a forma específica do excedente que o caracteriza, em oposição exatamente ao que o precede historicamente.

É por isso que a lei geral do modo, a lei da acumulação, é aí formulada; por isso também, a gênese histórica, a acumulação primitiva – aí é feita. Não há portanto necessidade de nenhum conceito complementar para responder as três perguntas fundamentais: o que é o capitalismo, de onde ele vem, pra onde ele vai?

O capital aparece então, inicialmente, como uma relação social de classes: existe por que os meios de produção são controlados por uma classe e a outra possui apenas sua força de trabalho para vender. O capitalismo, é pois, inicialmente, uma relação social global, na escala de toda a sociedade. O empirismo apreende o capital a partir dos fenômenos imediatos: os equipamentos em que se cristaliza, as unidades de produção parceladas onde estes equipamentos estão localizados. O hábito da economia tradicional partir da “microeconomia” reflete, simplesmente sua incapacidade de compreender que o todo é superior a soma das partes. Essa observação é essencial para a análise das relações indústria/agricultura ou países dominantes centrais/agricultura brasileira dominada, bem como é importante para a correta análise commodities/capital financeiro/fictício o entendimento de que no modo de produção capitalista ocorre a dominação do processo de circulação de mercadorias sobre os processo de produção das mesmas.

Para Marx (1983), o método do conhecimento não é independente da definição do objeto que se propõe investigar. Ele parte da suposição de que a economia capitalista não é um aglomerado nem uma soma de partes isoladas, mas forma uma totalidade contraditória e dialética. Descobrir as determinações recíprocas entre essa totalidade e suas partes, constitui a essência do método dialético do conhecimento elaborado por Marx. O ponto de partida de toda investigação, para Marx, é a realidade concreta, empírica, sensorial, histórica, a partir da qual, fazemos experiências, coletamos as informações básicas, fazemos as primeiras induções, analisamos criticamente os dados, selecionamos e abstraímos o que julgamos mais importante, fazemos as perguntas e formulamos as primeiras hipóteses e conjeturas de explicação teórica.

O método dialético se expressa através das atividades de abstrair as partes, e de reconstruir o todo concreto, as quais constituem um único processo teórico do conhecimento: ir do concreto real ao abstrato, e deste ao concreto concebido pelo pensamento, forma um único processo, cujos momentos se implicam mutuamente, cada um dos quais se realiza através do outro. O momento da abstração aparece como momento que se apaga e se realiza no momento seguinte, o momento dominante, que

consiste na reconstrução do todo concreto. Por isso, ir do abstrato ao concreto, como diz Marx, sem ir, ao mesmo tempo, do concreto ao abstrato, fazendo a crítica das abstrações, levaria a um conjunto vazio de abstrações; mas, por outro lado, ir do concreto ao abstrato, sem hipótese, também não leva a uma teoria, mas apenas a um conjunto de abstrações desordenadas; por esse motivo, as abstrações devem ser feitas a partir de um princípio unificador, uma pressuposição da existência e uma determinada concepção do todo; cada passo da análise e da abstração deve ter em conta, desde o começo, esse todo, que ultrapassa a intuição e a representação; análise (abstração) e síntese (concreção) formam um único método do conhecimento.

Não há dúvida de que os teóricos do positivismo, tanto os clássicos como os contemporâneos, fazem a crítica ao marxismo a partir de uma caricatura, bastante grosseira, do que seria essa teoria. Na maioria das vezes, o marxismo é percebido como um economicismo, isto é, uma teoria para a qual os agentes políticos estariam a serviço dos interesses "da economia" ou, mais propriamente, dos agentes econômicos. Essa deformação do marxismo, manobra que permite rejeitá-lo sem maiores problemas, pode ser lida tanto em Gaetano Mosca (1939), como em Raymond Aron (1991) ou em Pierre Birnbaum (1994).

Diante do exposto, a concepção que nos interessa de Estado capitalista é que este deve ser explicado a partir dos vínculos objetivos (e não subjetivos, isto é, interpessoais) existentes entre essa instituição política e a estrutura de classes (POULANTZAS, 1969); logo, aqueles que controlam, dirigem ou ocupam os principais centros de poder do aparelho estatal (a "burocracia"), independentemente de sua origem social, crenças e motivações específicas, estão destinados, queiram ou não, a reproduzir a função objetiva do Estado, que consiste em manter a coesão social de uma determinada formação social (POULANTZAS, 1971); isso seria válido mesmo em qualquer forma de regime político (democracia burguesa, ditadura militar, fascismo, estatismo autoritário), onde o pessoal que comanda a gestão política do Estado é sensivelmente diferente (POULANTZAS, 1970, 1975, 1978). Colocamos então que o questionamento central deve ser "que relações sociais de dominação o Estado reproduz?", e não "quem decide?" ou "quem governa?", sendo essas duas últimas questões menores ou mesmo desimportantes quando comparadas à primeira.

Compreende-se o método crítico-dialético e a filosofia do materialismo histórico essencial para captar as mudanças na realidade local como um espaço e influência da política econômica global e de suas múltiplas determinações. Para dar

conta do objeto a metodologia empregada de um lado, consistiu no trabalho minucioso de revisão bibliográfica (textos, livros, artigos, dissertações e teses, sites governamentais) no sentido apreender as teorias e os debates mais atuais relacionados ao tema. Do outro, o trabalho de campo, realizado na Microrregião de Chapadinha, com levantamentos de dados, informações (com entrevistas e observações) e análises a respeito da atuação/impactos da atividade monocultora associadas ao agronegócio, e ação/resistência de movimentos sociais.

Considerando a teoria do Centro e Periferia do sistema mundial, estamos certo de que se comete um erro fundamental cada vez se estuda um fenômeno particular de alguma parte do Terceiro Mundo procurando sua causa no próprio Terceiro Mundo, em vez de situa-la na dialética do sistema mundial. Então, a partir desta interpretação discutimos no segundo capítulo como o Brasil tem sido projetado para abastecer o mundo com energia barata (biomassa) no contexto de mudança da matriz energética mundial, procurando verificar o que esta por detrás do discurso do novo padrão agroenergético imposto a agricultura, e se o mesmo se constitui numa alternativa realmente sustentável. Analisamos também neste capítulo o processo de subordinação da agricultura a indústria, procurando traçar os novos rumos da agricultura moderna, afirmando que a agricultura confronta o capitalismo como um processo de produção natural. Finalizando o capítulo, buscamos esclarecer o lugar da questão camponesa na teoria do capitalismo, fazendo uma releitura do que diz a tradição clássica do Marxismo de Lênin, Kautsky e Chayanov, enfatizando o que não concordamos e o que acrescentamos nesta discussão, e qual a questão central no nosso ponto de vista em relação aos avanços tecnológicos na agricultura. E nessa perspectiva como fica a agricultura tradicional/campesinato, que conclusões podemos tirar, e se podemos antecipar alguma projeção.

Por entender que a compreensão crítica desta nova fronteira agrícola é resultado da convergência de políticas de Estado com os interesses históricos das diferentes frações burguesas, no terceiro capítulo abordamos a relação da política de modernização do campo no Maranhão articulada ao processo de expropriação do campesinato/pequena agricultura. Destacamos a Lei de terra de 1969 como um dos instrumentos de apropriação (i) legítima das terras de camponeses e de áreas devolutas ocupadas por posseiros e comunidades herdeiras de terras seculares, sendo um marco do novo capítulo da história dos conflitos agrários no Estado, indicando a forte presença do grande capital no campo Maranhense. Interpretamos também como se da na fase

atual do capitalismo a reprodução do capital na agricultura, e como o domínio dos grandes grupos internacionais colocam em xeque a reprodução do campesinato. Procuramos demonstrar como a produção agrícola é configurada de acordo com os interesses da reprodução do Capital. Concluimos o debate desta parte do trabalho abordando o significado da produção agrícola para commodities e qual o significado desta prática de produção para a financeirização da agricultura, e como se dá a articulação da produção na era dos Impérios Alimentares³ destacando que o desenvolvimento da biotecnologia não é meramente uma mudança de cunho técnico aplicada no processo de produção; mas um movimento expansivo, que resulta de uma intensa movimentação de capitais que visa à formação de mega-conglomerados no segmento da bioindústria.

No quarto capítulo propomos uma discussão acerca da produção monocultora na microrregião de Chapadinha, com ênfase na produção de soja, buscando analisar qual dinâmica do agronegócio e da agricultura camponesa nesta microrregião. Tendo em conta a distinção entre o padrão camponês e os padrões empresarial/capitalista de produção, destacando que esta análise é essencial para a compreensão das dinâmicas dessas realidades distintas e em constante conflito no mesmo território. Para tanto, abordamos os (des)encontros entre a prática do campesinato, atividade de longa nestas chapadas e suas características, como a solidariedade entre as comunidades tradicionais, o uso comunal das chapadas (regiões mais planas), o extrativismo, a criação de animais de pequeno porte, o cultivo de culturas alimentares (milho, arroz, feijão e mandioca), e a recente prática da atividade monocultora, e suas peculiaridades principais, como a apropriação privada das chapadas, a superexploração dos recursos naturais, necessidade de grandes áreas, o desmatamento, uso abusivo de agrotóxicos, assoreamento de rios e nascentes.

2. A DOMINAÇÃO CAPITALISTA DA AGRICULTURA.

2.1. Agroenergia uma alternativa sustentável? Outros significados para a matéria-prima na agricultura.

No século XXI o debate em torno do aquecimento global tem sido amplamente pautado pela grande mídia. Entre os recém-convertidos estão os grandes

³ Aliança estratégica entre a indústria de processamento, as grandes empresas de comercialização e de cadeias de supermercados que exercem um poder monopólico crescente sobre as relações que encadeiam a produção, o processamento, a distribuição e o consumo de alimentos.

produtores de petróleo os grandes latifúndios empresariais de monoculturas. Segundo Houtart, 2010 os Estados Unidos construiu a sua hegemonia no mundo por meio do domínio das fontes de energia fóssil, base de todo o complexo sistema tecnológico-industrial que tem no uso generalizado dos motores Otto e Diesel seu cerne. Foi o primeiro país do mundo a explorar comercialmente o petróleo, (1859) em aliança com outras potências imperialistas ou contra elas, nesse casos por meio de poderio militar exercendo o controle sob áreas estratégicas de jazidas de petróleo e carvão, conferindo-lhe uma posição relativamente confortável⁴.

A hegemonia estadunidense, sobretudo no após a 2ª. Guerra conseguiu manter o petróleo barato, pelo menos até os anos 1970 quando desencadeou a primeira crise do petróleo (1973) impulsionada em grande parte pela onda de nacionalismos de variados matizes que cobriu a África, a Ásia, a América Latina e o Oriente Médio⁵.

Neste contexto uma revolução nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia foi posta em prática (Porto-Gonçalves, 2006) passou-se falar de novos materiais, de economia de uso dos recursos naturais, sobretudo os não-renováveis. Fala-se pela primeira vez, e abertamente dos limites dos recursos naturais para o crescimento econômico (Porto-Gonçalves, 1983). Naquele contexto um ecologismo empresarial começava a disputar espaço no interior do movimento ambientalista.

A partir dos anos 1970, alguns países conseguiram avançar tecnologicamente na busca de fontes renováveis de energia, como é o caso do Brasil (MORENO, 2006). Todavia, a conditio qua non capitalista, com sua lógica balizada pelas taxas de lucro (e cada vez mais pelas taxas de juros), se colocou como o maior obstáculo para que uma verdadeira transição de matriz energética se generalizasse. A derrota imposta aos projetos socialistas e nacionalistas conseguiu manter o petróleo

⁴ O caráter relativo dessa posição sempre esteve no horizonte dos estrategistas estadunidenses. É o que se pode ler num relatório de 1928, onde se registra que os EUA é “responsável por quase ¾ da produção mundial de petróleo”, mas que “apesar da produção gigantesca, desde 1914 o enorme consumo [80,1% dos automóveis do mundo] não pôde ser suprido pela produção de fontes próprias” (Pahl, 1928, apud Altvater, 1995: 96).

⁵ Sobre o nacionalismo, Noam Chomsky teve o mérito de nos alertar para esse fato fundamental para entendermos o novo período que a partir daí se inicia, quando o desmonte do Estado vai se tornar uma verdadeira obsessão. O fato de muitos movimentos de esquerda terem se associado às lutas de libertação nacional, no contexto da Guerra Fria, fez com que as lutas que nesse contexto se desenvolveram fossem interpretadas como se fossem lutas entre o capitalismo e o socialismo. Todavia, a crise do socialismo em finais dos anos 80, só viria confirmar, pela continuada política de desmonte do Estado-Nação e de qualquer vejeidade nacionalista, que a desconstrução do Estado Nacional se coloca como o cerne das políticas neoliberais que nasceram junto com a crise do petróleo e tiveram sua primeira sistematização no Chile, em 1976.

barato até os finais dos anos 1990, o que tornava economicamente inviáveis, ainda que necessárias, outras alternativas energéticas.

Entender o que está em curso implica saber quem está protagonizando essa “transição energética” (HOLT-GIMÉNEZ, 2007). Desde 2006, foi constituída a AIE - Associação Interamericana de Etanol - tendo como seus dois principais dirigentes o Sr. Roberto Rodrigues. Trata-se da conformação de uma aliança política, agora à escala global, do que já vinha sendo forjado no Brasil desde os anos de 1970 quando, a partir da crise do petróleo, o governo ditatorial brasileiro desenvolveu um grande programa de produção de combustível a partir de biomassa, o Proálcool. Já à época, os velhos usineiros latifundiários com suas monoculturas de cana de açúcar (no poder a cinco séculos no Brasil) se transformaram nos grandes heróis nacionais⁶ por oferecerem uma alternativa de fonte energética à crise que havia se instalado com o aumento dos preços do petróleo. Novamente estamos diante de uma importante revolução tecnológica que surge na periferia do sistema mundo⁷ e, tal como a que se forjou à época colonial e que foi capaz de afirmar todo um bloco de poder que hegemonizou o mundo até o século XVIII (KOPLOW, 2006), essa nova revolução tecnológica se ensaia como um rearranjo nas relações-sociais-e-de-poder-por-meio-da-tecnologia com o controle das novas fontes de energia. Não é outro o sentido da Associação Interamericana de Etanol. No Brasil, o Proálcool selou uma aliança estratégica entre os usineiros de açúcar, os gestores estatais, centros de pesquisa e a indústria automobilística. Enfim, no tanque de gasolina estava selada uma aliança política entre dois grandes setores das classes dominantes que, por meio da tecnociência, e dos gestores estatais afirmavam sua ideologia moderno-colonizadora de cinco séculos.

⁶ Salientamos que não é a primeira vez na história do Brasil que essa classe se coloca a si mesma como sendo os “verdadeiros heróis nacionais”. Desde os primeiros engenhos de cana de açúcar introduzidos no Brasil, em 1532, que as relações do Estado com esse setor das classes dominantes são íntimas até porque as terras (sesmarias) que recebiam do Rei de Portugal só seriam mantidas se efetivassem a conquista territorial, objetivo maior da Coroa portuguesa. Ou seja, o interesse econômico dos Senhores de Engenho estava subordinado aos objetivos estratégicos de conquista territorial desde o período colonial e a desconsideração desses fatos por uma leitura economicista da história tem-nos impedido de entender os verdadeiros móveis da formação histórico-geográfica do território.

⁷ Por suas implicações epistêmicas e políticas é importante registrar que, mais uma vez, transformações capazes de engendrar ciclos tecnológicos a la Kondratieff têm sua origem na periferia do sistema mundo e não nos seus centros hegemônicos. No período colonial, a tecnologia de maior produtividade, os engenhos de açúcar, se desenvolvera na periferia do sistema mundo, primeiro no arquipélago de Cabo Verde e, depois, nos engenhos do Brasil, Cuba e Haiti. Afinal, daqui não se exportava matéria prima simplesmente, como nos ensinam os livros de História e de Economia, mas sim produto manufaturado, como o açúcar.

A experiência brasileira das últimas décadas indica que as políticas neoliberais impulsionaram uma nova ofensiva de recolonização. Essa estratégia de acumulação comandada pelas grandes corporações globais enreda o Brasil, e os países da América Latina, a uma reconversão econômica, representada pela internacionalização de suas economias tendo por base as commodities agrícolas e minerais. Para os Estados nacionais (de nações oprimidas) isso significa reproduzir em escala ampliada a dependência. A reprimarização da pauta de exportações brasileiras, hoje sob a égide do agronegócio.

Tabela 01. Peso do Agronegócio Brasileiro no Comércio Mundial de Alimentos - Participações em % (*).

Produto	2010/2011	2014/2015	2020/2021
Açúcar	54,8	54,8	54,8
Café verde/grão	36,1	36,1	36,1
Soja/grão	30,8	31,8	33,2
Farelo de soja	23,3	23,0	21,9
Óleo de soja	15,2	14,9	14,1
Milho	9,6	10,6	12,0
Carne Bovina	28,0	29,7	30,1
Carne Suína	10,1	10,7	11,8
Carne Frango	44,0	46,5	49,9

Fonte:USDA, 2011; AGE/MAPA, 2010; (*):Projeções

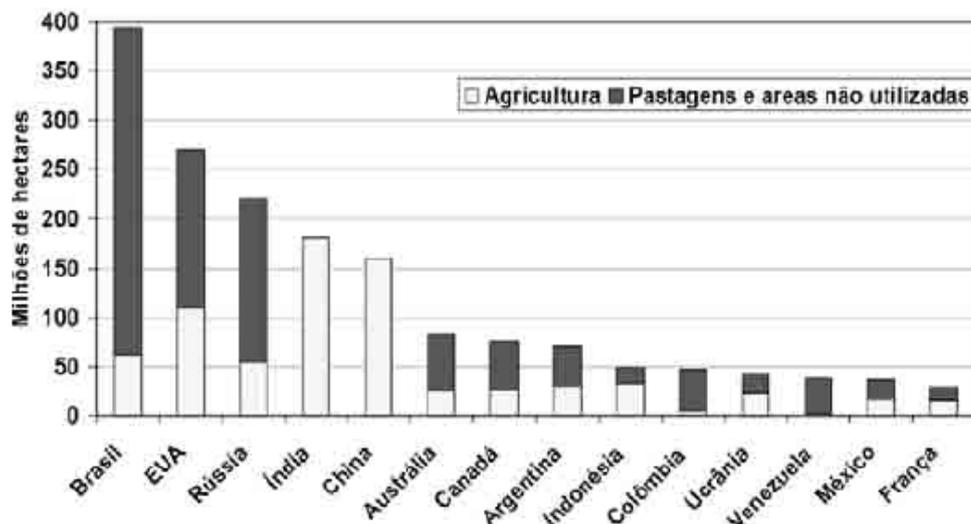
Tabela 02. Ranking do agronegócio brasileiro em comparação com o mundial 2012-2013.

Principais Produtos	Brasil – Ranking Mundial	
	Produção	Exportação
Álcool de cana	1°	1°
Açúcar	1°	1°
Café	1°	1°
Suco de Laranja	1°	1°
Tabaco	1°	1°
Complexo Soja	1°	1°
Carne Bovina	2°	1°
Carne de Frango	3°	1°
Milho	3°	2°
Frutas	3°	-

Fonte: MDIC/SECEX/MAPA/CONAB – Adaptação: própria

Os países do centro do capitalismo mundial não têm como suprir a demanda em termos de terras e água, quando se trata de energia de biomassa, pois, além da extensão de terras há que se considerar a disponibilidade de água e de luz solar (fotossíntese). É o que parece enxergar com lucidez o bloco de poder técnico-científico-agroindustrial-financeiro-midiático brasileiro (PORTO-GONGALVES, 2006), como se pode ver no dimensionamento que o ICONE⁸ faz das terras disponíveis no mundo e da disponibilidade de terras e de águas.

Gráfico 01. Disponibilidade de terras aráveis por país.



Fonte: FAO, (2011).

Esse padrão agrário-agrícola, o agronegócio, que se apresenta como o que há de mais avançado, sobretudo por sua capacidade produtiva, na verdade, atualiza o processo de colonização, materializado na aliança oligárquica entre “as grandes corporações financeiras internacionais, as grandes indústrias, a exemplo dos laboratórios de adubos, fertilizantes, herbicidas e sementes”, todos com origem nos países de capitalismo central. São indústrias que formatam grandes cadeias de

⁸ Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais, Instituição privada criada em 2003 “em resposta à necessidade de prover ao governo e ao setor privado estudos e pesquisas aplicadas em temas de comércio e política comercial, relacionados principalmente à área da agricultura e do agronegócio”, cuja missão é “entender a dinâmica global do agronegócio, da bioenergia e do comércio exterior por meio de pesquisa aplicada, contribuindo, assim, para aprofundar a inserção econômica do Brasil no mundo”, Conforme o site do ICONE (<http://www.iconebrasil.org.br/pt>).

comercialização ligadas aos supermercados e farmácias, associado a “grandes latifundiários e exportadores de grãos”.

Esses latifúndios produtivos são tão modernos, como foram as grandes fazendas do século (XVI e XVII) e a sua principal commodities, a cana de açúcar (tanto no Brasil como nas Antilhas). Nesse aspecto existe uma geografia perversa e desigual da produção agrícola monocultora que tem como base a produção de matéria prima, o que bem como ao desmatamento e uso de defensivos químicos altamente nocivos a biodiversidade. As estatísticas recentes acusam uma diminuição importante do uso desses insumos de capital - fertilizantes, herbicidas, inseticidas, praguicidas – na Europa, nos EUA e no Canadá. Entretanto, a lógica moderno - colonial manifesta-se, nesse caso, com toda força na medida que o uso desses insumos se expande pelo mundo, sobretudo nos países pobres, como assinala o Relatório do PNUMA (GEO-3) .

Controle e expansão é uma tendência do capitalismo, como observou Marx ao afirmar que,

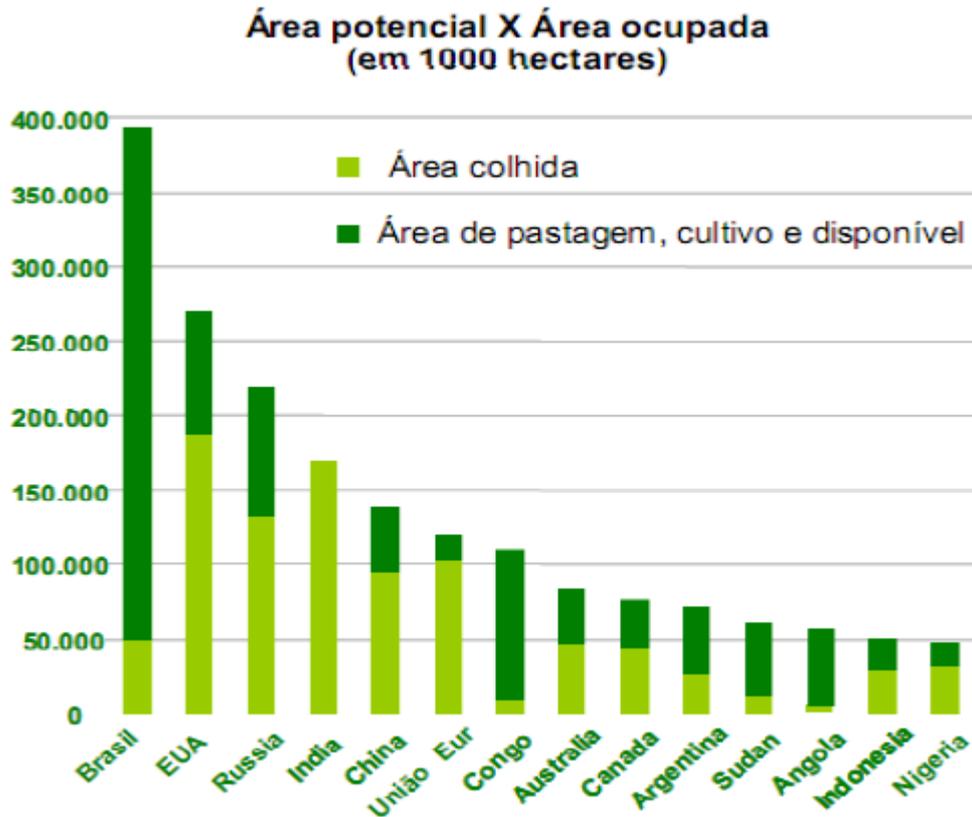
“A necessidade de mercados cada vez mais extensos para os seus produtos impele a burguesia para todo o globo terrestre. Ela deve se estabelecer em toda parte, instalar-se em toda parte, criar vínculos em toda parte (...) em lugar da antiga autossuficiência e do antigo isolamento local e nacional, desenvolve-se em todas as direções um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações (Marx, 1998:70).

Não se trata segundo Marx (1998) apenas de um processo econômico, ao contrário, envolvia tanto a produção material como a produção intelectual, ou seja o conhecimento, a ciência. Pode-se dizer que nesta nova rodada de transnacionalização do capitalismo está em curso uma nova geografia política da produção de energia, onde os países periféricos se especializam na produção de biomassa, trata-se portanto de uma nova configuração geopolítica em volta da mudança de matriz energética dos fósseis (carvão e petróleo) para a biomassa (os agro-combustíveis etanol e biodiesel). Existe uma grande viabilidade para isso, e que acelera ainda mais a dinâmica na agricultura entre o local e o global (relações centro-periferia), que coloca como parte importante das transformações mais gerais na qual as relações sociais e de poder por meio da tecnologia também se revoluciona (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Mantovani (2007), fala de um demanda de energia que crescerá em torno de 1,7% ao ano até 2030 quando seria atingida a marca de 15 bilhões TEP (Tonelada Equivalente de Petróleo). De acordo com Holt-Giménez (2006), diretor Executivo do Food First, os combustíveis renováveis suprirão 5,75% de todo combustível de

transporte na Europa em 2010, e espera-se 10% até 2020. Os Estados Unidos esperam obter 35 milhões de galões ao ano. Essas metas excedem em muito a capacidade agrícola do Norte industrial. A Europa, por exemplo, teria que usar 70% de suas terras agrícolas para combustíveis. Em resumo, a colheita de soja e milho dos EUA teria que ser processada para o etanol e biodiesel (Holt-Giménez, 2006).

Gráfico 2.



Fonte: Holt-Giménez, (2006).

Seguindo a mesma lógica, Tokar (2006) garante que se forem utilizadas todas as colheitas de milho e soja dos EUA para a produção de combustíveis, cobrir-se-ia somente 12% da atual demanda de gasolina (o nafta) do país e 6% da necessidade de diesel, nessa lógica o mundo periférico, onde se destaca o Brasil, está sendo projetado como grande supridor mundial desta demanda. A situação na Europa conforme o autor não é diferente, o Reino Unido, por exemplo, não poderia cultivar combustíveis suficientes para por em marcha todos os seus automóveis, ainda que plantasse a totalidade de seu território (Tokar, 2006).

Figura 01. EUA: Metas dos Biocombustíveis.

	Evento	Meta		Volume para atingir a meta...*	
		Bilhões de litros	Ano	Tons de milho	% da área atual de milho
Produção Em 2006	-	18,5	-	54,6	20%
Em vigor	<i>Renewable Fuel Standards (2005)</i>	28,4	2012	83,8	31%
Propostas	<i>Proposta da "Governors' Ethanol Coalition" (2007)</i>	45,4	2010	134,0	50%
	<i>"State of the Union Address" Pres. Bush (2007)</i>	132,5	2017	391,1	146%

Fonte: USDA e Governors' Ethanol Coalison. Elaboração ICONE, (2012).

Diferentemente do programa do Proálcool brasileiro dos anos 1970, o que presenciamos hoje é o deslocamento do planejamento estratégico antes feito pelo Estado para os novos gestores ligados aos grandes complexos empresariais sob a égide do mercado agora, organizados em rede. O entrecruzamento desses novos gestores, com o Estado e com os grandes complexos corporativos pode ser percebido quando se perfilam os “membros permanentes” dos “mantenedores” do ICONE, por exemplo, que são: “ABAG - Associação Brasileira de Agribusiness (Membro Honorário), a ABEF - Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos, a ABIEC - Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes, a ABIOVE - Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais e a UNICA - União da Indústria de Cana-de-Açúcar”.

Essas articulações podem ser vistas também no “programa, de caráter global e voltado à produção de bioenergia, que tem o Brasil como um dos líderes”. O Departamento de Energia dos Estados Unidos, por meio do Joint Genome Institute (JGI), aprovou proposta da rede internacional Eucagen (Eucalyptus Genome Network) para o seqüenciamento completo do genoma do eucalipto. A espécie escolhida pelo Brasil é o *Eucalyptus grandis*, desenvolvida por melhoramento genético. A Eucagen é

formada por mais de 140 pesquisadores de 82 instituições públicas e privadas em 18 países.

Segundo Dario Grattapaglia⁹ trata-se de projeto global, já que o eucalipto é plantado em mais de cem países. Um dos desafios para a produção sustentável de bioenergia é conhecer as bases moleculares do crescimento e adaptabilidade de plantas perenes úteis à geração de energia. O pesquisador divide a liderança do projeto com Zander Myburg, da África do Sul, e Jerry Tuskan, dos Estados Unidos¹⁰. O complexo corporativo multidimensional de poder tornou-se referência envolvendo empresas do setor agrícola e industrial (de biotecnologia, máquinas e equipamentos, química, de extração mineral, inclusive de petróleo), empresas do setor financeiro, do setor de consultoria e instituições de investigação científica e tecnológica e empresas do setor de comunicações (rádio, jornal e tevês).

O domínio deste processo se refaz, a cada nova etapa do capitalismo. Na fase atual, assiste-se a uma intensa articulação entre grandes empresas do setor como: a Bunge, a Syngenta, a Monsanto, a Sadia, a Basf, a John Deere, a Bayer, a Du Pont, a Pirelli, a Price Water House Coopers, a Petrobrás, a Vale, a Goodyear e a ADM. Destas grandes corporações citadas apenas a Petrobrás e Vale são aparentemente nacionais (DOWBOR, 2013). Isso evidencia que não são os interesses “nacionais” que comandam as ações desse bloco de poder econômico e político (embora tenham o aval dos Estados nacionais) que impulsionam ações política que conformam essas novas formas do fazer político-econômico.

Nesse sentido, o subsecretário-adjunto dos EUA, para o Hemisfério Ocidental, Thomas Shannon, articulou em 2007 a cooperação efetiva entre Brasil e os EUA para a instalação de uma cadeia produtiva de etanol no Haiti, em El Salvador, São Cristóvão e Neves e na Costa Rica, com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), conforme reportagem a Diplomacia do etanol aproxima Brasil e EUA de Denise Marin, publicada no Caderno Economia & Negócios do jornal O Estado de São Paulo, em 15/07/2007.

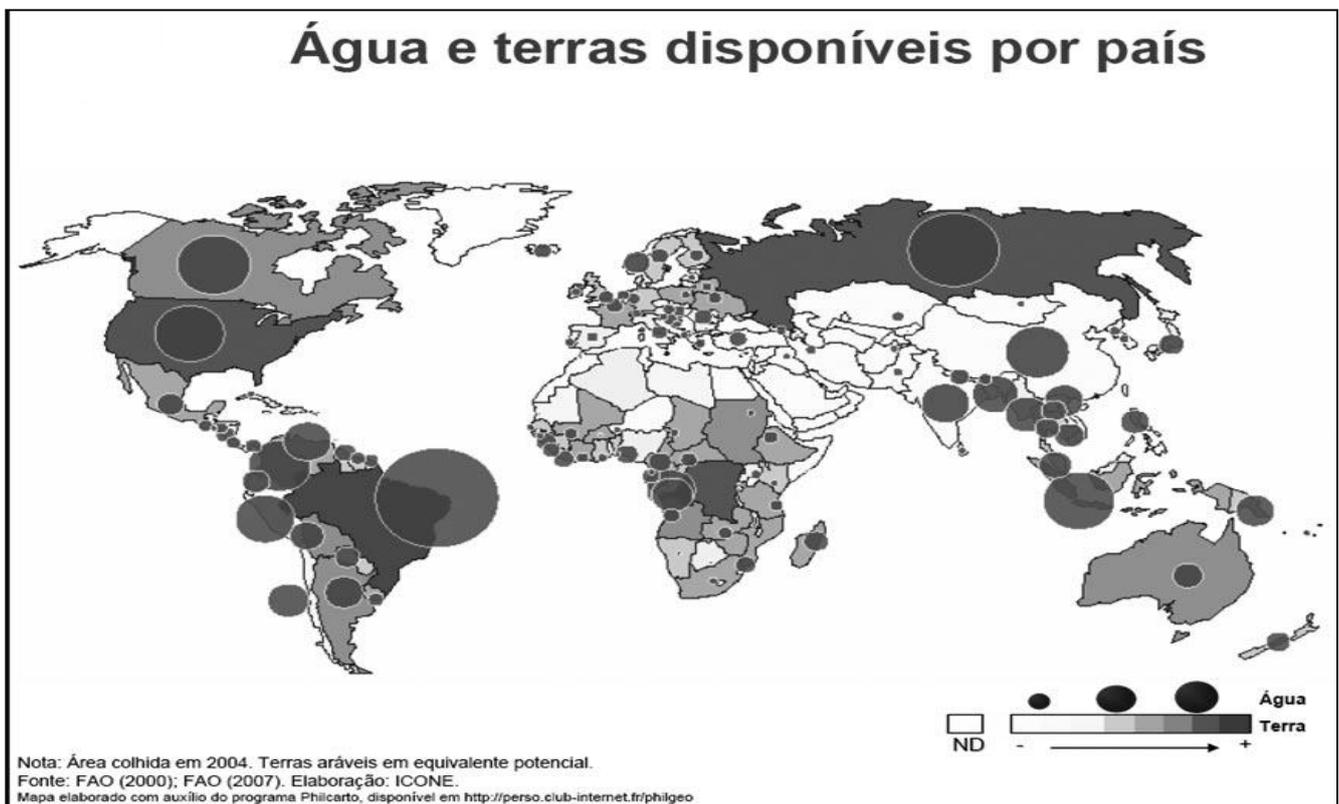
O mapa “Águas e terras disponíveis por País” é esclarecedor do lugar principal da América Latina, especialmente do Brasil, na nova geografia política da energia. Neste mapa abaixo, a América, tanto ao norte como ao Sul, está representada como dispendo de grande disponibilidade de terras e de água, muito

⁹ Ver <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1818505/genoma-do-eucalipto-primeiro-sequenciamento-vegetal-completo-liderado-pelo-brasil> (consultado em 06/11/14)

¹⁰ Ver <http://www.cenargen.embrapa.br/cenargenda/noticias2013/ldsoft040707.pdf>. (Consultado em 04/07/2013).

embora com distribuição desigual, conforme mostra a situação do Chile, do Equador e do Peru, embora nos dois últimos casos haja grande disponibilidade de águas em sua porção amazônica.

Figura 02. Águas e Terras Disponíveis por País na Visão dos Agronegociantes.



No mapa “Águas e terras Disponíveis por País”, que faz parte da visão que vem sendo construída pelos Governos e Corporações que subsidiam os agronegociantes. Na América Latina, sobretudo a América do Sul, aparece com um lugar de destaque por sua ampla disponibilidade de terras e de água. O Brasil ganha um lugar especial não só por sua extensão territorial, 850 milhões de hectares, mas também pelo elevado nível de desenvolvimento técnico-científico alcançado particularmente na área de combustíveis de biomassa (etanol e biodiesel).

No que diz respeito à água o Instituto Internacional para o Manejo da Água (IWMI - International Water Management Institute), em seu informe de março de 2006, demonstra que a febre pelos biocombustíveis poderia piorar a crise de água no

continente. Em outro documento concluía que “é pouco provável que as economias de rápido crescimento tais como China e Índia possam satisfazer a demanda futura de alimento humano e animal e de biocombustíveis sem agravar os problemas já existentes de escassez de água”. Segundo a entidade ambientalista Grain¹¹ “quase toda a cana de açúcar da Índia – o principal cultivo para produção de etanol do país – é de irrigação, aproximadamente 45% do principal cultivo para agro- combustível da China, o milho”.

O prognóstico é que na Índia e na China, países onde a água já está sendo perigosamente esgotada ou contaminada, para o ano 2030 aumentarão sua demanda de água para irrigação em 13 ou 14%, somente para manter a produção de alimentos nos níveis atuais (PNUD, 2010). Se esses países optarem pelos agrocombustíveis em grande escala esses cultivos consumirão muito mais da já escassa água para irrigação.

A análise do discurso de diferentes ideólogos ligados aos agronegociantes, como Roberto Rodrigues e vários pesquisadores da EMBRAPA, da USP e do ICONE, destacam à Ásia como o grande mercado visado. Os EUA seria um mercado passageiro, haja vista as condições tanto de terra como de água, além do domínio tecnológico que podem garantir aos EUA seu suprimento de energia. A questão fundamental é como os EUA resolverão internamente a equação alimento versus energia combinando- as com sua estratégia geopolítica (LEFF, 2006). De lado, segurança alimentar e minerais e de outro, as ações imperialistas. Diante disso, o megaprojeto IIRSA¹² se mostra estratégico para esse complexo de poder por oferecer a logística necessária à integração com o Pacífico, particularmente almejada pelo agro-negociantes brasileiros (HASBAERT E PORTO-GONÇALVES, 2006).

È importante destacar que nos países tropicais existe maior exposição à insolação o que se traduz numa qualidade excepcional, pois o que está em jogo é a produção de biomassa (fotossíntese). Essa é uma diferença fundamental entre os Estados Unidos e Canadá, de um lado, e a América Latina e Caribe, de outro. Enfim, a tropicalidade possui um enorme potencial produtivo, sobretudo quando se busca as qualidades naturais (fotossíntese e água). Pode- se dizer que ponto de vista do cenário

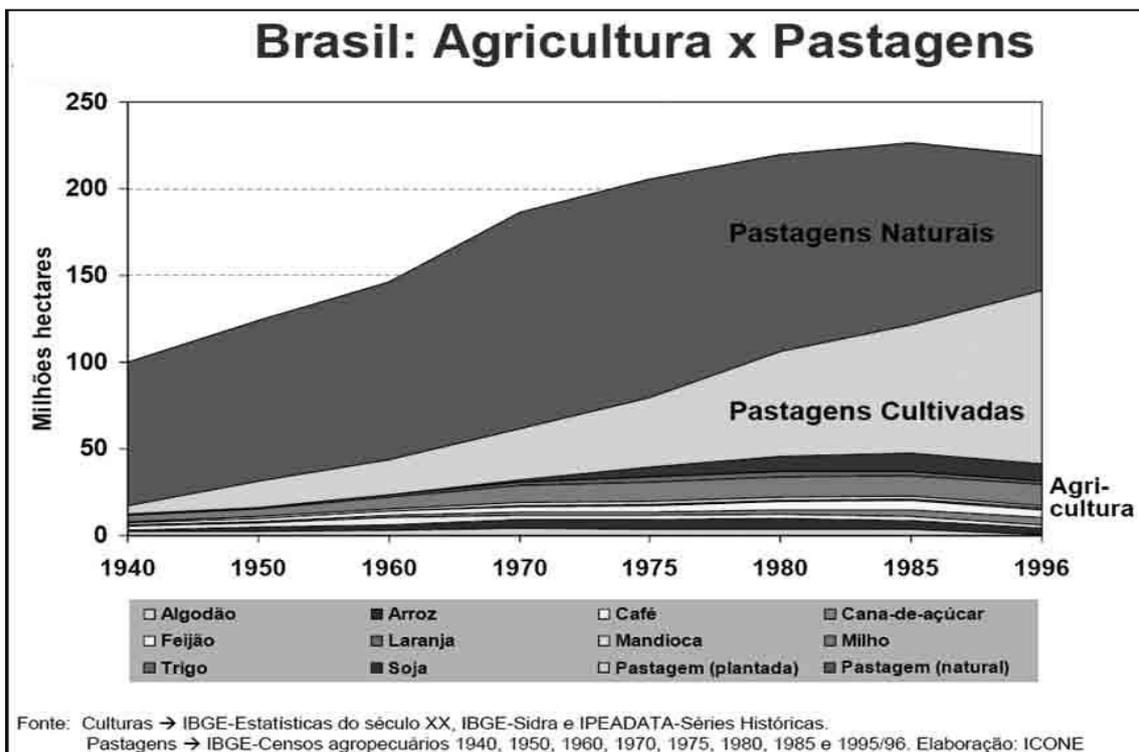
¹¹ Ver site <http://www.grain.org/front/>

¹² Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, ou simplesmente IIRSA, é um programa conjunto dos governos dos 12 países da América do Sul que visa a promover a integração sul-americana através da integração física desses países, com a modernização da infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações, mediante ações conjuntas. Pretende-se, assim, estimular a integração política, econômica, sociocultural da América do Sul.

geopolítico, o Brasil se firma cada vez mais como um grande produtor de energia barata para os países do Centro e China.

A disputa por terra e água entre a produção de alimentos e combustíveis não é para o futuro, sequer um futuro distante, acreditamos que o mesmo já se encontra em pleno andamento, o que significa um realocamento das respectivas culturas, seja soja, eucalipto, milho, algodão, dedê, cana-de-açúcar, dado o grau de importância de cada uma ou seja, da sua valorização no mercado internacional. Recentemente Sílvio Porto, diretor da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab admitiu que a cana-de-açúcar está tomando áreas do milho e da soja, em Mato Grosso do Sul, no Paraná e em Minas Gerais (CONAB, 2013). Isso já evidencia para quais regiões está avançando os monocultivos de soja, de milho e de cana-de-açúcar, seja, sobre pastos e estes sobre os cerrados.

FIGURA 03.



No Brasil, observa-se que as pastagens se constituem na verdadeira frente pioneira desse ciclo de violência e devastação, um processo em que as “pastagens crescem mais que a agricultura”. A substituição de pastagem por cana não é a mesma coisa que substituir a soja ou o milho, pois implica o deslocamento do gado para outras áreas. O que está sendo engendrado é uma profunda transformação nas relações sociais

e de poder com implicações ecológicas planetárias na medida em que é a agricultura que se coloca a serviço da produção de combustíveis. Não é mais o petróleo a serviço da produção de alimentos, mas, ao contrário, é a agricultura a serviço da produção de combustível.

2.3 A SUBORDINAÇÃO DA AGRICULTURA A INDÚSTRIA: rumos da agricultura contemporânea.

A questão central para compreender o caráter único da agricultura, não está nem em sua estrutura social nem na dotação dos fatores. Ao contrário, a agricultura confronta o capitalismo com um processo de produção natural. Diferentemente da atividade artesanal, a agricultura não pode ser diretamente transformada num ramo da produção industrial (SORJ, 1980). Não havia alternativa industrial à transformação biológica da energia solar em alimento. A industrialização da agricultura, portanto, tomou um caminho decididamente diferente.

Este caminho foi determinado pelas limitações estruturais do processo de produção agrícola, representadas pela natureza enquanto conversão biológica de energia, enquanto tempo biológico no crescimento das plantas e na gestação animal (TEWELES, 1983), e enquanto espaço nas atividades rurais baseadas na terra. Incapazes de remover estas limitações diretamente através da criação de um processo de produção unificado, os capitais industriais reagiram adaptando-se às especificidades da natureza na produção agrícola.

Dentro dos limites definidos pelo progresso técnico, elementos discretos do processo de produção têm sido conquistados pela indústria: a semeadura à mão pela máquina de semear, o cavalo pelo trator, o esterco por produtos químicos sintéticos. Assim, diferentes aspectos da produção agrícola foram transformados em setores específicos da atividade industrial.

Este processo descontínuo, porém persistente de eliminação de elementos discretos da produção agrícola, sua transformação em atividades industriais e sua reincorporação na agricultura sob a forma de insumos é designado de “apropriacionismo” (WILKINSON, 1985). Os produtos da agricultura igualmente apresentaram problemas singulares para a produção industrial. O destino deles como

alimento impedia sua simples substituição por produtos industriais. O surgimento da indústria alimentícia representa um processo igualmente descontínuo, mas permanente, de alcançar a produção industrial de alimentos, o que pode segundo o autor ser denominado de “substitucionismo” (WILKINSON, 1985). Neste processo, a atividade industrial não apenas representa uma proporção crescente do valor agregado, mas o produto agrícola, depois de ser primeiramente reduzido a um insumo industrial, sofre cada vez mais a “substituição” por componentes “não-agrícolas”.

Estes dois conceitos básicos, apropriação e substitucionismo representam processos paralelos e correspondem de modo amplo à industrialização da produção rural e do produto agrícola final. Trata-se, entretanto, de conceitos analíticos e, portanto, não coincidem necessariamente com uma distinção entre o que ocorre na fazenda e o que ocorre fora dela. A transformação industrial da agricultura ocorreu historicamente através de uma série de apropriações parciais, descontínuas do trabalho rural e dos processos biológicos de produção (máquinas, fertilizantes, sementes híbridas, produtos químicos, biotecnologias), e do desenvolvimento paralelo de substitutos industriais para os produtos rurais. Este duplo movimento é representado pela emergência dos setores agroindustriais que fornecem insumos agrícolas e pela diversificação para além dos portões da fazenda, do processamento e da distribuição dos alimentos e fibras.

O desenvolvimento agroindustrial com base em apropriações parciais e discretas do processo de produção rural levou claramente a uma capitalização crescente das atividades agrícolas (HUSSEIN, 1981). Entretanto, o apropriação não coincide com a noção de substituição de fatores encontrada na teoria neoclássica da produção com sua ênfase nas proporções dos fatores. Nem se restringe seu significado à fabricação, externa à agricultura, de instrumentos de produção, embora esta fosse uma primeira característica identificadora quando a "natureza" era um dado virtual do processo de produção (POMPERMAYER, SORJ, 1982).

Em seu sentido mais pleno, o apropriação constitui-se “pela ação empreendida pelos capitais industriais a fim de reduzir a importância da natureza na produção rural, especificamente como uma força fora de sua direção e controle”. Isto foi alcançado, inicialmente, pela redução dos limites impostos pela terra enquanto espaço por meio da mecanização e, subsequentemente, pelo esforço contínuo de transformar os segredos da produção biológica em conhecimento científico e propriedade industrial.

Com efeito, o processo de reprodução natural das plantas e animais está sendo internalizado, através da ciência, na reprodução dos capitais industriais. O apropriação descreve a reestruturação constante do processo de produção rural à medida em que “estes capitais exploram novas oportunidades de acumulação”, vide o atual poder dos grandes laboratórios de engenharia genética. Esta reestruturação não chega a constituir-se numa transformação unificada, mas está conduzindo a um processo de produção industrial em plena revolução nesta virada de século como argumenta HOLT-GIMÉNEZ (2007). Os desenvolvimentos na criação confinada de aves e de animais domésticos, a expansão dos sistemas agrícolas de meio ambiente controlado e as recentes inovações na biotecnologia apontam o caminho.

A lógica do substitucionismo igualmente conduziu à criação de setores de acumulação nas fases descendentes da fabricação de alimentos e fibras. Esta dinâmica é ilustrada pelo desenvolvimento paradigmático e crescente da indústria química e das matérias-primas sintéticas. Na indústria alimentícia, a mesma tendência é revelada pela expansão dos alimentos "fabricados" altamente processados, baseados na reconstituição de componentes alimentícios genéricos, e pelo crescente controle tecnológico da produção desses alimentos, manifesto no uso dos aditivos químicos.

A biotecnologia¹³ é o segmento que melhor caracteriza este cenário, com seus novos métodos, tem marcado um avanço generalizado na manipulação industrial da natureza, dando início a uma revolução tecnológica na reprodução de plantas e animais domésticos, nos agroquímicos e na fabricação de alimentos¹⁴. Entretanto, a importância da biotecnologia engloba um âmbito muito mais amplo, estendendo-se a todas as indústrias que utilizam matérias-primas renováveis ou que potencialmente possam fazê-lo (POMPERMAYER, SORJ, 1982). Esta discussão procura explorar as diferentes facetas deste processo de "bioindustrialização", começando com a engenharia genética das plantas e o crescente controle desta nova força produtiva por parte das corporações transnacionais.

¹³ Atualmente a biotecnologia integra a base produtiva de diversos setores da economia brasileira, com um mercado para produtos biotecnológicos que atinge aproximadamente 3% do PIB nacional. Estudo realizado em 2001 pela Fundação Biomina, com base em dados da Base de Dados Tropicais (BDT) e da Associação Brasileira de Empresas de Biotecnologia (ABRABI), identificou a existência de 304 empresas de biotecnologia no país, distribuídas em 10 segmentos de mercado.

¹⁴ Nos últimos anos a comunidade científica brasileira desenvolveu uma respeitável capacidade de manipulação das novas ferramentas da biotecnologia, tais como a tecnologia do DNA recombinante e as pesquisas genômicas e proteômicas. O Projeto Genoma Brasileiro ganhou notoriedade por tornar-se o primeiro do mundo a sequenciar um fitopatógeno: a bactéria *Xylella fastidiosa*, causadora da doença do amarelinho em cítricos.

As biotecnologias oferecem maiores possibilidades de utilização secundária para as safras convencionais, bem como ao mesmo tempo aumentam a possibilidade de intercâmbio entre as diferentes matérias-primas. Esta tendência reforça a ação do substitucionismo sobre as atividades rurais dependentes da terra ao reduzirem a diferença entre as fontes de alimento e de fibras de tipo agrícola e não-agrícola. A apropriação e a substituição industrial está indo na direção da produção automatizada contínua do produto agrícola, por um lado, e produção fabril de alimentos usando matérias-primas não alimentícias, até mesmo não-agrícolas por outro lado.

A agricultura tem-se constituído no principal obstáculo à imposição de um processo de produção capitalista unificado no sistema agroalimentício e, conseqüentemente, à capacidade de revolucionar os meios de produção. As principais limitações são representadas pela natureza orgânica, pela terra e pelo espaço, e estes fatores determinaram o padrão e a trajetória da apropriação. Os capitais industriais têm-se restringido a apropriações parciais do processo de trabalho rural, conduzindo em diferentes conjunturas históricas à mecanização da agricultura e a inovações químicas e genéticas. A apropriação industrial das atividades de processamento internas à agricultura (on-farm) apresentou poucas dificuldades (GOODMAN, SORJ E WILKINSON, 1984), a despeito dos problemas derivados de sua natureza perecível, os produtos agrícolas, uma vez colhidos, assemelham-se de perto a outras matérias-primas usadas como insumos industriais. As operações de processamento industrial muitas vezes surgiram a partir das atividades comerciais dos capitais mercantis, como no caso do trigo e da farinha, ou resultaram de inovações que conferiram vantagens de escala à organização fabril, como se deu com o refino do açúcar.

Em contraste com a transformação primária dos produtos alimentares e das fibras, a industrialização do processo de produção agrícola seguiu um padrão mais gradativo, temporalmente irregular, de pendente dos avanços da ciência e da tecnologia para revelar novas oportunidades para a produção capitalista. Isto é, incapaz de subsumir o processo de produção rural como um todo, algumas atividades rurais selecionadas tornaram-se setores de acumulação para diferentes frações do capital industrial. À medida em que certos elementos do processo de produção rural tornam-se suscetíveis de reprodução industrial, eles são apropriados pelos capitais industriais e reincorporados na agricultura como insumos ou meios de produção (MANN, DICKSON, 1978) O desenvolvimento capitalista da agricultura é assim caracterizado pela apropriação industrial de atividades discretas, em marcante contraste com a

transformação da produção artesanal doméstica e rural. A produção capitalista no caso da agricultura localiza-se na cidade, não no campo.

Estas apropriações da produção rural, parciais e historicamente descontínuas, definem as origens dos capitais agroindustriais e o "complexo" de setores (equipamentos, processamento, sementes e agroquímico). Estes desenvolvimentos devem ser considerados numa perspectiva histórica. Com ênfase aos pontos decisivos determinados pelas inovações mecânicas, químicas e, mais recentemente, genéticas e às trajetórias dos capitais industriais/financeiros¹⁵ associados.

O desenvolvimento capitalista da agricultura é, assim, conceituado como o movimento competitivo dos capitais industriais a fim de criar setores de acumulação através da reestruturação do processo recebido de produção rural "pré-industrial". A indústria gradativamente apropriou-se de atividades relacionadas com a produção e o processamento que, em conjunturas passadas, eram encarados como elementos integrais do processo de produção rural, baseado na terra. É precisamente nesta fase, nos setores industriais constituídos por estas apropriações, que atividades previamente "rurais" são subordinadas ao capital, removendo as barreiras à acumulação (MURRAY, 1978).

Este movimento de capital e o locus da acumulação definem todo o significado da noção de desenvolvimento capitalista da agricultura. De fato, a sobrevivência de unidades agrícolas, onde a natureza e a terra constituem elementos não reproduzíveis, dá a medida dos limites correntes a este processo. Uma vez que a apropriação industrial tem sido um processo parcial e descontínuo, diferentes frações do capital consolidaram historicamente suas posições em vários setores do sistema agroalimentício, seja na produção de implementos agrícolas, seja no processamento, na fabricação ou distribuição de alimentos.

Estas determinações históricas, por sua vez, definiram vias de crescimento e estratégias de competição específicas em resposta às condições estruturais da grande indústria (VERGOPOULOS, 1974). As inovações tecnológicas que podem, potencialmente, eliminar ou reduzir drasticamente a utilização de certo produto agrícola no sistema agroalimentício serão vistas, assim, de muitas perspectivas diferentes e provocarão variadas reações de competição. Por exemplo, a indústria química e a produção de fibras sintéticas e de substitutos alimentares derivados de hidrocarbonos

¹⁵ O capital financeiro stricto sensu envolve uma estratégia ativa, com base no investimento direto, e numa perspectiva de longo prazo. Neste sentido, o capital financeiro é um entre 12 possíveis tipos de associação entre capital bancário e capital industrial. Ver GONÇALVES, R. Grupos econômicos: uma análise conceitual e teórica. Revista Brasileira de Economia, v. 45, n. 4, p. 491-518, out./dez. 1991.

podem ser vistas como representantes do desenvolvimento paradigmático do capitalismo no sistema agroalimentício.

Certamente a natureza, seja enquanto terra, espaço ou reprodução biológica, não representa mais, então, uma limitação definitiva à transformação capitalista do processo de produção e da divisão social do trabalho. As biotecnologias industriais podem também ser vistas como uma ameaça à base rural da agricultura, o que nos forçará a redefinir as noções recebidas de "agricultura" e de "indústria". Logicamente, entretanto, as mesmas inovações genéricas na biotecnologia estão sendo utilizadas por outros capitais agroalimentícios mais especificamente associados a certos produtos, a fim de melhorar as perspectivas econômicas de determinados produtos agrícolas, do que resulta uma reafirmação da base rural da produção de alimentos e de fibras. Dois exemplos correntes deste tipo de resposta competitiva que age como um contrapeso são o desenvolvimento da indústria agrícola de carboidratos com base no milho e outros grãos, e o desenvolvimento da sucroquímica.

Os capitais formados por apropriações parciais sucessivas dos processos de trabalho rural e de produção biológica, e geralmente representados pelo "complexo" agroindustrial, também se caracterizam pela dependência relativamente às atividades rurais, baseadas na terra. Numa generalização ampla, as apropriações parciais que constituíram estas indústrias mais favoreceram a produtividade total dos fatores da produção baseada na terra do que se constituíram numa ameaça à sua existência.

Deste modo, embora o apropriaçãoismo tenha produzido mudanças nas características genéticas de organismos vivos através de técnicas de hibridização, os processos biológicos subjacentes à produção rural continuaram a ser determinados fundamentalmente por condições ambientais com base na terra (SORJ, 1985). Somente com o surgimento de biotecnologias modernas, notavelmente os métodos de recombinação do DNA, tornou-se possível, realisticamente, considerar a perspectiva de que o processo de transformação biológica poderá, eventualmente, cair sob controle industrial direto.

Entretanto, a inovação tecnológica na indústria de sementes, por outro lado, pode levar a uma maior consideração dos sistemas com base na terra e não à sua perda de importância. Podemos sugerir que o desenvolvimento da agroindústria representa uma série de apropriações parciais das atividades de produção rural por parte do capital industrial, que são reincorporadas como *inputs* ou meios de produção. Estas apropriações discretas têm como premissa a manutenção da produção rural, onde a

natureza é o agente responsável pelo processamento e a terra sua "máquina" principal. Colocando em termos ligeiramente distintos, tanto a base quanto os limites da acumulação por parte dos capitais agroindustriais são determinados pelas características rurais ou naturais deste processo. As mesmas limitações que inibiram a transformação capitalista unificada da produção rural, simultaneamente ditaram e consolidaram as estratégias de apropriação industrial parcial.

Num contrassenso que descreve a especificidade da produção agrícola, estas inovações industriais tenderam mais a acentuar do que a reduzir a falta de congruência entre o processo de produção e o processo de trabalho. Este hiato deu surgimento a duas tendências principais na apropriação da agricultura. Na produção artesanal, a mecanização resultou na transformação substancial e no eventual deslocamento do processo de produção herdado, criando a base para a reorganização radical na divisão social do trabalho e para o surgimento da indústria moderna, como sugere Bernstein (2010).

A mecanização da agricultura, em contraste com aquele processo, não provocou tal transformação e, tomada isoladamente, apenas serviu para pôr em destaque a continuidade da subordinação à natureza. De fato, o processo biológico de produção como tal, constituído pela natureza, permaneceu intocado e a apropriação industrial limitou-se, essencialmente, aos vários instrumentos de produção. Deste modo, a apropriação industrial concentrou-se, inicialmente, no "processo de trabalho" e nas "propriedades químicas do solo", mantendo-se, em grande parte, no exterior dos processos biológicos de produção rural (por conta da limitação tecnológica) (MURRAY, 1978). No caso americano, por exemplo, a preocupação praticamente exclusiva com formas mecânicas de apropriação teve as consequências bem conhecidas de redução gradual das safras e erosão do solo.

Atualmente a semente, como esses exemplos prontamente indicam, é o "sistema de entrega" das novas biotecnologias vegetais. Assim, a aquisição dos direitos de patente sobre os cultivares melhorados contém a chave para o controle do processo de produção agrícola e para a dominação do mercado de insumos agroindustriais. Atraídas para essas oportunidades de lucro, as firmas mais importantes de produtos químicos, farmacêuticos e de processamento de alimentos vêm assumindo controle de companhias comerciais de sementes e de firmas de pesquisas genéticas em uma escala significativa nos últimos anos. As grandes corporações perceberam rapidamente que para explorar essas oportunidades seria vital combinar pesquisas genéticas com a

capacidade de melhoramento de plantas e com redes de comercialização. Como bem advertiu Teweles (1983: p. 519), "novas companhias de ciências agrícolas acharão vantajoso participar na comercialização final da ciência via sementes".

Nos anos 1970, para companhias de amplos interesses em agroquímicos, processamento alimentar e pesquisas e desenvolvimento (P&D) em microbiologia, a aquisição de firmas de sementes e aplicações em pesquisa genética vão oferecer ainda um grau adicional de integração vertical. Essas aquisições podem também ser vistas como elementos integrais de uma estratégia de diversificação corporativa, particularmente para as companhias que produziam fertilizantes e biocidas (herbicidas, fungicidas e pesticidas).

Os mercados para esses produtos foram duramente afetados pelos aumentos nos preços do petróleo, pelos protestos ecológicos e pelas crescentemente rigorosas exigências dos regulamentos, que elevaram drasticamente os custos e riscos do desenvolvimento de novos produtos agroquímicos sintéticos, algo bem descrito por Brauholtz na década de 70 (BRAUNHOLTZ, 1981). No entanto, a aquisição de companhias de sementes e firmas de genética vegetal foi similarmente usada para manter e ampliar significativamente os mercados para insumos químicos convencionais.

Com as novas biotecnologias vegetais, poderia ser possível desenhar variedades de plantas que utilizam mais eficientemente o fertilizante químico colocado no solo e que são compatíveis com os biocidas agroquímicos patenteados. A absorção melhorada do nitrogênio fixado quimicamente poderia compensar as vantagens da fixação biológica que, de qualquer forma, absorve energia das plantas e resultaria em produtividades menores. Pesquisas correntes para desenvolver variedades melhoradas resistentes a herbicidas patenteados tais como o Roundup constituem exemplos ainda mais eloquentes.

Em suma, biotecnologias vegetais podem ser usadas para fortalecer, ao invés de enfraquecer, a dependência da produção de alimentos e fibras nos agroquímicos sintéticos tradicionais. Assim como na Revolução Verde, os novos cultivares novamente formarão o núcleo de "pacotes tecnológicos", mas as sementes originárias da engenharia genética garantirão que os agricultores fiquem muito mais presos aos agroquímicos patenteados.

Esses interesses comerciais em expansão terão uma profunda influência na difusão de novas biotecnologias e nas direções futuras da pesquisa. Swaminathan (1982: p. 39), em suas reflexões sobre o poder dos grandes laboratórios, expressou receios a

respeito do "crescente sigilo ligado à pesquisa biotecnológica em virtude de considerações comerciais". Uma preocupação correlata é que as atividades privadas de melhoramento de plantas estão deslocando instituições públicas como a força dominante de desenvolvimento varietal e pesquisas biotecnológicas avançadas. Kenney et al (1983: p. 486) foi preciso em sua colocação de que "a alta intensidade de capital do melhoramento vegetal relacionado com a biotecnologia tornará o melhoramento vegetal público antiquado, vis-à-vis a sua contra parte mais bem financiada do setor privado", trinta anos depois e esta afirmação nunca foi tão atual. A visão que este autor teve foi que com a concentração do desenvolvimento varietal em mãos privadas permitiria que as companhias de sementes seguissem estratégias monopolistas de preços na difusão de variedades patenteadas aperfeiçoadas geneticamente, tornando-se cada vez mais poderosas e necessárias para a reprodução da agricultura em larga escala.

A evidência de que a lógica da inovação biotecnológica, com a sua alta necessidade de capital, períodos longos e arriscados de gestação e necessidade de sistemas extensivos de distribuição, está alterando o seu centro de gravidade amplamente em favor das corporações multinacionais. Essas corporações estão concentradas nas indústrias usuárias em potencial da biotecnologia - farmacêutica, química, energia, alimentos, bebidas - mas não exclusivamente nelas. As grandes corporações, utilizando-se de suas experiências em P&D, vastos recursos e métodos flexíveis de financiamento, dominam atualmente a biotecnologia comercial e, progressivamente, a direção da pesquisa fundamental. Essa dominação, que estende-se ao espectro das biociências, foi conseguida pela aquisição de lotes de ações ou controle integral de firmas de pesquisas genéticas, formação de joint-ventures ou sociedades limitadas de P&D, pelo financiamento, com capital de risco, de firmas privadas que investem em biotecnologia, contratos de pesquisas com universidades e expansão de suas próprias atividades de P&D. Essas alternativas de envolvimento são, frequentemente, seguidas simultaneamente, como no caso da Monsanto, Syngenta, Novartis e Bayer.

Como um resultado, a maior parte das mais avançadas multinacionais de P&D em biotecnologia e "mesmo muitas das companhias relativamente pequenas de biotecnologia, são, efetivamente, transnacionais em termos de âmbito de ação e impacto de suas atividades, direta ou indiretamente, através de ligações com transnacionais que operam em todo o mundo (WEIS, 2007). Por exemplo, uma das novas firmas líderes em pesquisas biotecnológicas, a Biogen, foi formada por iniciativa da International Nickel,

hoje Inco Ltd., que atraiu outros capitais de risco da Schering Corporation, da Monsanto e da Grand Metropolitan. A internacionalização da biotecnologia também está evidente no caso de uma firma líder norte-americana, a Genetech, que mantém ligações correntes com várias corporações transnacionais de diferentes setores industriais, inclusive com a Hoffman La Roche, AB Cabi, Monsanto Company, Corning Glassworks, Hewlett Packard, Fluor Corporation, Lubrizol Corporation, Alva Laval AB e Volvo.

As implicações totais desses desenvolvimentos tecnológicos no uso de recursos na agricultura são obviamente incertos no presente. No entanto, à medida que o progresso em biotecnologia fizer mais eficientes os métodos de conversão da biomassa, os custos relativos e as possibilidades de substituição entre materiais alternativos para a produção de alimentos, combustíveis e produtos químicos mudarão, talvez dramaticamente. Dessa perspectiva mais ampla e de longo prazo, ação do substitucionismo via microbiologia industrial é novamente a de reduzir a importância da agricultura, definida como a produção de culturas nos campos, associada com sistemas específicos de alimentos e fibras para o processamento e distribuição. As novas biotecnologias expõem crescentemente a redundância dessa concepção tradicional. Em essência, essas técnicas avançadas ameaçam trivializar a agricultura, transformando-a em uma entre diversas fontes competitivas de matéria orgânica para conversão e fracionamento da biomassa. Assim, a posição privilegiada das culturas convencionais de campo nos padrões atuais de uso da terra serão crescentemente desafiados.

Esta análise de novas formas do “substitucionismo” indica que a indústria alimentar está entrando em um período de transição tecnológica, à medida em que a fonte principal das inovações dirige-se para as biociências e a engenharia bioquímica. A base técnica do processamento alimentar em mudança vai criando novos pontos de entrada para as companhias químicas e farmacêuticas, que levarão à reestruturação significativa da indústria. O prêmio final é a dominação e a posse, por patentes, dos conhecimentos científicos e da tecnologia de engenharia de processos necessários ao controle das complexas reações biológicas e atividades microbianas envolvidas na fabricação de alimentos (WEISS, 2010). Essas mudanças técnicas e suas repercussões nas estruturas industriais e nas cadeias agroalimentares são adequadamente descritas como bioindustrialização.

2.3 A QUESTÃO DO CAMPESINATO NA TEORIA DO CAPITALISMO

Desde as contribuições clássicas do marxismo até as recentes teses sobre o complexo agroindustrial, a questão em tela tem sido o status da agricultura no contexto do desenvolvimento capitalista. Como veremos, no entanto, a problemática da agricultura, como um sistema natural de produção em si, permanece escondida por trás de debates sobre os méritos respectivos dos modos de produção capitalista versus produção camponesa, e uma forte - quase que exclusiva - preocupação com as relações sociais de produção.

O que colocamos é que com os resultados da Revolução Russa, a ruptura dos debates europeus provocada pelo fascismo e o impacto subsequente dos movimentos camponeses pós-1945 no Terceiro Mundo, é infeliz, mas talvez inevitável, que a contribuição russa, mais especificamente a leninista, tenha vindo a definir os termos do "clássico" debate, obscurecendo as análises alemãs, mais cheias de nuances, do mesmo período (SORJ, 1982).

Isso resultou em uma representação seletiva desse debate, reduzindo-o artificialmente à questão da "diferenciação camponesa". Essa interpretação estreita é exacerbada por uma limitação crucial da literatura russa e suas contrapartes modernas; isto é, o seu caráter intrinsecamente dogmático. As principais posições ficaram entrincheiradas em um tempo no qual a modernização da agricultura russa (com a exceção parcial da fronteira dos cereais) ainda estava em sua infância. No entanto, os termos de referência estabelecidos nos famosos debates de Lênin com os Warodniks serviram para polarizar e restringir muito das discussões subsequentes.

Do ponto de vista leninista, a agricultura, como natureza, não tem nenhuma especificidade e, portanto, as relações sociais de produção típicas da produção fabril industrial serão reproduzidas no contexto rural. A chave empírica dos argumentos de Lênin, em adição aos vários indicadores da integração produto-mercado, é a consolidação de um mercado de trabalho rural e, com ele, o crescimento do proletariado rural como base produtiva da agricultura. No entanto, só por ignorar as peculiaridades da produção rural é que Lênin poderia equalizar o trabalho assalariado com a penetração das relações de produção capitalistas. Como os seus oponentes populistas avisaram, o trabalho externo temporário tem sido uma característica "estrutural" na agricultura camponesa, precisamente porque um processo de produção dominado pela natureza cria demandas desiguais sobre o trabalho nas diferentes fases do ciclo cultural.

Lênin, na verdade, fundiu dois argumentos: a penetração das relações de trocas capitalistas no campo, e a reprodução das relações de trabalho assalariado, típicas

do capitalismo, no processo de produção agrícola (VERGOPOULOS, 1974). Conquanto o primeiro fosse o ponto teórico crucial, o último era um corolário político necessário para Lênin, em sua busca por aliados rurais. Depois da revolução camponesa de 1905, Lênin foi forçado a reconhecer a fraqueza teórica de sua posição, mas insistiu, apesar disso, sobre a "tendência" (GOODMAN, SORJ E WILKINSON, 1990). A defesa dogmática da tendência foi, subseqüentemente, o aspecto predominante de uma linha completa de análises leninistas até os dias de hoje.

Como uma alternativa à industrialização capitalista, a primeira geração dos populistas defendeu uma unidade original da indústria e da agricultura. No entanto, nas condições pós-revolucionárias muito diferentes dos anos 20, Chayanov postulou uma nova aliança, com o capitalismo assumindo as atividades "industriais" da agricultura, enquanto que a unidade camponesa manteria as atividades intrinsecamente agrícolas. Essa tese de articulação, conquanto incompatível com a tese geral de Chayanov sobre a dinâmica autônoma da reprodução camponesa, viria a servir, paradoxalmente, como um modelo para teorizações marxistas posteriores sobre o complexo agroindustrial. O debate russo, portanto, oscilou entre dois pólos. Por um lado, em torno da análise leninista, que não conferia nenhum status específico à natureza e argumenta pela reprodução de relações sociais equivalentes tanto nas cidades quanto nos campos. (Na medida em que a agroindústria entrava nessa análise, ela foi vista como um simples corolário da agricultura capitalista.) Contra isso, temos a visão populista de uma aliança entre a agroindústria e os camponeses.

O debate alemão sobre a questão agrária foi significativamente mais rico que as discussões russas, suas contemporâneas, em parte devido à maior complexidade da mudança rural. A agricultura alemã passava por um processo de modernização, dominado pelos prussianos, que durou a maior parte de um século e foi pega em uma crise provocada pela consolidação de um mercado agrícola mundial (GOODMAN, 1984). Nessa crise de ajustamento às exportações de cereais do Novo Mundo, a "agricultura capitalista" da Alemanha tinha muito em comum com aquelas dos outros países da Europa Ocidental. No entanto, esse debate foi duplamente ofuscado. Primeiramente, os pontos de vista dos "reformistas" sobre a agricultura familiar modernizada foram encontrados pela defesa da ortodoxia marxista de Kautsky, embora isso tenha fundamento, como veremos, em uma interpretação muito diferente da fazenda familiar, em termos de auto-exploração. Em segundo lugar, as sutilezas da análise de Kautsky foram, por sua vez, castradas em seu abraço subseqüente à ortodoxia

leninista (AMIN, 2003). Quais foram os discernimentos específicos do debate alemão? Primeiro, que o equivalente do "camponês médio", longe de ser uma vítima precoce da diferenciação, frequentemente era capaz de adaptar-se ao processo de modernização.

Esse desenvolvimento, que veio desde então a ser reconhecido como um resultado comum da modernização agrícola, infelizmente foi encoberto pela teorização de Kautsky sobre a persistência da agricultura familiar em bases da autoexploração crescente. Sobre a questão da supremacia das grandes fazendas, Kautsky endossa a tendência generalizada identificada por Marx, mas aponta também fatores contrários que limitam a sua operação na agricultura (HUSSEIN E TRIBE, 1981). No entanto, cada um desses fatores contrários é considerado em termos de seus efeitos nas relações sociais, ao invés de por suas origens em um sistema produtivo natural ou orgânico. Assim, nas considerações formais sobre os obstáculos à agricultura de larga escala, feitas em "A Questão Agrária", Kautsky assinala o problema da organização espacial da produção, mas discute somente as suas implicações para o controle do trabalho. Da mesma forma, as questões do endividamento são analisadas em termos dos costumes de heranças, ao invés de como derivadas da posição peculiar da terra dentro do sistema produtivo. Ademais, já mencionamos que a reprodução da agricultura camponesa é atribuída às características intrínsecas da unidade de produção familiar: a sua capacidade de auto-exploração. O fracasso do capital em organizar um sistema de produção superior para corroer a vantagem competitiva da produção familiar foi ignorada. Isto é, a incapacidade do capital em estruturar um processo produtivo especificamente industrial não entrou em escrutínio.

Essa visão da tenacidade do campesinato não combina com a clássica caracterização da fazenda leiteira familiar, cuja integração na agroindústria foi vividamente descrita por Kautsky (1974) em termos surpreendentemente modernos. Aqui somos apresentados a todas as características principais da agricultura contratual, juntamente com novos argumentos que justificam a persistência de tal sistema, baseados na incapacidade da indústria de determinar as condições de oferta dos insumos necessários sem ter que produzi-los ela mesma. Mas novamente a pergunta-chave, que aplica-se também às discussões atuais - por que o leite não pode ser produzido industrialmente de forma mais barata? não é considerada. Em uma seção posterior, no entanto, Kautsky apreende um dos aspectos mais fundamentais da agroindustrialização, que descrevemos como substituição.

Assim, ele se refere à tendência da indústria manufatureira de diminuir a sua dependência no produto agrícola, tanto através de economias para reduzir o volume de matéria-prima por unidade de produção fabril, quanto pela substituição de insumos agrícolas por não-agrícolas. Essa visão de uma das dimensões-chave da agroindústria foi completamente perdida quando a posição de Kautsky entrou na tradição marxista como uma variante da ortodoxia leninista. No entanto, esses elementos da análise de Kautsky não o desviaram de sua caracterização central da agroindústria: como a resposta da agricultura de larga escala às crises dos preços baixos (TEWELES, 1983). A diversificação das grandes fazendas via integração vertical no processamento de alimentos e atividades agroindustriais correlatas foi vista como uma estratégia para reter o valor adicionado na agricultura, compensando assim os preços em queda. Essa mesma dinâmica foi também identificada no "desenvolvimento de cooperativas rurais". No entanto, essa análise encobre o movimento, mais importante, em direção à substituição industrial e ignora completamente a apropriação industrial do próprio processo de produção rural.

Os termos do clássico debate foram, assim, congelados brevemente nas categorias históricas que correspondiam ao ainda embriônico desenvolvimento de seu objeto: a modernização agrícola. Como resultado, a especificidade da agricultura ou era negada pela transposição das relações sociais capitalista, da cidade industrial para os campos ou era defendida com base na suposta superioridade do modo camponês de produção. Dentro das contribuições mais cheias de nuances do debate alemão, no entanto, podem ser discernidos os perfis de um confronto muito diferente entre o capitalismo e a agricultura, conforme argumenta Murray (1978). Isto é, perfis nos quais a fazenda familiar é capaz de sobreviver precisamente como resultado da modernização e onde a agroindústria é o ponto de partida de um novo processo de marginalização da agricultura via substituição. Ambas as tendências sugerem que é a especificidade do próprio processo de produção rural o que segura as chaves da direção e dinâmica da transformação agrícola sob o capitalismo.

Em anos recentes, a tradição marxista vem tentando conciliar-se com o peso do campesinato no Terceiro Mundo e com a persistência da fazenda familiar na modernização pós-guerra da agricultura europeia (WILKINSON, 1985) Isso levou a uma adaptação dupla na teoria, de forma a acomodar tendências empíricas indisputáveis. Somos brindados com a imprevista fusão das tradições marxistas e populistas, com a fazenda e a força de trabalho familiar sendo agora reinterpretados

como a expressão das relações de produção capitalistas. Dessa forma, o conceito de proletarianização, teórica e politicamente central à visão leninista, fica preservado.

O debate sobre a “especificidade da agricultura”, que surgiu no final dos anos 70, com o artigo de Mann e Dickinson “Obstáculos ao desenvolvimento da agricultura capitalista” e foi consolidado no Brasil com as contribuições de Goodman e outros (Das lavouras às biotecnologias) não problematiza a dicotomia sociedade - natureza, não é este o seu problema, mas ao colocar em destaque os obstáculos que o capital encontra para se reproduzir na agricultura, devido aos fatores ambientais, ou melhor, ao caráter natural da agricultura, desvela a importância da natureza como componente de análise, o que pode ser compreendido como uma crítica ao modelo acima apresentado.

Nas análises de Mann e Dickinson (1987), os obstáculos impostos pela Natureza ao desenvolvimento da agricultura capitalista desvelam a existência de uma problemática maior na relação entre o desenvolvimento tecnológico e a prática da agricultura que não pode ser simplificada pela idéia de “subordinação da natureza ao capital”, referindo-se a capacidade do capital (sociedade) em controlar e manipular os efeitos da natureza. Mann e Dickinson (1987) ao tratarem os problemas da diferença entre “tempo de produção e tempo de trabalho” e seus efeitos sobre a geração da taxa de lucro revelam que, “a natureza peculiar do processo produtivo em certas esferas da agricultura é incompatível com as exigências da produção capitalista” (1987: 2).

O elemento chave para compreender a intratabilidade da agricultura pelo capital é representado pela incapacidade deste último em eliminar os efeitos das atividades biológicas sobre certas esferas da produção agrícola, obstruindo a redução do tempo de produção. Referindo-se a Marx, os autores explicam que o “tempo de produção consiste em duas partes: um período em que o trabalho é realmente aplicado na produção e um segundo, durante o qual a mercadoria ‘inacabada’ é ‘abandonada à influências de processo naturais’, sem se submeter simultaneamente ao processo de trabalho” (1987: 15). Se considerarmos, a partir da teoria de valor de Marx, que somente o trabalho vivo cria valor, as mercadorias inacabadas sujeitas a estes intervalos não estão gerando valor e nem mais-valia. Para o capital este é tempo improdutivo, que mobiliza capital, mas não gera trabalho excedente. Assim,

“quanto mais coincidirem o tempo de produção e o tempo de trabalho, maiores serão a produtividade e auto-expansão do capital num dado espaço de tempo. Em consequência a produção capitalista esforça-se para reduzir não somente o tempo necessário para a produção de uma

mercadoria, mas também o 'excesso' de tempo de produção sobre o tempo de trabalho" (Mann e Dickinson, 1987: 16).

No contexto do campesinato do Terceiro Mundo, essa reinterpretação teórica foi baseada na hoje celebrada distinção entre as "formas de produção" e as "relações de produção". Estas últimas são determinadas pelas leis de movimento de um modo determinado de produção e são conceitualizadas ao nível da formação social. Em contraste, diferentes "formas de produção", que exibem diferentes "relações de exploração" a nível do processo imediato de trabalho, podem coexistir em uma mesma formação social (WILKINSON, 1985). Assim, em uma formação social capitalista, as formas de produção podem reter "a determinada organização do trabalho específica à empresa "pré-capitalista" (BANAJI, 1977:p.33). Argumenta-se ainda que essas aparências formais são enganadoras, uma vez que tais empresas familiares intermediam e incorporam relações capitalistas de produção.

Produtores familiares camponeses são, em essência, proletários, uma vez que sua reprodução está subordinada às leis capitalistas de movimento. No entanto, tal abordagem torna difícil detectar a motivação específica para a produtividade existente por trás dos processos de produção capitalistas. Não é possível localizar, portanto, a dinâmica que determina as condições para a competitividade e a adoção ou substituição de processos específicos de produção. Dentro da problemática da teoria marxista, a distinção entre "formas" e "relações" pode fornecer um mecanismo analítico para conciliar as concepções das relações de produção capitalistas com a persistência de sistemas de produção aparentemente não-capitalistas. Mas faz isso através da redução do capitalismo a um conceito vazio (SORJ, GODMAN, WILKINSON, 1985).

Uma variante dessa abordagem, novamente retirada dos cânones marxistas, é a tese agroindustrial, formulada no contexto metropolitano para reinterpretar a sempre presente fazenda familiar em modernização em termos de padrões de proletarização (MOLLARD, 1978; FAURE, 1978). De uma maneira semelhante, portanto, o marxismo e a realidade empírica neopopulista são harmonizados. Nesta visão, a posse da terra representa apenas uma relação "formal" aos meios de produção, uma vez que elementos-chave para a produção – insumos fabricados - e o uso do próprio produto são determinados pela produção e troca capitalistas.

A propriedade jurídica pode ser mantida pelos produtores diretos, mas a propriedade "real" está nas mãos dos capitais agroindustriais, que determinam o ritmo e opção do processo produtivo. A subordinação real do processo de trabalho pelo capital

pode ocorrer, portanto, mesmo quando os produtores diretos permanecem com o controle formal da terra. Na verdade, a posse formal dos meios de produção pela fazenda familiar encobre simplesmente a subordinação real dos produtores como proletários rurais. Chayanov e Lênin agora foram fundidos, na tese do complexo agroindustrial, e o camponês torna-se proletário. Dentro dessa perspectiva, Vogeler (1981) caracteriza os fazendeiros dos Estados Unidos como "trabalhadores proprietários", enquanto que Goss et al. (1980) argumentam que a reprodução da fazenda familiar é funcional para o capitalismo.

Essa forçosa preocupação em explicar as relações de produção aparentemente anômalas encontradas na agricultura de países capitalistas avançados deriva da preocupação central da teoria marxista com a definição das relações sociais de produção. Refletindo essa preocupação com as estruturas sociais e aceitando os termos do discurso herdado do debate clássico, a perspectiva dada pela tese agroindustrial é estreita e exclusiva demais (MANN, DICKINSON, 1978).

Especificamente, as relações e fronteiras entre atividades rurais e industriais não são, em si, objeto de escrutínio. Por trás dessa tese está a premissa de uma divisão "natural", ou pré-ordenada, do trabalho entre "agrícola" ou "industrial". Pela mesma razão, como já argumentamos, os diferentes ramos da agroindústria são vistos tipicamente como um "complexo", um bloco unificado de capitais, ao invés de atividades autônomas e potencialmente conflitantes (GOODMAN, SORJ E WILKINSON, 1990). Essa premissa de uma divisão pré-ordenada do trabalho traz consigo não só a duvidosa concepção de uma "aliança" entre os dois sistemas de produção, mas também a necessidade de demonstrar como ambos são governados pela lógica capitalista. Se eles não o forem, a produção familiar teria que lhe responder à lógica de outro modo de produção.

Mas uma vez que a organização da produção rural é tão obviamente determinada pelos capitais agroindustriais, a pressuposição de uma dinâmica camponesa fica crescentemente implausível. Daí a atração da tese da subordinação real, como uma solução para esse paradoxo aparente. No entanto, de acordo com Murray (1978) se não existe nem uma divisão natural do trabalho entre agricultura e indústria, nem a possibilidade de organizar diretamente a produção agrícola de acordo com as linhas capitalistas, precisamos olhar não para a produção rural, para descobrir o segredo da subordinação capitalista, mas para o aparecimento e desenvolvimento dos diversos ramos agroindustriais, tanto a montante quanto a jusante dessa produção. Nesse caso, a

"agricultura" representa atividades crescentemente residuais que resistiram à sua transformação em processos industriais. À medida que a apropriação e a substituição prosseguem, mudanças nas relações sociais na agricultura dependerão do grau com que as atividades rurais remanescentes poderiam ser organizadas para manter e reproduzir grupos sociais diferentes. As relações sociais rurais, mesmo reproduzidas pelo capitalismo, são permanentemente erodidas e reconstituídas à medida em que a tecnologia reproduz a natureza em um quadro industrial.

Até o ponto em que tentam explicar as tendências empíricas existentes, a tese agroindustrial e a sua contraparte do Terceiro Mundo representam um avanço na análise leninista da diferenciação. Apesar disso, essas formulações recentes partilham da mesma problemática: a necessidade de explicar as relações sociais rurais em termos das relações capitalistas da produção. Uma vez que o clássico processo (leninista) da proletarianização está excluído, a variante neopopulista é agora reinterpretada com a proletarianização "real" (GOODMAN et alli, 1990). No entanto, a questão das relações sociais específicas nos campos não atinge o "coração" da matéria. O problema central, ao contrário disso, é a corrosão industrial do rural, sendo variáveis-chave a natureza e o grau pelos quais os sistemas biológicos de produção são reproduzidos no contexto industrial.

Podemos ver através da análise de Mann e Dickinson (1987) que o desenvolvimento capitalista, portanto, não encontrou sua expressão histórica nem na "fazenda-fábrica" nem na "fazenda familiar" subordinada. Ao invés disso, foi definido pelo crescimento da força de trabalho agroindustrial, com a dinâmica das estruturas sociais rurais sendo determinada pelo grau e forma da industrialização da natureza. Em contraste, a tradição marxista tem colocado a questão agrária como uma de relações sociais em competição, isto é, a "persistência" do campesinato, ou como uma de se interpretar corretamente as relações sociais existentes (camponês = proletário). Mais recentemente, no entanto, as características biológicas ou naturais do processo de produção rural foram trazidas para o centro do palco. A primeira integração parcial dos padrões da produção rural como princípio explanatório para a dinâmica das estruturas sociais rurais foi aquela fornecida por Vergopoulos. Em seu estudo *A Questão Camponesa e o Capitalismo* (1974), argumenta que a modernização da fazenda familiar é uma resposta à falta de controle sobre o processo de produção agrícola e, daí, sobre os preços. Com boas ou más colheitas generalizadas devido à predominância das condições naturais, níveis mais altos de produtividade oferecem uma defesa contra as

flutuações do mercado em volume e preços. O progresso técnico na agricultura, portanto, torna-se a condição para a sobrevivência dos produtores rurais, precisamente porque o processo de produção rural é dominado pela natureza (TEWELES, 1983). Essa dinâmica "perversa" pode explicar a elevação permanente da "fronteira" tecnológica na agricultura e o processo concomitante de seleção competitiva e de exclusão de unidades de produção. No entanto, essa abordagem não é combinada com a análise da crescente apropriação industrial das atividades rurais: Consequentemente, assim como na tese agroindustrial, Vergopoulos propõe uma "aliança" permanente entre o campesinato moderno e a agroindústria.

Mann e Dickinson (1778) também assumem os ritmos naturais dos processos de produção rural como ponto de partida, argumentando que eles respondem pela falta de sincronismo entre a produção e o tempo de trabalho, o que reduz as taxas de lucro agrícola para abaixo das prevalentes em outros setores da economia. O investimento e a produção capitalistas são, conseqüentemente, desencorajados, estabelecendo-se assim a fazenda familiar como a unidade de produção mais apropriada. Nessa perspectiva, Perelman (1979) salienta que, dada a equalização do lucro, uma taxa de retorno abaixo da média para o capital seria compensada pela taxa de lucro acima da média. De fato, o obstáculo crucial a tal tendência parecia ser a existência anterior de um sistema de produção alternativo - agricultura familiar - para o qual a taxa de lucro não é o critério dominante.

Apesar disso, tanto aqui quanto no caso de Vergopoulos, a questão da agricultura como um processo natural de produção assume lugar de destaque. É o predomínio da natureza dentro do processo de produção agrícola, e não simplesmente a tenacidade e capacidade de auto-exploração dos camponeses, que agora é visto como explicação tanto para a dificuldade de impor a lógica capitalista de produção quanto a prevalência do modelo de fazenda familiar das opções polarizadas de modernização agrícola: ou capitalista ou unidades baseadas na família. Em seu tratamento do arrendamento, Murray (1978) é bastante conclusivo em relação à abordagem que temos proposto. No entanto, ele está basicamente interessado nos mecanismos e tendências que enfraquecem a apropriação do excedente via arrendamento, ao invés de na dinâmica que é dirigida contra a natureza, independentemente do arrendamento. Como foi mostrado por Vergopoulos (1974), o arrendamento tende a ser enfraquecido, na prática, pela subordinação agroindustrial da produção da fazenda familiar.

Murray toma como ponto de partida os limites materiais da produção agrícola, impostos pelos ciclos biológicos e sazonais da natureza, e os retornos desiguais ao capital, provocados pela fertilidade diferenciada. Ele então examina as conseqüências que advêm quando o controle sobre os meios de produção agrícola é exercido sob a forma da propriedade da terra (MURRAY, 1974). Assim como Vergopoulos, Murray vê o monopólio da terra como constituindo a base para a apropriação do excedente, em detrimento da acumulação de capital como um todo. Argumenta que aquele capital e, com ele, a intervenção estatal, têm seguido historicamente três estratégias básicas em sua tentativa de superar as barreiras apresentadas pela moderna propriedade com terras.

A primeira tendência é o esforço de incorporar novas terras fora do controle dos direitos de propriedade existentes - através da drenagem de terras pantanosas, programas de investimento em infraestrutura básica produtiva em terras marginais e assentamento de novos territórios. Essas iniciativas podem enfraquecer as formas de arrendamento existentes, mas propriedades com terras são constituídas nas novas terras e levam a novas formas de arrendamento. O resultado é que "o capital meramente estende a propriedade de terras. A limitação, ao ser superada, aparece de novo em uma escala maior. Cada extensão só pode oferecer uma saída temporária' da contradição" (Murray, 1978: p. 18). Uma segunda estratégia para eliminar a apropriação do excedente via arrendamento envolve políticas para acabar com a separação entre proprietários de terras e produtores, seja pela transformação do proprietário em fazendeiro ou, o que é mais comum, o fazendeiro em proprietário. A ação estatal no apoio ao crescimento da ocupação por proprietários na agricultura britânica pode ser compreendida nesses termos. Apesar disso, argumenta Murray, a operação da lei do valor é restrita pela relativa liberdade permitida pela propriedade. Assim, enquanto as condições mínimas para a reprodução podem ser redefinidas pela agroindústria via inovação tecnológica competitiva, seja produtor ou, ao mesmo tempo proprietário, pode resistir a pressões para aumentar a sua produtividade até o limite máximo. A fusão do proprietário com o produtor, portanto, apenas estabiliza a barreira da propriedade de terras em uma nova forma, menos aguda.

A terceira e mais decisiva estratégia adotada pelo capital foi a de atacar a base material do arrendamento através da quebra das barreiras impostas pela própria natureza. Aqui, Murray identifica alguns dos principais processos que temos caracterizado como apropriação e substitucionismo, tais com a eliminação virtual

de terras em alguns setores, inovações que economizam terra e produção de sintéticos. Assim como Murray, acreditamos que o movimento do capital, em sua relação com a agricultura, é para eliminar a terra e a natureza. Em nosso ponto de vista, no entanto, a força propulsora não é originária da existência da propriedade de terras e do arrendamento, que é a expressão social do caráter não-capitalista da produção agrícola. Suas origens serão encontradas a um nível anterior e mais fundamental: a intratabilidade da agricultura para processos de produção capitalistas. Ao discutir as limitações das tentativas de fundir o proprietário com o produtor direto, Murray subestima o grau pelo qual a agroindústria determina, efetivamente, a produtividade do trabalho agrícola - mas este não é o ponto principal. Para o capital, a limitação principal é a autonomia (limitada) do fazendeiro, ou proprietário/operador, mas sim sua incapacidade de eliminar os riscos, incertezas e descontinuidades intrínsecos a um processo natural ou biológico de produção. O corolário é que o grau de controle sobre o produtor direto (e, portanto, sobre a "forma" de produção) é secundário, em relação à falta de controle sobre a base orgânica do processo produtivo.

É esse obstáculo intratável à produção capitalista, essencialmente técnico, e não a existência do arrendamento, da moderna propriedade de terras, dos cercamentos globais, o que explica a dinâmica de longo prazo da substituição industrial. Portanto, a principal tendência não é a eliminação dos camponeses pelo enfraquecimento de sua base material. É, pelo contrário, a de se eliminar a base material da agricultura em si porque ela é incompatível com o processo de produção capitalista.

3. A REESTRURAÇÃO DO CAMPO MARANHENSE: expansão capitalista e modernização

A partir dos anos 1950 surge as moderna tecnologias para o campo brasileiro, que irá se acentuar a partir da década de 60, impondo uma nova reestruturação em larga escala a esse importante setor¹⁶. As transformações estruturais

¹⁶ Os fundamentos dessas recentes e poderosas técnicas científicas foram estabelecidos pelos avanços espetaculares em genética molecular feitos nos anos 50 e princípios de 60, que começaram a se traduzir em métodos de engenharia genética notavelmente mais simples e rápidos nos primeiros anos da década de 1970 (Cherfas, 1982). Indústrias importantes, cujo desenvolvimento tecnológico tinha sido até então virtualmente separado, descobriram repentinamente que possuíam bases tecnológicas superpostas ou, pelo menos, contíguas. Por exemplo: biotecnologias são tão relevantes para o cientista de alimentos que utiliza

e as novas indústrias que surgem desse processo podem ser descritas como um processo de bio-industrialização, que também foi convencionalmente denominado de Revolução Verde. O processo de modernização da agricultura no Brasil importou os meios de produção mais avançados.

Entretanto, é somente na década de 1960 que essas técnicas adquirem uma dimensão mais concreta com a implantação no país de um setor industrial voltado para a produção de equipamentos e insumos para a agricultura. Passa-se de uma agricultura tradicional, totalmente dependente da natureza e praticada por meio de técnicas rudimentares, para uma agricultura mecanizada, substituindo o chamado modelo de substituição de importações pela modernização do setor agrário e formação do Complexo Agroindustrial.

Esse modelo, hegemônico pelas oligarquias rurais, estava, no entanto, tencionado pelo avanço dos movimentos sociais do campo. Em 1964, foi criado o Estatuto da Terra (Lei 4504), que estabeleceu como referência de rearranjo espacial, a gradual extinção do latifúndio e minifúndio, surgindo a denominação de empresa rural (MOREIRA, 1990). A partir do golpe de 1964 o debate político a respeito da reforma agrária foi interrompido (DELGADO, 1985), e lentamente o pensamento conservador foi formatando a sua pauta em torno da oferta e demanda de produtos agrícolas e os seus efeitos sobre os preços, o emprego e o comércio exterior. Ao mesmo tempo foi ocultado o debate sobre estrutura fundiária no país. O pensamento econômico hegemônico no Brasil ficou calcado no pensamento funcionalista norte-americano com respeito aos papéis clássicos da agricultura no desenvolvimento econômico. O pensamento dos economistas conservadores da época, e também de alguns críticos do sistema, estava impregnado das chamadas cinco funções da agricultura: i) liberar mão-de-obra para a indústria; ii) gerar oferta adequada de alimentos; iii) suprir matérias-primas para indústrias; iv) elevar as exportações agrícolas; e v) transferir renda real para o setor urbano.

processos de fermentação quanto para o geneticista, criando uma ligação considerada anteriormente, na melhor das hipóteses, como tênue (Buli et al., 1982). No entanto, o alcance da biologia molecular via aplicações industriais da engenharia genética e molecular é muito maior do que até mesmo esse exemplo sugere: alcança todas as indústrias que usam ou poderiam usar materiais biológicos em lugar de recursos não renováveis. Essas incluem as indústrias energéticas, químicas, farmacêuticas, alimentares e de bebidas, agrícolas e de tratamento de dejetos.

O Estado foi o principal financiador e articulador dos agentes responsáveis pela modernização do campo e pela formação dos complexos agroindustriais (KAGEYAMA *et al.* 1990), através: do fornecimento de crédito subsidiado para custeio e investimento, atrelado à adoção da nova base técnica: internacionalização da indústria a montante produtora de bens de capital; das articulações entre as empresas públicas de pesquisa responsáveis, pelo desenvolvimento de novas cultivares; as multinacionais produtoras de insumos químicos e mecânicos; incentivo fiscal e creditício às agroindústrias; extensão rural, difundindo as novas técnicas de manejo; e da criação de uma rede de armazéns públicos e de investimentos em transporte e energia.

Neste primeiro momento, a agricultura teve a função de fornecer a matéria-prima necessária à industrialização, alimentar a crescente população urbana e diversificar a pauta exportadora, gerando as divisas indispensáveis para a importação sobretudo de bens de capital (MAZZALI, 2000; SILVA, 1980; DELGADO, 1985).

Considerando que este processo de modernização técnica da agricultura e de integração com a indústria é caracterizado por um lado pela mudança na base técnica de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos etc.), e de máquinas industriais (tratores, colhedoras, implementos, equipamentos de irrigação etc) Estas novas técnicas só chega no Maranhão nos anos 1990 sob a forma de pacotes tecnológicos exclusivos para a soja no Sul do estado. Pode-se afirmar também, que a integração de grau variável entre a produção primária de alimentos e matérias primas e vários ramos industriais como se deu no centro -Sul (oleaginosos, moinhos, indústrias de cana e álcool, papel e papelão, fumo, têxtil, bebidas etc.) não chega a se estabelecer no Maranhão nem mesmo nesta primeira década do século XXI. As atuais atividades monocultoras no estado (soja, milho, eucalipto, cana de açúcar) são de caráter puramente “extrativista”, por este motivo não fomentaram desenvolvimento industrial, ou seja, não possibilitaram a formação de um complexo agroindustrial, antes o impede.

Figura 04. Principais características dos modelos de desenvolvimento da América Latina anos 70-90.

Critérios	Decada de 70	Decada de 80 e início de 90
Modelo economia dominante	Substituição da importações	Vantagens comparativas
Característica globais	Protecionismo, supervalorização das taxas de cambio. Objetivo de desenvolver a industria domestica aumentando auto-suficiencia	Liberalização das politicas comerciais. Equilibrio das taxas de cambio. Setores-chave em nivel economico: industrias de mao-de-obra intensivas, agricultura orientda para exportação.
Setor publico	Aumento.Mecanismo economico. Fornecimento de subsidios	Racionalização. Venda de empresas publicas. Eliminação de subsidios.

	extensivos.	
Contexto internacional	Interesse pequeno ou nulo. Disponibilidade de capital. Fluxo de capital líquido para a América Latina. Endividamento rápido.	Grande e real interesse. Escassez de capital. Rápida escalada da dívida externa, gerando crise econômica. Transferência de capital líquido para países industrializados. Assinatura de acordos regionais de livre-comércio.
Contexto político	Ditaduras. Movimentos de revolta.	Processo de democratização. Multiplicação das ONGs.
Questões sociais	Aumento das diferenças sociais. Aumento dos salários reais.	Aumento das diferenças sociais. Diminuição dos salários reais. Cortes extensivos em programas sociais.
Agricultura	Fonte de receita para o desenvolvimento urbano-industrial.	Setor muito dinâmico. Importante fonte de moeda estrangeira.
Projetos de rápido desenvolvimento industrial (PRDR)	Objetivo de aumentar a produção de bens-salários. vistos também como programas beneficentes.	Drasticamente reduzidos. Objetiva PRDR negociável.
Ambiente	Em deteriorização. Grande impacto negativo dos “projetos de desenvolvimento”.	Rápida deteriorização em áreas rurais e urbanas.

Fonte: ALTIÈRE, MASERA, (1997).

Antes disso, na década 1950 dadas estas condições favoráveis foi convocado pelo Presidente Juscelino Kubitschek, através do decreto 40.554, de 14/12/56, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), chefiado pelo economista paraibano Celso Furtado. O GTDN propunha fundamentalmente a industrialização nordestina, com transformações na organização da agricultura regional. Das atividades deste grupo nasceu, em 1959, o documento intitulado “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”, que segundo alguns autores apoiavam-se, no relatório elaborado por Hans Singer em 1953. Tratava-se de uma iniciativa consistente de analisar a problemática nordestina, procurando soluções e apresentando diagnósticos.

Outras preocupações do relatório do GTDN eram:

- 1) Criação de um centro de expansão manufatureira no Nordeste;
- 2) Transformação da economia agrícola da faixa úmida, para garantir adequada oferta de alimentos nos centros urbanos;
- 3) Transformação progressiva da economia nas zonas semi-áridas, para torná-las mais resistentes à seca;
- 4) Deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste pela incorporação de terras úmidas do Maranhão à economia regional.

Sob a coordenação de Celso Furtado, o relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) que fundamentou a estratégia inicial de ação da SUDENE, constatava ter sido o seu fraco dinamismo nas décadas anteriores a característica mais importante da base produtiva instalada na região. Enquanto a indústria comandava o crescimento econômico no Sudeste, o velho setor primário-

exportador implantado no Nordeste dava mostras de sua incapacidade para continuar impulsionando o desenvolvimento econômico regional.

Uma das propostas centrais do relatório do GTDN – como ficou conhecido aquele documento – era estimular a industrialização no Nordeste como forma de superar as dificuldades geradas pela velha base agroexportadora nordestina. A partir dos anos 1960, impulsionadas por incentivos fiscais – 34/18-Finor¹⁷ (Fundo de Investimento do Nordeste) e isenção do imposto sobre a renda, principalmente, por investimentos de empresas estatais do porte da Petrobrás (na Bahia e Rio Grande do Norte) e da Vale do Rio Doce (no Maranhão), complementados com créditos públicos (do BNDS e BNB, particularmente) e com recursos próprios de importantes empresas locais, nacionais e multinacionais, as atividades urbanas – e dentro delas, as atividades industriais – ganham crescentemente espaço no ambiente econômico do Nordeste. Estas passam a comandar o crescimento da produção na região, rompendo (ate certo ponto) a fraca dinâmica preexistente.

No início dos anos 1960 a SUDENE, recém-criada, concentrou esforços e recursos federais na realização de estudos e pesquisas sobre a dotação de recursos naturais do Nordeste (em particular de recursos minerais) e na ampliação da oferta de infraestrutura econômica (sobretudo transportes e energia elétrica). Tais investimentos tiveram importante papel para o posterior dinamismo dos investimentos nas atividades privadas, tanto no setor industrial quanto no terciário, mas olhando atualmente para os indicadores sociais da mesma região, observa-se que o tal dinamismo restringiu-se realmente as atividades privadas.

O lento crescimento econômico do Nordeste, que durante muitas décadas caracterizou o ambiente econômico nordestino (GTDN, 1967), foi substituído pelo forte dinamismo de numerosas atividades que tinham como suposto objetivo desenvolver a região. No GTDN, a ênfase foi as distorções econômicas e sociais que impediam ao desenvolvimento materializadas no baixo grau de investimentos industriais e em indicadores sociais discrepantes se comparadas ao centro-sul do país que foi o berço da industrialização. A renda per capita do nordeste representava menos de 1/3 da renda per capita região industrializada; o ritmo de crescimento entre as regiões era na proporção

¹⁷ De acordo com dados da CPI do Finor, cerca de 10% de todos os recursos do órgão, subordinado à Sudene, foram desviados desde sua fundação, em 1974. O rombo na Sudam é estimado em R\$ 1,8 bilhão. O da Sudene, em R\$ 2,2 bilhões. A conta é modesta. Dados do próprio governo, trabalhados pela CPI, estima que US\$ 110 bilhões de todos os investimentos públicos feitos na Amazônia teriam sido desviados.

de 1 para 2, apresentando sistemas econômicos diferentes e antagônicos dentro de um mesmo país.

Dentre as disparidades estava ainda a política cambial que viabilizaria o crescimento industrial, afetando as exportações do nordeste e evidentemente reduzindo o seu poder de compra de maneira que se estabelece uma “substancial transferência de recursos do nordeste para a região industrializada”. Assim, fica claro na leitura do GTDN que a ausência de uma política de desenvolvimento industrial para o nordeste era a principal causa do baixo desenvolvimento, exaurindo os recursos naturais regionais que possibilitava a dinâmica do setor agroexportador nordestino. A industrialização segundo o GTDN possibilitaria o reordenamento das forças econômicas regionais a partir da geração de empregos, fixação de capitais. E assim estaria diversificando a produção interna regional que passaria a funcionar ao lado da dinâmica agroexportadora do nordeste.

Com o golpe, a estratégia inicialmente pensada pela SUDENE e o Banco Mundial, se redefinia, convergindo agora para os chamados projetos colonização dirigida. Nesta redefinição política o desenvolvimento da pecuária passou a ter prioridade. O Banco Mundial passava a financiar a formação de pastagens para a criação de gado.

Este projeto foi danoso por vários motivos: concentrou a propriedade da terra e da renda; não gerou emprego, pois a criação de gado extensiva requer apenas duas jornadas de trabalho por hectare ao ano; se bem melhorou a oferta de carne, não contribuiu para aumentar a produção de leite, assim como de outros alimentos, nem gerou excedentes exportáveis e suas conseqüentes divisas; desencadeou um processo violento de erosão e desequilíbrio ecológico em toda a região compreendida entre o Pindaré-Mirim e a fronteira do Pará. Para tanto, a grande maioria desses projetos não se viabilizou. Buscavam-se principalmente os recursos da SUDENE e SUDAM, conseguidos principalmente com a intervenção política e a sua destinação esvaiu-se pelo caminho da corrupção (GISTELINCK, 1988).

Os projetos agropecuários não implicaram em novas tecnologias e nem mesmo em empregos para os destituídos da terra. Além disso, a ampliação das áreas de pasto não significou necessariamente a expansão produtiva da pecuária (LUNA, 1984, p. 6 -60). A transformação nas relações atingiu tanto as áreas mais antigas quanto as terras devolutas de ocupação mais recente. A substituição da atividade agrícola pela

pecuária agravou a situação de oferta dos produtos agrícolas, gerando a escassez dos mesmos e, portanto, dificultando a situação dos trabalhadores do campo.

Todo esse processo de transferência de terras públicas ao patrimônio de grandes grupos econômicos tornou-se possível a partir da chamada Lei Sarney, de 1969. Ou seja, a partir da Lei Sarney de terras, que dispõe sobre as terras devolutas do Estado viabilizando assim a chamada “ocupação racional da Pré-Amazônia Maranhense”,

Essa legislação foi acompanhada de uma generosa política de incentivos fiscais e creditícios redundando na destruição sem precedentes dos recursos florestais da Pré-Amazônia Maranhense. Vinte anos depois, completada a devastação, esses mesmos grupos, no momento de negociar com o INCRA, tem suas benfeitorias, na maior parte dos casos inexistentes, a preços que chegam a atingir um ágio de 2.481%, conforme apresentado pela Folha de São Paulo.

Almeida (apud GONÇALVES, 2000) se refere a alguns desses projetos e a dimensão territorial que envolvia a exemplo dos projetos Sanbra Agroindustrial, Cacique, Tucumã, Pindaré, Mesbla, Bom Pastor, Floresta, Agropecuária Turiaçu, etc., os quais envolviam as empresas Bunge e Born, Cacique e Mesbla. Tais projetos tinham como área as dimensões que iam de 16.000 a 45.000 hectares de terras. Para facilitar a ocupação dessas terras foi preciso expulsar o homem do campo. E a forma era na “marra”, porém outros mecanismos foram utilizados, como as manobras cartoriais e a pistolagem. Como analisa Asselin (1982) “incorporar as terras livres do Maranhão ao modelo de propriedade da sociedade capitalista, tornou-se uma tarefa urgente e prioritária a ser executada pelo governo”

O atual município de Buriticupu tornou-se o exemplo típico de toda essa situação. Kowarick (1995, p.62) demonstra como se processava a prática de apropriação da terra por grandes grupos econômicos, assim como deve ser ressaltada a singular contribuição de Asselin (1982) no desvelamento das falcatruas e dos grilos no Maranhão e na Amazônia. Desse modo, as instâncias harmonizadoras e negociadoras nesse momento de avanço capitalista foram, na prática, suporte para a expropriação do campesinato. Incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), para os novos projetos implantados junto ao Estado, acirraram a perda das terras pelos trabalhadores.

O Estado empregava um discurso de ocupação “racional” no sentido de disciplinar o alargamento da fronteira agrícola e promover uma “modernização” no

setor primário. Era uma política que, em tese, destinaria terras disponíveis para os investimentos agropecuários e, concomitantemente, implantaria projetos de colonização que abrigariam camponeses vindos de situações conflituosas. Mas, a ambiguidade desta prática se impôs, embora houvesse uma política oficial de incentivo à pequena produção familiar a ser empregada, esta foi ao mesmo tempo, acompanhada de investimento do Estado em grandes empresas. Como afirma Luna (1984, p. 56) houve uma predominância desta proposta em detrimento daquela primeira. Os incentivos fiscais e leis estaduais que propiciaram assim, a vinda de grandes grupos nacionais e multinacionais que investiram em imensos latifúndios na região do Pindaré, promovendo a devastação da floresta e do sistema ecológico.

O projeto de colonização em Buriticupu surgiu em 1971, como proposta do governo estadual em criar, na região Sudoeste do Maranhão, uma zona de expansão agrícola que ao mesmo tempo abrigasse inúmeras famílias de trabalhadores rurais ociosos e aproveitasse as imensas áreas de terra fértil e inexplorada da região. Logo que chegaram as primeiras famílias vindas de várias cidades, inclusive dos Estados do Ceará e Piauí, foi possível perceber os verdadeiros objetivos do governo. Os trabalhadores que vieram na esperança de tornar-se um pequeno proprietário, senhor de sua própria condição, de possuir um pedaço de terra, foram transformados, gradativamente, em mão-de-obra barata nas grandes fazendas, madeireiras ou mesmo arrendatários do latifundiário. Na ocasião o Governador do Estado era Pedro Neiva de Santana, que se encarregou de disseminar a ilusão de que Buriticupu seria o novo Paraná. De uma maneira geral (ou de maneira alguma) não há como falar que houve modernização do setor agrícola nordestino, os próprios indicadores de modernização estão muito concentrados nas regiões Sul e Sudeste e parcialmente no Centro-Oeste.

No Maranhão a partir da implantação dos grandes projetos minero metalúrgicos (na década de 1980) a pequena agricultura entrava em colapso e diversos conflitos se intensificavam. Realmente para o centro Sul o período histórico 1965-1982 constitui-se na “idade de ouro” do desenvolvimento de uma agricultura capitalista em integração com a economia industrial e urbana e com o setor externo, sob forte mediação financeira do setor público. O Maranhão vivenciou de maneira muito fragmentada as sobras deste processo a partir dos anos 1990.

Pode ser visualizado, nesse processo de modernização, um pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador, De modo simultâneo à integração técnica da indústria com a agricultura, as oligarquias rurais encontraram

abrigo. A produção de grãos no Sul do Maranhão e no Baixo Parnaíba, bem com o fluxo de produtores do Sul, sudeste e centro-oeste para o Maranhão, tem o intuito de expandir a fronteira agrícola do agronegócio e incorporar novas áreas à produção comercial do país.

O PRODECER III¹⁸ é a expressão mais forte do processo de modernização da agricultura, cuja característica principal é exclusividade na concessão dos benefícios para os fazendeiros médios e grandes (criar condições de desenvolver a agricultura comercial de forma privada ou associativa)

Em resumo, como afirma Silva (1980; 1982), o Estado brasileiro, entre as décadas de 1960-80, foi o principal articulador dos agentes responsáveis pela modernização agrícola - empresas estatais, empresas multinacionais e grandes produtores - e pelo investimento no desenvolvimento das forças produtivas. Para o autor, a modernização do campo solucionou os problemas agrícolas, atrelados à produtividade e aos preços, permitindo ao país se industrializar; mas agravou os problemas agrários, com o aumento da concentração fundiária, a expulsão dos pequenos produtores e a intensificação das lutas sociais.

3.1 A REPRODUÇÃO DO CAPITAL NA AGRICULTURA

A tecnologia e as inovações sempre foram o propulsor do capitalismo, hoje elas têm dado a base do domínio da produção agrícola pelos grandes grupos internacionais, bem como o crescimento de agro-serviços não agropecuários do campo, que proporciona uma nova logística, que vem mudando o cenário da exploração, representados pelas pousadas, turismo rural e ecoturismo, alternativas que amplia, ainda mais, o espaço para a acumulação de capital com o aprofundamento do padrão agrário. Sob a ótica reprodução do capital, esses serviços de “lazer rural” representam um movimento compatível com a lógica capitalista, numa releitura de tradições e de outros elementos culturais da estrutura de antigas fazendas e de espaços ambientais preservados. A outra esfera é a financeira propriamente dita, onde os derivativos agrícolas operam numa margem de valorização muito acima da riqueza real produzida

¹⁸ Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados, consistindo em pesquisas agrícolas, assistência técnica e créditos especiais. Esse programa foi estabelecido para apoiar a agricultura de exportação no Cerrado Maranhense e Tocantinense.

pela agricultura, ou seja, com o desenvolvimento do capital fictício¹⁹, os mercados futuros movimentam enormes fluxos de valor baseados apenas em expectativas²⁰.

Não é por acaso que o desenvolvimento dos agros-serviços transnacionais e de distribuição que permeiam todo o movimento interno das cadeias de produção da agricultura ganham progressivamente contornos de elementos essenciais para o sucesso dos empreendimentos. Nos agros-serviços de distribuição estão envolvidas as estruturas de intermediação, representadas pelos “compradores” do interior, pela estrutura do comércio atacadista e pelos equipamentos varejistas na distribuição final. Nesse espaço estão representadas as transações em cadeia que conduzem os produtos da roça à mesa, envolvendo a organização transacional do fluxo produção-consumo. Emerge nesse processo o papel preponderante do poder do mercado e das redes de supermercados na definição de padrões e dos parâmetros da formação de preços.

Destaca-se neste processo as assessorias de comércio exterior (exportação e importação) das economias globalizadas, os lobistas e grupos de pressão, para agirem nos espaços definidores de decisões estratégicas como a bancada ruralista no Brasil, por exemplo, seja no campo do aparato regulatório ou ainda nas decisões governamentais específicas como o financiamento do custeio e do investimento. Por fim, emergem os agros-serviços financeiros típicos da modernidade setorial para atuarem de forma especializada na “linkagem” da estrutura técnico-produtiva com o sistema financeiro no seu sentido mais amplo, que vai além do limite de compreensão enquanto sistema bancário. Como bem afirmara Marx, o capitalismo não está apenas submetido ao desígnio de revolucionar sempre os meios de produção, mas também as relações sociais e econômicas de produção. Assim, o processo histórico revoluciona o modo de vida criando novas formas de viver, pensar e, consumir. Novas mercadorias e novos mercados, num ritmo frenético dos espaços para a valorização crescente do capital e desse modo a velha saga de levar ao limite a possibilidade o processo de acumulação

¹⁹ Ver - Carcanholo, Marcelo D. (2010a) A Crise Atual e o Papel do Capital Fictício. Antítese – Marxismo e Cultura Socialista, n.8, maio, pp. 41-60.

²⁰ O entendimento categoria capital fictício em Marx só é possível dentro do que o autor chama de autonomização/substantivação das formas do capital (Marx, 1988, vols. IV e V, seções IV e V). Esta temática, ao contrário do que se possa imaginar, não é um corolário das leis gerais de funcionamento do capital total, a partir do qual frações específicas do capital apresentariam especificidades. Para Marx, faz parte da legalidade do capital total o fato de que as formas que este utiliza para se apresentar nos distintos momentos de sua circulação ganhem uma autonomia relativa de funcionamento, de maneira que as formas que o conteúdo-capital utiliza para se manifestar na circulação de mercadorias (dinheiro e mercadorias) e no processo produtivo (capital-produtivo), de meras adjetivações do substantivo capital, se substantivam, isto é, apresentam uma lógica própria, que se subordina à totalidade do modo de produção capitalista, como não poderia deixar de ser, de forma dialética.

do capital. Segundo Chesnais (1996) são as finanças que comandam hoje o nível e o ritmo da acumulação stricto sensu, este termo designa o processo de reprodução ampliada do capital em suas duas dimensões: o da criação de capacidades de produção “novas”, e o da extensão das relações de produção capitalistas, entendidas como relações de exploração imediatas da força de trabalho por um capital orientado para a produção de valor e de mais-valia.

Nesta dinamização das forças produtivas, o capital absorve contradições e reorienta-as sob sua égide, como no caso dos amplos negócios das reciclagens de todos os matizes e a (re) descoberta do campo como espaço lúdico propício para atividades de ecoturismo e turismo rural na terra. Esse admirável entrelaçamento forma o complexo reprodutivo do capital no agronegócio numa economia globalizada e financerizada, conectando o local e o global com a mesma força que reforça as suas especificidades. São movimentos de pretensa contradição, mas que convergem para a mesma lógica do capital em geral, onde não há mais decisão solitária por envolver uma malha ampla e complexa de informações para formar expectativas consistentes que façam revelar a preponderância da lógica do investimento na produção sobre as apostas oportunistas típicas de cassinos²¹.

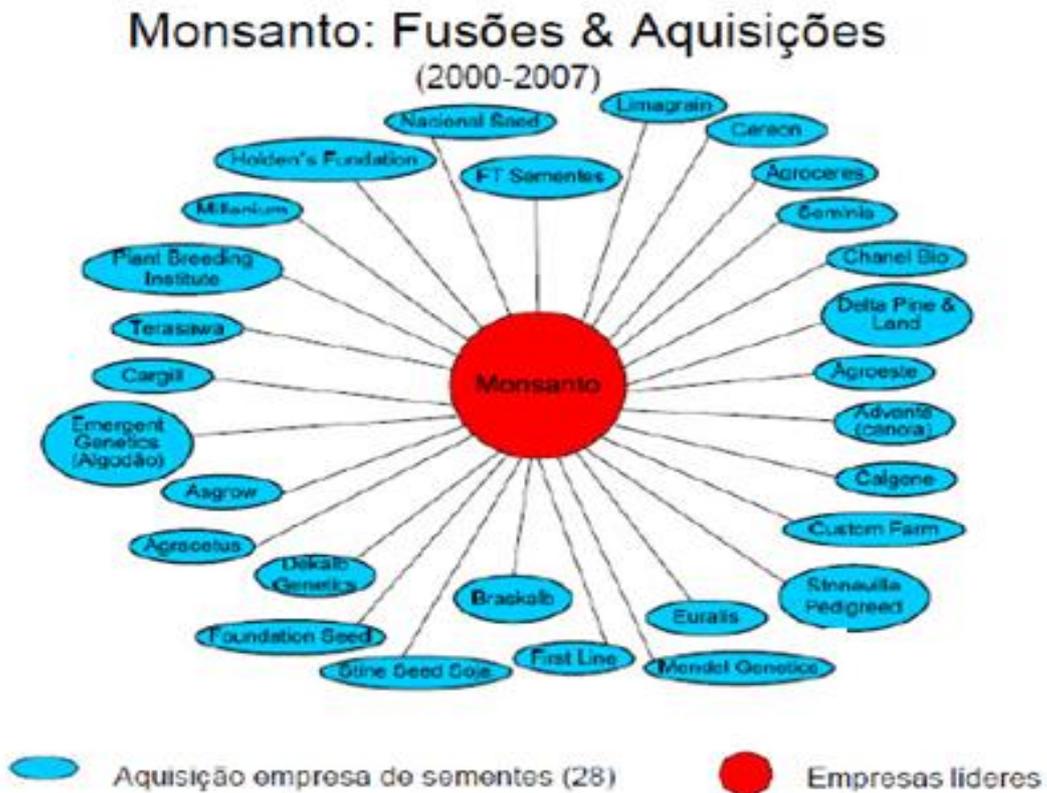
Vários autores, entre eles, Holt-Giménez (2007) e Guillet (2007) vêm pesquisando e chamando atenção para as graves implicações dessas alianças estratégicas entre as empresas concorrentes nos setores da agroquímica, da biotecnologia, agroalimentar e as empresas do setor petrolífero contando, inclusive, com a cumplicidade do Estado. Assim, setores estratégicos, como o de energia, de produção e comercialização de alimentos, intermediados pelo complexo técnico-científico, ficam nas mãos de alguns poucos grandes complexos corporativos podendo manejar seus interesses de acordo com as circunstâncias²². O sociólogo Pablo González Casanova em seu livro *As Novas Ciências e as Humanidades: Da Academia à Política* chama atenção para a complexidade que o capitalismo adquiriu no pós-guerra onde no lugar dos grandes trustes e cartéis, com seus grandes monopólios especializados e setorializados

²¹ O grande volume de contratos (futuro e de opções) negociados pelos agentes corporativos (traders, bancos, fundos de investimento) faz com que eles consigam influenciar a queda ou a elevação dos preços em curto espaço de tempo. Ao perceberem que há uma tendência de queda dos preços, eles vendem os seus contratos e os recomparam novamente alguns meses depois a preços menores, obtendo, dessa maneira, uma margem de lucro puramente especulativa.

²² O poder das transnacionais reforça-se pelo fato de que se trata cada vez menos de simples empresas que produzem em escala mundial, a cada vez mais de empresas organizadoras da produção, comercialização, financiamento e promoção, com um impacto de reordenamento do universo econômico que vai muito além das fronteiras da propriedade empresarial.

(Thyssen, Krupp, Ford, etc...), passa-se para égide de grandes complexos corporativos técnico-científico-industrial-financeiro-militar-midiáticos (CASANOVA, 2006) mediante aquisições e fusões de grandes corporações. O autor mostra como nos últimos anos existe um poder concentrado liderado por estes mercados.

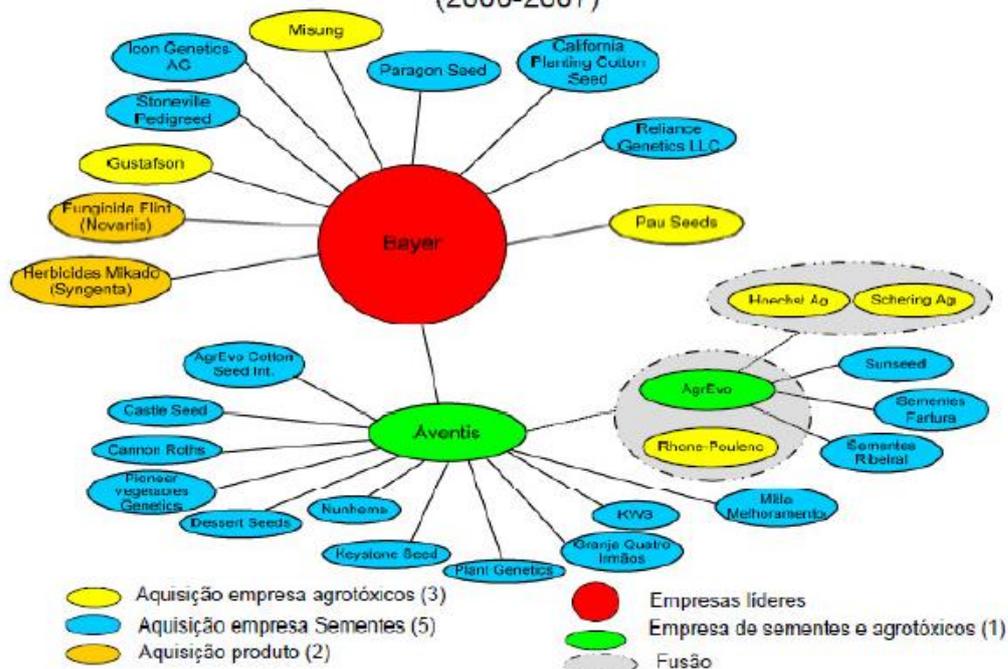
Figura 05. Aquisições da Monsanto (2000-2007).



Fonte: Pelaez e outros (2010) elaborado a partir de Agrow Magazine e sítio das empresas

Figura 06. Aquisições da Bayer (2000-2007).

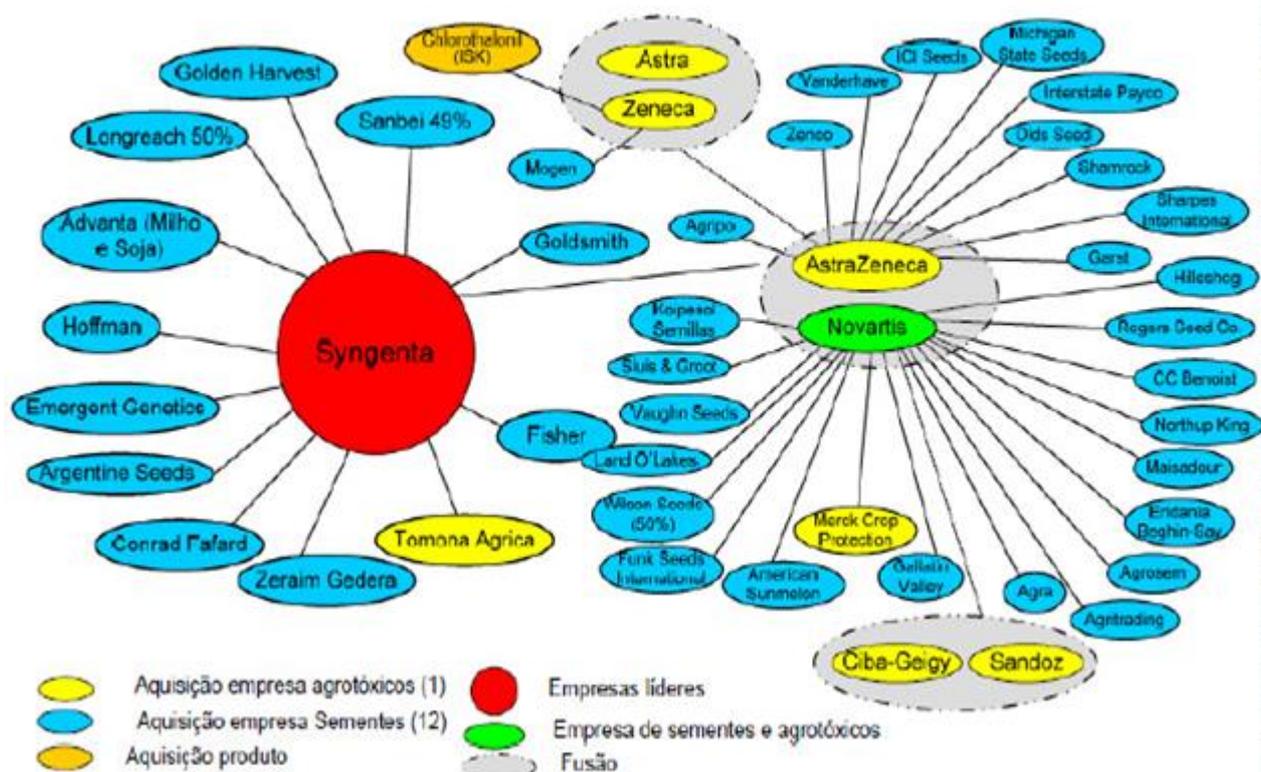
Bayer: Fusões & Aquisições (2000-2007)



Fonte: Pelaez e outros (2010) elaborado a partir de AgronMagazine e sítio das empresas

Figura 07. Aquisições da Syngenta (2000-2007).

Syngenta: Fusões & Aquisições (2000-2007)



Fonte: Pelaez e outros (2010) elaborado a partir de AgronMagazine e sítio das empresas

Desde meados da década de 1980, a crise fiscal do Estado brasileiro - num contexto de liberalização econômica, inovação tecnológica e mundialização dos circuitos espaciais produtivos abriu-se a possibilidade para uma mudança na regulação da produção agrícola. O papel proeminente exercido pelo Estado foi paulatinamente sendo assumido pelas grandes empresas, conhecidas também como tradings ou Gigantes dos Grãos (MORGAN, 1980; FREDERICO, 2010).

A organização reticular dessas empresas, além de lhes permitir uma ação mundial, monopolizando o comércio de grãos e o fluxo de capitais, possibilita também o estabelecimento de círculos de cooperação com empresas que atuam em segmentos complementares, controlando a logística e as inovações tecnológicas (sementes, fertilizantes, pesticidas e maquinário). Elas atuam nas diversas etapas da produção²³ - desde o fornecimento do crédito de custeio e de insumos químicos, até o armazenamento, transporte, beneficiamento e comércio dos grãos, e estão presentes nas principais áreas produtoras, portos exportadores/ importadores e centros consumidores.

Atualmente a ABAG (Associação Brasileira de Agrobusiness), agindo com outras instituições, tem um papel destacado na conformação do novo bloco de poder tendo nos agro combustíveis um lugar estratégico. Este novo bloco articula uma poderosa aliança de grupos industriais, financeiros, latifundiários, de intelectuais integrados e acríticos, tanto nas universidades centros de pesquisas e mídia. Forma-se o Complexo de Poder Técnico-científico-industrial-financeiro-militar-midiático (CASANOVA, 2006). Numa consulta ao site da ABAG - <http://www.abag.com.br/> - podemos encontrar entre as 58 entidades a ela associadas, detalhadas a seguir (PORTO-GONÇALVES, 2008):

1. Empresas e associações do setor de indústrias de alimentação, nutrição animal, fertilizantes, biotecnologia e sementes: ADM do Brasil Ltda (Archer Daniels Midland Company), AGCO do Brasil, Agrocere Nutrição Animal Ltda, Agropalma S.A., Associação Brasileira da Batata – ABBA, Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação – ABIA, Associação Brasileira dos Criadores de Zebu – ABCZ, Associação da Indústria de Açúcar e Alcool – AIAA, Associação Nacional de Defesa Vegetal –ANDEF, Bunge Alimentos S.A, Bunge Fertilizantes S.A, Caramuru

²³ Os impérios alimentares (PLOEG, 2010) detêm considerável monopólio de poder (uma cadeia as multinacionais controlam a produção, comercialização e consumo): está se tornando cada vez mais difícil, se não impossível, para os agricultores venderem seus produtos e para os consumidores comprarem sua comida independentemente dos circuitos controlados por eles.

Alimentos S.A., Cargill Agrícola S.A, COCAMAR - Cooperativa Agroindustrial, Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS, Coopavel - Cooperativa Agroindustrial, Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano – COMIGO, Cooperativa Agropecuária de Araxá – CAPAL, Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Guaxupé Ltda. – COOXUPÉ, Du Pont do Brasil S.A. - Divisão Pioneer Sementes, Federação das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul - Fecoagro/Fecotrig, Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda, Maeda S.A. – Agroindustrial, Malteria do Vale S.A., Pirelli Pneus S.A., Sadia S.A., Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas – SINDAG, Syngenta, União da Indústria de Cana-de-Açúcar – ÚNICA, União dos Produtores de Bioenergia – UDOP, Usina Alto Alegre S/A. - Açúcar e Álcool.

2. **Empresas do setor de consultoria:** Ceres ConSultoria S/C. Ltda., Price Water House Coopers, a Safras & Mercado e a MRS Logística S.A.

3. **Empresas do Setor de jornalismo e comunicações:** Agência Estado, Algar S.A. Empreendimentos e Participações, Globo Comunicação e Participações S.A. e Trademaq – Eventos e Publicações Ltda.

4. **Empresas do Setor financeiro:** Banco Cooperativo Sicredi S.A. – BANSICREDI, Banco do Brasil S.A., Banco do Estado de São Paulo S.A. – BANESPA, Banco Itaú, BBA S/A, Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F.

5. **Empresas do Setor químico:** Basf S.A., Bayer S.A., Du Pont do Brasil S.A., Enovik Degussa Brasil Ltda., FMC Química do Brasil Ltda. e a Monsanto do Brasil Ltda.

6. **Empresas do setor de máquinas e implementos:** John Deere Brasil S.A., Máquinas Agrícolas Jacto S.A., CNH Latin America Ltda - Divisão Agrícola – Case CE, Marchesan Implementos e Máquinas Agrícolas Tatu S.A.

7. **Empresas gigantes do setor de mineração:** Companhia Vale do Rio Doce e Petróleo Brasileiro S.A - Petrobrás.

8. **Instituições do setor de pesquisas, sobretudo estatais:** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e a Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz – FEALQ.

Na fronteira agrícola moderna, a maior parte do crédito obtido pelos produtores é fornecida pelas empresas privadas (tradings, bancos privados, empresas de sementes, fertilizantes e defensivos). Na safra 2007-2008, somente as tradings foram

responsáveis por 53% do funding²⁴ da safra de soja no estado do Mato Grosso, seguidas pelas demais empresas privadas (sementes, fertilizantes e defensivos) com 22%, pelos próprios produtores com 14% e pelos bancos públicos e privados com 11% (IMEA, 2011).

Mas com a crise financeira mundial de 2008, a participação das tradings diminuiu para 34%, a safra 2008-2009, obrigando a um aumento para 29% do uso dos recursos próprios dos produtores. Quando acontece uma menor participação das tradings e demais empresas privadas no funding da safra, acarreta uma série de problemas, como o aumento do custo do dinheiro (maiores juros) e a tendência à concentração de terras nas mãos dos produtores mais capitalizados. Significa dizer que, as oscilações da economia mundial e a dependência do crédito privado (fornecido por poucos agentes) é uma das faces da vulnerabilidade a que produtores e regiões produtoras estão expostos.

Outro fator de vulnerabilidade da produção agrícola é a crescente demanda e a necessidade de importação, bem como a oligopolização do mercado de fertilizantes (SAAB; PAULA, 2008). Entre 1994 e 2010, o consumo brasileiro de fertilizantes aumentou de 11,9 para 24,5 milhões de toneladas, com acréscimo significativo das importações que passaram de 5,2 para 15,3 milhões de toneladas, sendo responsáveis atualmente por mais de 60% do abastecimento do mercado interno. A cultura da soja consumiu na safra 2009/2010, 33% do total dos fertilizantes utilizados na agricultura brasileira, seguida pelo milho (17%), cana (15%) e café (8%). O predomínio das lavouras de soja e milho, somado à grande área plantada e dos solos pobres do cerrado fez do Mato Grosso o principal estado consumidor de fertilizantes. Na safra 2009/2010 foram consumidos no estado cerca de quatro milhões de toneladas, que corresponderam em média a 45% dos gastos totais com a produção (ANDA, 2011).

A partir da privatização das empresas estatais Ultrafertil e Fosfertil, no início da década de 1990, a indústria de fertilizantes brasileira sofreu um forte processo de fusões e aquisições. Atualmente, os grupos transnacionais Bunge, Yara e Mosaic regulam praticamente todo o mercado nacional, com forte influência na determinação

²⁴ Funding - "consolidação financeira das dívidas de curto prazo num prazo adequado à maturação do investimento e sua amortização". O processo de funding ocorre quando empresas não-financeiras negociam junto ao mercado de capitais, para mobilizar fundos de longo prazo necessários à consolidação financeira do investimento, através dos lançamentos de títulos de dívidas direta de longo prazo e/ou de direitos de propriedade - p. ex., debêntures e ações para fundos de pensão, fundos de investimento, fundos de ações, etc.

dos preços (SAAB; PAULA, 2008). Apesar dos diversos fatores que interferem no custo dos fertilizantes (custo da matéria-prima, frete marítimo e terrestre, custos portuários, impostos, etc.), observa-se que desde 2006, o aumento dos preços acompanhou diretamente a elevação da cotação da soja, o que indica sua manipulação (na formação de cartel) por parte das empresas fornecedoras (SAAB; PAULA, 2008).

Em relação ao domínio dos grandes grupos, é importante destacar que as tradings também possuem uma atuação direta na logística de escoamento dos grãos. A crescente distância entre as novas áreas produtoras e os principais portos exportadores, o déficit e a precariedade das infraestruturas de armazenamento e transporte tornou o controle da logística uma das principais formas de regulação da produção. Na fronteira agrícola moderna, as principais infraestruturas e sistemas de transporte construídos para escoar os grãos são controlados diretamente pelas tradings ou através de parcerias com as empresas concessionárias.

No primeiro caso, destacam-se a Hidrovia do Rio Madeira e os portos de Porto Velho/RO e Itacoatiara/AM, administrados pela Amaggi (principal *trading* de capital nacional), e o porto de Santarém/PA, administrado pela Cargill. Ambos facilitam o escoamento dos grãos produzidos no oeste do Mato Grosso e no estado de Rondônia. No segundo caso, diversos são os exemplos de parcerias estabelecidas entre as próprias *tradings* e destas com as empresas concessionárias.

O Grupo Maggi, em parceria com a América Latina Logística (ALL) e a empresa Bunge, construíram o Terminal de Granéis do Guarujá (TGG), localizado no Porto de Santos, que consiste no maior terminal de recepção, armazenamento e embarque de granéis sólidos agrícolas da América Latina. O TGG conecta-se à malha ferroviária paulista e a Ferronorte, expedindo os grãos provenientes da região Centro-Oeste. A ALL também possui parcerias com outras *tradings* como a Cargill e a ADM para o uso da ferrovia Ferronorte, principal artéria de exportação de grãos daquela região.

A empresa Vale, concessionária das ferrovias do Carajás e Norte-Sul, também possui parcerias com as principais tradings (Cargill, Bunge e ADM), com o objetivo de escoar, pelo Porto de Itaqui/MA, os grãos produzidos nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará.

Outra política estratégica adotada pelas *tradings* é o controle do sistema de armazenamento de grãos. Este é essencial para o beneficiamento dos grãos (limpeza, tratamento fitossanitário e conservação da massa) e o cadenciamento da expedição,

evitando a sobrecarga dos sistemas de transporte e atenuando os picos de frete. Com as privatizações, o aumento da produção de grãos e a expansão da fronteira agrícola moderna, os armazéns estatais – predominantes até a década de 1980 – tornaram-se insuficientes e mal localizados. As grandes empresas, desde então, se transformaram nos principais armazenadores, sobretudo nas áreas de expansão da agricultura moderna. A falta de silos estatais e nas fazendas tornou os produtores dependentes das tradings. Eles são obrigados a utilizar as infraestruturas delas, vendendo os grãos antecipadamente ou na época da safra (preços menores e fretes maiores), submetendo-se a práticas duvidosas, sob o risco de não conseguir escoar a produção e acabar por perder (estragar) os grãos. Como demonstram os exemplos supracitados, além do uso dos novos sistemas técnicos informacionais, a agricultura científica globalizada também se caracteriza por uma nova forma de regulação política da produção.

Na fronteira agrícola moderna, o poder das grandes empresas (tradings, agroindústrias, sementes, fertilizantes e agrotóxicos) se expressa através da regulação das inovações tecnológicas, do financiamento de custeio, do fornecimento de insumos, do comércio e da logística de circulação dos grãos. Somado à ação das empresas, os produtores e regiões produtoras também são vulneráveis às aplicações financeiras realizadas pelos especuladores internacionais, que aumentam a volatilidade dos preços, decorrente da criação de uma demanda fictícia por *commodities* agrícolas²⁵.

Pode-se dizer que a competitividade e a vulnerabilidade são as duas faces da agricultura científica globalizada dominada pelo capital. O aprofundamento da especialização regional produtiva, característica *sine qua non* do atual paradigma agrícola. Ao mesmo tempo em que este possibilita uma inserção competitiva das regiões no mercado internacional, também cria uma maior vulnerabilidade, pois as decisões políticas são cada vez mais estranhas aos lugares da produção propriamente dita. Assim, o complexo corporativo multidimensional de poder torna-se evidente envolvendo empresas do setor agrícola e industrial (de biotecnologia, máquinas e equipamentos,

²⁵ “O capital fictício, como os demais capitais da circulação apenas, tem em sua lógica a apropriação de uma mais-valia que não produz, levando a uma redução da taxa de lucro, pela tendência a igualação da taxa média. Como visto, o capital fictício permite a multiplicação do capital existente, aprofundando o conflito dialético entre as lógicas da apropriação e da produção. A separação entre essas duas esferas tem sua unidade recobrada nas crises. Ademais: Por um lado, a funcionalidade do capital fictício permite o prolongamento da fase ascendente do ciclo, possibilitando a redução do tempo de rotação do capital global e elevação da taxa de lucro. Por outro lado, quando sua lógica individual de apropriação se expande, a fase descendente (crise) do ciclo também é aprofundada. A “disfuncionalidade” do capital fictício amplia as potencialidades da crise. A dialética do capital fictício, com sua (dis)funcionalidade, complexifica/amplia a tendência cíclica do processo de acumulação de capital”. (PAINCEIRA & CARCANHOLO, 2009, p.10)

química, de extração mineral, inclusive de petróleo), empresas do setor financeiro, do setor de consultoria e instituições de investigação científica e tecnológica e empresas do setor de comunicações (rádio, jornal e televisão) (HOLTZ-GIMENEZ, 2007).

Note-se, ainda, como esse bloco se articula com alianças supranacionais envolvendo gigantes em que se destacam a Bunge, a Syngenta, a Monsanto, a Sadia, a Basf, a John Deere, a Bayer, a Du Pont, a Pirelli, a Price Water House Coopers, a Petrobrás, a Vale do Rio Doce, a Goodyear e a ADM. Sendo assim, não são os interesses nacionais que comandam as ações desse bloco de poder no segmento agroindustrial que, todavia, vem impulsionando a política dos estados por meio dessas organizações para-governamentais que conformam essas novas formas do fazer político (HAESBAERT, 2006). A ABAG, juntamente com a ABEF - Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos - com a ABIEC - Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes e com a ÚNICA - União da Indústria de Cana-de-Açúcar, são membros do Conselho Diretor do ICONE – Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais.

Tabela 03. Principais países exportadores de milho Safra 2013/2014.

Posição	País	Exportação (mil t métricas)	Participação %
1º	Estados Unidos	33.022	31,4
2º	Argentina	18.500	17,6
3º	Brasil	18.000	17,1
4º	Ucrânia	16.500	15,7
5º	Índia	3.500	3,3
6º	Rússia	2.500	2,4
7º	União Europeia**	2.500	2,4
8º	Paraguai	2.400	2,3
9º	África do Sul	2.000	1,9
Demais Países (40)		6.200	5,9
Exportação Total		105.122	100,0

Fonte:USDA, (2012).

No atual modelo de exploração agrícola de articulação mundial como pode ser verificado na tabela acima, existe uma enorme concentração de dependência da exportação/produção, e se aplica a cada um dos quatro principais grãos consumidos no mundo hoje - trigo, arroz, milho e soja. Apenas cinco países – Estados Unidos, Canadá, França, Austrália e Argentina - são responsáveis por 88% das exportações mundiais de trigo (Santamarta, 2002). Tailândia, Vietnã, Estados Unidos e China representam 68%

de todas as exportações de arroz. No caso da soja, apenas três países – EUA, Brasil e Argentina – são responsáveis por 82% da produção mundial. No milho, os quatro principais produtores são responsáveis por 81,8% das exportações.

Tabela 04. Principais países exportadores de arroz safra 2013/2014.

Posição	País	Exportação (mil t métricas)	Participação %
1º	Índia	8.500	22,1
2º	Tailândia	8.000	20,8
3º	Vietnã	7.700	20,0
4º	Paquistão	3.200	8,3
5º	Estados Unidos	3.123	8,1
6º	Brasil	1.200	3,1
7º	Camboja	1.000	2,6
8º	Uruguai	900	2,3
9º	Egito	850	2,2
Demais Países (26)		3.937	10,2
Exportação Total		38.410	100,0

Fonte: USDA, (2012).

Tabela 05. Principais países exportadores de soja safra 2013/2014

Posição	País	Exportação (mil t métricas)	Participação %
1º	Brasil	41.500	38,8
2º	Estados Unidos	39.463	36,9
3º	Argentina	12.000	11,2
4º	Paraguai	5.000	4,7
5º	Canadá	3.200	3,0
6º	Uruguai	3.040	2,8
7º	Ucrânia	1.900	1,8
8º	China	300	0,3
9º	Bolívia	250	0,2
Demais Países (15)		369	0,3
Exportação Total		107.022	100,0

Fonte: USDA, (2012).

Tabela 06. Principais países exportadores de trigo safra 2013/2014.

Posição	País	Exportação (mil t métricas)	Participação %
1º	Estados Unidos	26.535	18,4
2º	Canadá	19.000	13,2
3º	União Europeia**	18.500	12,8
4º	Rússia	17.000	11,8
5º	Austrália	17.000	11,8
6º	Ucrânia	8.000	5,6
7º	Índia	8.000	5,6
8º	Cazaquistão	7.500	5,2
9º	Argentina	7.000	4,9
Demais Países (52)		15.580	10,8
Exportação Total		144.115	100,0

Fonte: USDA, (2012).

Assim, com o conhecimento produzido em laboratórios de grandes empresas em associação cada vez mais estreita com o Estado e, deste modo, passível de apropriação privada (SANTAMARTA, 2002), a propriedade intelectual individual (patentes) se coloca em confronto direto com o conhecimento patrimonial, coletivo e comunitário característico das tradições camponesas, indígenas, afrodescendentes e outras matrizes de racionalidade distintas da racionalidade atomístico-individualista ocidental (Porto-Gonçalves, 1989). Essa desordem torna-se visível na frequente recusa em não reconhecer os direitos coletivos e patrimoniais de populações que detém conhecimentos ancestrais. Estes conhecimento não tem valor de mercado, não podendo ser mercadoria nessa lógica coletiva.

Santamarta (2002) descreve o que está acontecendo atualmente,

as multinacionais dos EUA, da União Européia e do Japão ambicionam conseguir grátis, principalmente nos países do Terceiro Mundo, os recursos genéticos para imediatamente lhes vender a preços de agiotagem as sementes, animais ou medicamentos obtidos, com base na propriedade intelectual.

Tabela 07. Evolução do faturamento líquido das maiores empresas do setor de agroquímicos e sementes que atuam no Brasil, considerando apenas as vendas em território nacional (em bilhões de US\$).

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Part. Em 2011
Bayer	2.268	2.425	4.355	5.738	7.000	6.917	6.723	7.447	7.883	16%

Syngenta	6218	5385	5260	5421	6030	6307	6378	7285	9231	19%
Basf	2233	3130	2806	3588	4166	4097	3863	4291	5033	10%
Monsanto	3885	3755	3088	3003	2864	2910	3316	3753	4996	10%
Dow	2346	2612	2717	3008	3143	3094	3105	3414	3619	7%
DuPont	2500	1890	1806	2024	2249	2250	2163	2326	2624	5%
Total da 6 maiores	19.450	19.197	20.032	22.782	25.452	25.575	25.548	28.516	33.386	68%
MAI	738	784	-	1177	1357	1542	1581	1889	2334	5%
Nufarm	763	920	1050	1237	1441	1574	1677	1764	2492	5%
Sumitomo	1059	1219	1351	1584	1667	1712	1858	1979	2000	4%
Arysta	-	-	-	-	-	906	941	1036	1170	2%
Cheminova	336	390	592	519	683	597	604	855	1108	2%
FMC	-	-	-	-	708	720	766	889	1058	2%
United Phosphorus	-	-	-	187	226	278	385	586	800	2%
Total das 7 seguintes	2896	1113	1944	3468	6082	7329	7812	8988	10962	22%
Total das 13 maiores	22346	22510	21976	26250	31534	32904	33360	37504	44349	90%
Rest. das empresas	2483	2501	2442	2917	3504	3656	3707	4167	4928	10%
Vendas Totais*	24829	25011	24418	29167	35038	36560	37066	41671	49276	100%
McDougall**	27830	25760	25150	26710	30725	31190	30425	33390	-	

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios financeiros das empresas. *Estimativa baseada no balanço anual das 13 maiores empresas, considerando o restante das empresas equivalentes a 10% do mercado mundial. **McDougall (2011).

A monocultura dominante no Brasil é completamente dependente de tecnologia dessas grandes multinacionais²⁶, que definem os pacotes tecnológicos para as culturas de maior valor de mercado. Para produção de 1 (uma) tonelada de soja, é necessário a utilização de 0,8 tonelada de insumos (CAPORAL, 2002), isso demonstra uma inviabilidade econômica que só pode fazer sentido com o Estado sustentando esse grande complexo na forma direta de capitais e garantias políticas. Compreende-se que a carência e as constantes cobranças de intervenções políticas/estatais indicam que o agronegócio não possui sustentabilidade econômica como quer fazer crer não somente os agronegociantes, mas também as mídias e teóricos comprometidos com a causa deste segmento dominante da sociedade. Paradoxalmente, para garantir sustentabilidade e eficiência econômica o agronegócio demanda do Estado uma série intervenções e garantias (FABRINI, 2010). Nesta quadra, o agronegócio e os grandes proprietários de terra têm apresentado elevada eficiência política.

²⁶ Para Dowbor (1997: p. 47), existe uma tendência em considerar as empresas transnacionais como “apátridas”, sem bases nacionais. Isso em parte é verdade, pois não seguem dinâmicas internas e não servem propriamente a nenhum interesse nacional. Porém, essas firmas aproveitam-se da força política que as suas raízes nacionais lhe conferem, mobilizando, aos seus interesses, os Congressos, Executivos e se necessário até a força militar.

E, nestas condições de super domínio das grandes corporações, os preços internacionais dos produtos agrícolas só são vantajosos para uma minoria de produtores rurais que podem, deste modo, continuar investindo, avançando e ganhando porções cada vez maior do mercado. Obviamente são insuficientes e desfavoráveis para a maioria dos agricultores; insuficientes para garantir que vivam dignamente de seu trabalho, que renovem seus meios de produção e conservem suas porções de mercado, e mais ainda, insuficientes para que a metade menos equipada, menos dimensionada e pior situada dos camponeses do mundo possa se alimentar corretamente (MAZOYER, 2003).

Chega-se à conclusão de que o processo de reprodução ampliada do capital que opera o atual modelo agrário/agrícola está apoiado em duas colunas fundamentais: a primeira é o uso de um modo de produção de conhecimento próprio do capital que se traduz na supervalorização da ciência e das técnicas ocidentais (que se propõem universais) (LANDER, 2006) e segunda é a expansão das terras cultivadas, sobretudo em regiões onde as terras são baratas. Não é demais lembrar que a expansão exponencial do uso de adubos e fertilizantes, herbicidas, pesticidas e fungicidas há décadas vem sendo objeto de intensas críticas de ambientalistas, de órgãos ligados à saúde e de sindicatos de trabalhadores, sobretudo rurais, mas o capital necessita das inovações, das novas tecnologias mesmo quando elas não têm mais condições de fazer tanta diferença no sentido produtivo. Nos últimos 50 anos, enquanto a produção de grãos aumentou três vezes, o uso de fertilizantes foi multiplicado simplesmente 14 vezes, segundo dados da FAO (2010). Ou seja, a relação entre produção de grãos e uso de fertilizantes caiu de 42 toneladas para 13 toneladas de grãos por cada tonelada de fertilizante usada entre 1950 a 2000 (MAZOYER, 2003).

As cadeias de produção dos agronegócios no capitalismo contemporâneo na sua face de financeirização da riqueza tem se figurado com concepções econômicas e ideológicas, muito, mais amplas e multifacetadas que aquela visualizada na estrutura técnico produtiva, onde o produtor consegue entender o processo (PLOEG, 2008). Percebe-se que o mundo tem ficado mais confuso, criativo, e certamente mais miserável. Estes elementos tem sido essenciais para a onda de conflitos mundo a fora, existe novas crescentes ondas de manifestações no mundo todo. De uma forma geral assiste, ao mesmo tempo, ondas de revoltas contra a intensidade desta exploração que procura cada vez mais inovar.

As resistências também tem se valido destas contradições que também impulsiona os movimentos sociais nas cidades e no campo. Então, se de um lado os camponatos do mundo estão sofrendo com as muitas consequências do ordenamento imperial da produção de alimentos, por outro eles constituem a maior resposta (PLOEG, 2008).

Na atual fase de mundialização do capitalismo²⁷ (CHESNAIS, 1996) tem ocorrido uma profunda transformação nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia, daí o conceito inspirado em Casanova (CASANOVA, 2006) de complexo técnico-científico-agroindustrial-financeiro-midiático. Trata-se de uma dialética complexa como vêm insistindo diversos autores, como Leff (2006), Escobar (1996), Diaz-Polanco, Dávalos (2005) e Santos (2004). Como não poderia deixar de ser esse processo, essa tentativa do capital dominar ou substituir a natureza nas atividades agrícolas inclui igualmente muitas lutas, também, cada vez mais complexa das classes sociais a exemplo do Movimento Pachakutik no Equador e na Bolívia, a CONAIE no Equador, o Movimento Zapatista no México, o indigenato guatemalteco, os Mapuche no Chile, os afrodescendentes do Pacífico Sul colombiano e o MST no Brasil que congrega várias movimentos camponeses no Brasil, entre eles os quilombolas. Trata-se de uma dialética que opera com a totalidade-mundo (GIDENS 2002), não é constituída somente pela relação capital-trabalho, mas contém outros elementos como raça - etnia - tensões constitutivas por meio das quais múltiplos sujeitos vêm se constituindo na relação com e contra o capital. Agregados às cadeias de produção da agricultura existe uma estrutura de agro- serviços permeados do que há de mais novo em tecnologias relevantes que cobrem todas as fases das cadeias de produção, envolvendo a assistência técnica e manutenção especializada de equipamentos rurais, agroindustriais, laboratoriais e de informática (desenvolvimento de redes, software e hardware).

Assim, em face da crescente exigência de profissionalização gerencial dos empreendimentos, mesmo nas atividades agropecuárias, aonde essa características vem se acentuando com rapidez, ainda de acordo com Gonçalves (2004) há enorme avanço dos agro-serviços de assistência técnica especializada em planejamento e gestão de empreendimentos, de tributação e contabilidade e de gestão financeira, agro-serviços de

²⁷ Valorização em escala internacional de um “capital de investimento financeiro,” sobre uma vintena de mercados financeiros desregulados que desenham o espaço da “mundialização financeira” (CHENNAIS, 2004).

pesquisa e desenvolvimento no campo da inovação tecnológica de produtos e processos da qualidade de produtos, e processos além da criação e gerenciamento de estratégias de mercado. O conceito de atividades rurais excede em muito o limite das velhas concepções de atividades agrícolas. Atualmente sob o domínio de diversas formas de capitais, como destaca Gonçalves (2004), há outros movimentos de ampliação dos espaços destinados a agricultura, que incidem sobre o crescimento qualitativo e quantitativo dos serviços (monitoração climática, desenvolvimento de sementes, de programas especializados para a agricultura) como já citado, a agropecuária consolida-se como um elo da produção de riqueza multiplicada por segmentos emancipados do antigo complexo rural para formar os estratégicos segmentos da agroindústria de insumos e máquinas, das agroindústrias processadoras e das agroindústrias de alimentos e vestuários.

Buscando em Marx um esclarecimento para essa nova fase do capital na agricultura, pode se dizer que a expansão e o domínio totalizante do capital na esfera econômica é simplesmente umas das leis tendenciais do capitalismo, a qual surge em sua própria origem, na lógica de circulação de mercadorias, logo, a tendência é tudo virar mercadoria. É a circulação incessante de mercadorias que conduz a expansão do capital, ou seja, algo inerente a este sistema capitalista, como expressa Marx,

a circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital. Produção de mercadorias e circulação desenvolvida de mercadorias, comércio, são os pressupostos históricos sob os quais ele surge. Comércio mundial e mercado mundial inauguram o século XVI a moderna história de vida do capital. (MARX, 1983/1995, p. 125).

3.2. PRODUÇÃO AGRÍCOLA PARA COMMODITIES: o local, o nacional e o transnacional

O capital se reorganizou no plano internacional, visando à perpetuação da sua reprodução, ao contrário dos tempos do Fordismo, onde o capital possuía como essência o caráter nacional, por isso foi um regime de acumulação onde o desenvolvimento auto-centrado e a oferta nacional constituíam a base do regime.

Porém, o segundo choque do petróleo, aplicado pelos grandes produtores em 1979 transformou esse cenário. Entre as principais transformações, observam-se as políticas de austeridade competitiva. As mesmas visam escapar da superprodução relativa e do estrangulamento dos lucros, por meio da conquista de novos mercados. Segundo Chesnais (1997) a partir de 1978, a burguesia mundial, conduzida pelos

Estados Unidos e pela Inglaterra, começa a dismantelar as instituições e estatutos que materializavam a ordem anterior. As políticas de liberação, desregulamentação e privatização surgiram como alternativa para que o capital reconquistasse a liberdade que havia perdido a partir de 1914.

A partir desta nova correlação de forças, afirma Bhir,

a economia mundial não é mais uma economia internacional, [...] mas uma economia transnacional em sentido duplo: seus movimentos constitutivos ao mesmo tempo atravessam as diferentes economias nacionais, prejudicando sua coerência e autonomia, e ultrapassam-nas, ao procurarem emancipar-se dos limites do Estado-Nação, sem entretanto consegui-lo totalmente. Daí o caráter contraditório do espaço mundial atual, feito ao mesmo tempo de homogeneização, através dos fluxos de mercadorias, de capitais, de mão-de-obra, de tecnologias, de informações, etc., e de fragmentação, devido à persistência dos Estados-Nação, e de hierarquização, imposta pelos desenvolvimentos desiguais sobre os quais repousa a DIT (Divisão Internacional do Trabalho) (Bhir, 1998: p. 109).

Destacamos, conforme Elias (2003) que no período atual não trata simplesmente de uma mera internacionalização, mas sim de “um processo mundial de produção e de tudo o mais que lhe dá sustentação: mundialização do mercado, do capital, das firmas, do consumo, dos gostos, e até mesmo, da mais-valia e dos modelos de vida social” onde todos os lugares participam de alguma forma da ordem econômica mundial (ELIAS, 2003). Essa nova geografia é então o resultado de profunda interdependência da ciência e da técnica em todos os aspectos da vida social e em todas as partes do mundo. É um novo período de relações homem/natureza, a natureza é cada vez mais construída, artificializada, caracterizando a chamada tecnoesfera, de grandes objetos geográficos, articulados em sistemas e redes. A unicidade desses grandes objetos (aeroportos, estradas de rodagem, silos...) condiciona a mundialização da produção, a unificação do mercado consumidor e do sistema financeiro bem como da mais-valia “processando” a criação de novas desigualdades (ELIAS, 2003).

O que temos atualmente é que os significados do tempo e do espaço foram transformados, distâncias foram superadas (HARVEY, 2005). A revolução da informação ampliou as condições de trabalho, da troca de informações e do sistema financeiro, alavancando a dispersão da produção e circulação espacial. Por outro lado há de se destacar que a difusão do sistema tecnológico e do comando do processo não acompanhou o da produção. Saber e execução não caminham na mesma velocidade,

umentando a disparidade entre países, esse acirramento é tão maior para aqueles que não têm acesso à alta tecnologia. O atual espaço geográfico mundializado é redefinido pela:

“multinacionalização das firmas e da internacionalização da produção e do produto; os novos papéis do Estado; a grande revolução da transmissão da informação, graças aos progressos da telemática; a generalização do fenômeno do crédito, que reforça as características da economização da vida social, e, finalmente, a circulação como fator essencial da acumulação” (ELIAS, 2003, pag.35).

Com a transnacionalização²⁸ do capital, os grandes mercados, verdadeiros impérios alimentares (PLOEG, 2008) representam cada vez mais a mão visível que governa uma variedade outros mercados por meio do controle sobre importantes elos de ligação dentro e, especialmente, entre diferentes mercados. Por consequência, novas conexões foram construídas entre espaços de pobreza e espaços de riqueza no campo da produção de alimentos. Não estamos falando apenas de grãos, todos os produtos de elevado valor, tais como aspargos, vegetais, frangos, suínos, carne bovina, laticínios e flores, agora são produzidos bem distantes de seus respectivos mercados consumidores, com grande incidência nos países pobres da periferia, Peru, Quênia, Tailândia, Brasil, Argentina, Vietnã e Colômbia (se bem que amanhã podem mudar-se para países como China, Ucrânia e Madagascar) e transportados, frequentemente por via aérea, para o noroeste europeu e metrópoles dos Estados Unidos. Essas novas ligações permitem uma enorme acumulação de riqueza e ao mesmo tempo exercem uma excessiva pressão em outros espaços.

Quanto a este processo afirmamos que parte significativa da agricultura brasileira sofreu profundas transformações ao longo da segunda metade do século XX, notadamente a de grãos, mas não somente ela. De uma agricultura de base local, cujos circuitos espaciais produtivos (SANTOS, 1986) eram circunscritos regionalmente, se sobrepôs uma agricultura moderna, cuja lógica de funcionamento transcende a escala local e até mesmo as fronteiras do território nacional.

Nos últimos 50 anos, a modernização da agricultura brasileira pode ser subdividida em dois momentos: um primeiro, entre as décadas de 1960 e 1980, caracterizado pela adoção do paradigma da Revolução Verde, pela constituição dos

²⁸ A transnacionalização do capital fragmentou o pacto entre o Estado e os oligopólios, uma grande parcela dos aparelhos produtivos nacionais passou para as mãos de grupos internacionais, sobre os quais o Estado tem poucos meios de pressão. Ao mesmo tempo, com a difusão da transnacionalização do capital, a classe dominante, notadamente a representada pelos capitais financeiro, industrial e comercial, começam a se interessar por uma difusão do mercado internacional em detrimento do nacional.

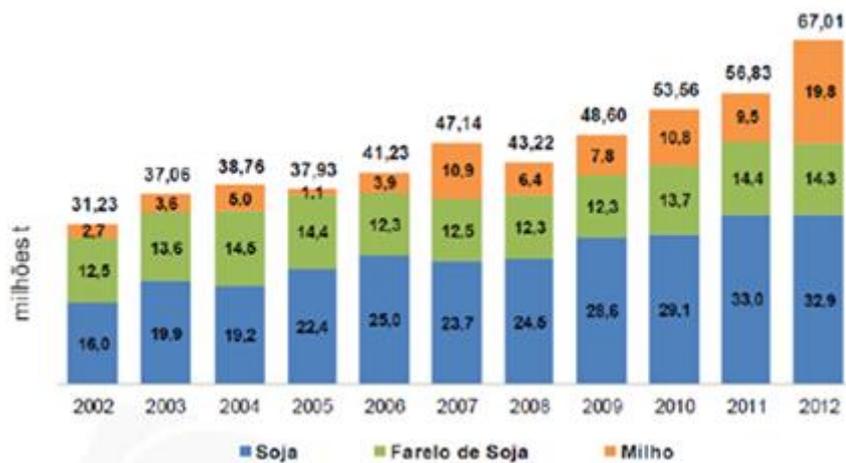
complexos agroindustriais e pela centralidade da atuação do Estado; e um *segundo*, a partir da década de 1990, pautado no uso das novas tecnologias da informação e comunicação (NTIC) no campo e na “desregulamentação” política e econômica. Juntamente com a “desregulamentação” dos mercados e a maior abertura comercial houve também uma maior “internacionalização dos circuitos espaciais produtivos agrícolas”.

O padrão agrícola pautado nos complexos agroindustriais e na centralidade do Estado cede lugar a uma agricultura científica globalizada, organizada em rede (MAZZALI, 2000), cuja produção tem uma referência mundial – sobretudo, por meio da especialização na produção de *commodities* -, regulada pelas grandes corporações e refém das oscilações das cotações das principais bolsas de valores.

O mercado de derivativos agrícolas no Brasil só tem crescido através de corretoras especializadas neste segmento, atuam com produtos da agricultura negociando esses “papéis” nas Bolsas de Mercadorias, as empresas de assessorias de gestão financeira e de acompanhamento de agro mercados prestam um grande serviço para sustentar este nobre esquema fictício de valorização das *commodities* (HERREROS et al., 2010). Um bom exemplo desta financeirização são os derivativos²⁹ que no sentido financeiro nada mais são do que um sistema complexo de se fazer apostas em mercados futuros, quer dizer, pode-se vender soja, milho ou etanol que ainda não foi produzido apostando em certo preço. Estes espaços são dominados por poucos grandes agentes econômicos, isso porque nesses espaços de negócios, a crescente profissionalização impede o sucesso da improvisação e a formação de expectativas formatadoras de decisões está vinculada ao acesso pleno, e elevada capacidade de inferência, a uma diversa e ampla base dinâmica de informações qualitativas e quantitativas, imersa num emaranhado de análises nem sempre claras. A figura abaixo mostra a o aumento da exportação do complexo Milho-Soja.

Gráfico 06. Exportação brasileiro do complexo Soja e Milho de 2002 a 2012.

²⁹ Por definição derivativos são instrumentos financeiros cujo preço de mercado deriva do preço de mercado de ativo/bem, ou outro instrumento financeiro que lhe serve de referência. O instrumento ou produto derivativo é um contrato ou título conversível cujo valor depende integral ou parcialmente do valor de determinado ativo ou de outro instrumento financeiro.



Fonte: Mdic/Secex, (2013).

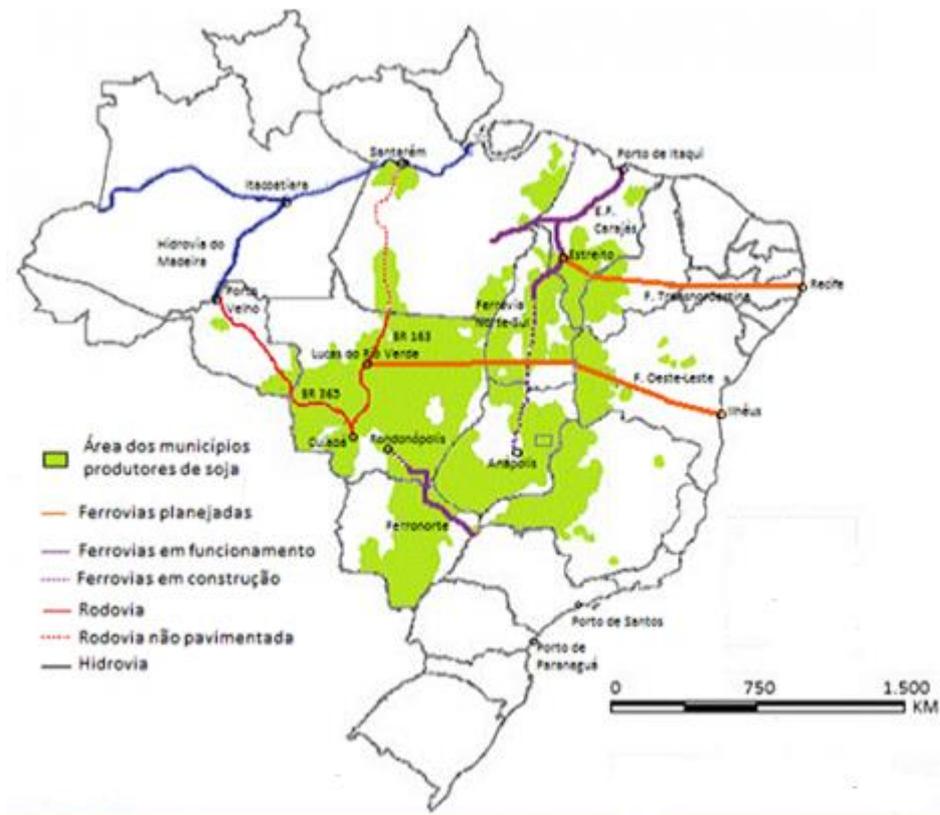
Com relação às redes geográficas, as novas tecnologias da informação permitem uma articulação entre as regiões produtoras e os principais centros decisórios do país. Hoje, a maior parte dos grãos produzidos na fronteira agrícola moderna do Brasil é exportada através dos escritórios das tradings localizados principalmente na cidade de São Paulo. As cidades locais, funcionais à produção agrícola moderna, denominadas por Elias (2007) de “cidades do agronegócio”, são verdadeiros nós de uma rede de informações e ordens que parte dos países centrais, passa pela metrópole nacional de São Paulo e chega até as cidades localizadas nas regiões produtoras. O “imperativo das exportações”, resultado da combinação de uma política neoliberal hegemônica com o domínio da lógica financeira na esfera pública e privada, tem estimulado o aumento das exportações de commodities agrícolas, com a exacerbação da especialização regional produtiva do território brasileiro, sobretudo, com produtos agrícolas.

Evidencia-se uma “*commoditização*” não só da economia, mas também do território, uma vez que determinadas regiões passam a atrair investimentos públicos e privados e a reunir uma série de infraestruturas e normas que as tornam funcionais a uma determinada produção e à lógica do mercado globalizado. Além de sua dimensão econômico-financeira – caracterizada como uma mercadoria primária ou semielaborada, mineral ou agrícola, padronizada e produzida em grandes quantidades, com cotações e transações mundiais, reguladas pelas principais bolsas de mercadorias -, a lógica das commodities trata-se também de uma expressão política e geográfica. Esta resulta da acentuada especialização regional produtiva que enfraquece e submete os produtores locais a uma lógica única ou global e a uma situação sobre a qual não exercem nenhum

controle, favorecendo as grandes empresas de comercialização (tradings) e os especuladores financeiros.

Em nenhuma outra região brasileira, a submissão à lógica das *commodities* e o conseqüente aprofundamento da especialização produtiva é tão expressivo quanto na fronteira agrícola moderna. No território brasileiro, aproximadamente 35%, dos 65,5 milhões de hectares plantados no ano de 2009, foram cultivados exclusivamente com soja. Esse percentual aumenta para 59,7%, quando consideramos apenas a região Centro-Oeste, para 66,1% no caso do estado do Mato Grosso e se aproxima dos 80% em diversas regiões desse estado, como o meio-norte e o sudeste (PAM/IBGE, 2011). Atentamos então para o que já consiste na expansão da rede de transportes para ampliar o escoamento da produção do cerrado e região amazônica; o porto de Itacoatiara no rio Amazonas, parte do complexo da Hidrovia do Madeira, sob o controle do Grupo Maggi, o recém inaugurado porto de Santarém, na foz do Rio Tapajós, construído por um consórcio de empresas liderados pela multinacional Cargill, a que está associado o interesse pela construção da Br 163 que liga Cuiabá a Santarém, a construção da Hidrovia Tapajós - Teles Pires; a Hidrovia Rio Branco - Rio Negro (Roraima e Amazonas) e a ligação com Caracas, na Venezuela, da Rodovia Br 174 – Manaus – Caracará - Boa Vista; a Hidrovia Rio das Mortes – Araguaia – Tocantins e a saída pelos portos ou de São Luiz ou ou Belém, a construção do Terminal de Grãos do Maranhão (Tegram) em São Luis, que recentemente saiu do papel, que colocará o Porto do Itaqui como referência no país na exportação de grãos. E ainda temos a saída para o Pacífico pelo Acre com o asfaltamento da Br 364. Bem, qual o significado de tudo isso?(!) Pelo significado geográfico dessas vias vê-se que seu objetivo não é outro senão a exportação de commodities, articulando pela lógica capitalista de produção e circulação de mercadorias o espaço local ao transnacional.

Figura 08. Regiões produtoras de soja e sistema de ferrovias.



Fonte:PAM,IBGE;ministerio dos transportes, (2013).

Por fim, produtores e regiões produtoras também estão submetidos à volatilidade dos preços das *commodities* agrícolas, decorrente da especulação financeira. Desde a década de 1990, com a emergência das novas tecnologias da informação e da comunicação e a desregulamentação dos mercados futuros, as *commodities* agrícolas tornaram-se uma das mais lucrativas aplicações dos fundos de investimentos (HERREROS *et al.*, 2010). A partir de 2006, a queda nos valores das ações de *Wall Street*, a desvalorização do dólar e as sucessivas crises financeiras (como a do *subprimes*) têm feito com que grandes investidores busquem compensar suas perdas e se proteger da queda de seus ativos financeiros investindo no mercado futuro de *commodities* agrícolas.

A compra de contratos futuros em aberto (*open interest*) pelos especuladores (instituições financeiras e fundos de investimento) cria uma “demanda fictícia” pelas *commodities*, induzindo a uma tendência de alta dos preços. Esta tendência se reverte, quando os especuladores, para a realização de lucros, liquidam suas posições de compra (*long*), acarretando numa queda acentuada dos preços. A compra e venda de contratos futuros gera e institucionaliza uma demanda financeira

por commodities agrícolas, o que altera as tradicionais relações de mercado pautadas na relação entre a oferta e a demanda, distorcendo os preços internacionais. No caso da soja, segundo análise feita por Herreros *et al.* (2010), a tendência de alta dos preços internacionais, entre 2006 e 2009, foi decorrente das posições de compra (*long*) assumidas pelos especuladores financeiros.

Dada a discussão sobre como commodities, é importante neste momento nos atermos ao papel da China neste processo. De forma mais específica, cabe a pergunta: qual o papel da China na demanda oscilação dos preços das commodities e quais os impactos da demanda do gigante asiático à agricultura brasileira?

a propagação de atividades sem grande tradição na Amazônia como grãos, monoculturas e produção mineral se articula a uma dinâmica externa vinculada ao bom desempenho da economia mundial, em particular nos países do Mar da China, que ao sustentarem por décadas a taxa significativa de crescimento do PIB (a China, por exemplo, cresce há décadas em torno de 10% ao ano), trouxeram repercussão na demanda por matéria prima e alimentos como nunca antes. No Brasil, entre 1997 a 2007, eles cresceram em proporção semelhante para acompanhar esse mercado, sendo as taxas da soja e da carne ainda maiores (MESQUITA, 2011 p.8).

Tabela 08. Principais países importadores de soja safra 2012/2013.

Posição	País	Importação (mil t métricas)	Participação %
1º	China	59.500	64,8
2º	União Europeia	10.700	11,7
3º	México	3.200	3,5
4º	Japão	2.600	2,8
5º	Taiwan	2.200	2,4
6º	Indonésia	2.000	2,2
7º	Tailândia	1.950	2,1
8º	Egito	1.550	1,7
9º	Vietnã	1.230	1,3
Demais Países (32)		6.854	7,5
Importação Total		91.784	100,0

Fonte: USDA, (2012).

Atualmente parte considerável da demanda chinesa por commodities agrícolas é em decorrência do barateamento do crédito para a compra de commodities no mercado Chinês, o principal fator envolvido é que uma parte, cada vez maior, das matérias primas e das máquinas importadas não tem como destino o uso em processos industriais, mas a especulação financeira (HERREROS *et al.*, 2010). Esses produtos (títulos de compra) têm sido usados como garantia para a obtenção de empréstimos que são aplicados no mercado financeiro em investimentos a curto prazo. Então, diante do esgotamento da especulação imobiliária chinesa, volumes crescentes de capitais estão

sendo direcionados à especulação nas bolsas de valores, inclusive com a abertura maior para os capitais imperialistas na China continental. Esta movimentação tem ajudado as empresas industriais a reduzir a queda dos lucros perante a redução da demanda pelos produtos manufaturados nos mercados mundiais. Os recursos não têm sido usados para os investimentos produtivos, mas para a rolagem de dívidas e a especulação financeira.

Na maioria dos casos, na prática, trata-se das mesmas operações de *carry trade*, aplicação financeira que consiste em tomar dinheiro a uma taxa de juros em um país e aplicá-lo em outro moeda, onde as taxas de juros são maiores, que têm sido implementada pelas principais potências imperialistas e países atrasados - tomada de recursos públicos a baixo custo para continuar aplicando-os na especulação financeira garantindo rendimentos com simples operações de troca de mãos. A peculiaridade chinesa é que os mecanismos especulativos estão menos desenvolvidos, apesar de estarem em crescente aumento. Por outro lado, o aquecimento da demanda chinesa por mecanismos artificiais é condição vital da especulação financeira mundial nos mercados de commodities, pois ela responde pelos principais produtos que são objetos da especulação financeira nas bolsas futuras de mercadorias imperialistas (HERREROS et al., 2010). O processo de financeirização da agricultura alcançou níveis astronômicos, fazendo uma comparação da movimentação de negócios entre a Bovespa (que negocia ações) e a BM & F³⁰ (que negocia commodities), temos dimensão da força das commodities, a Bovespa possui aproximadamente 503 empresas e negocia cerca de 2 a 6 bilhões de reais ao dia, a BM & F possui 14 produtos, e negocia entre 70 e 200 bilhões de reais ao dia, ou seja, movimenta aproximadamente 20 vezes mais capital.

Tabela 09. China: evolução da importação de óleos e oleaginosas (milhões/toneladas).

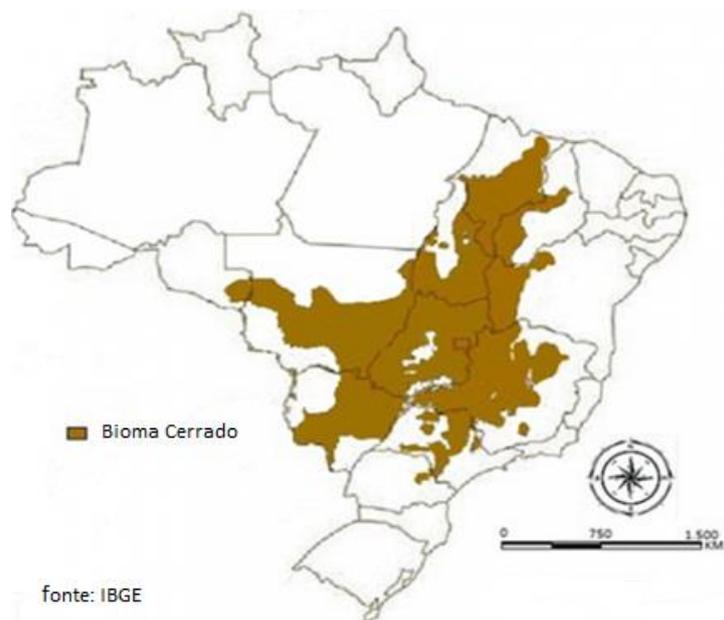
	1995/1996	2003/2004	2011/2012	2012/2013
SOJA	0,6	16,9	56,0	96,0
ÓLEOS	3,0	7,1	9,0	9,5
TOTAL	16,5	54,6	103,8	111,5

Fonte: USDA, (2012).

³⁰ No Brasil as commodities são negociadas na BM & F, Bolsa de Mercadorias e Futuros.

Atualmente, o Cerrado (mapa 03), é a principal região brasileira produtora de grãos, apresentando os maiores índices de produtividade em diversas culturas como soja, algodão herbáceo, milho e café. Contudo, a eficiência produtiva contrasta com os crescentes problemas agrícolas e agrários (MAZZALI, 2010). Os primeiros estão relacionados principalmente à regulação externa da produção, isto é, à falta de autonomia dos produtores com relação aos preços, a logística, ao crédito e a comercialização. Já a questão agrária, relaciona-se à crescente concentração fundiária, que exclui os pequenos produtores e aumenta as desigualdades tanto no campo quanto nas cidades. Na verdade, as duas questões são indissociáveis e decorrem do predomínio da lógica das commodities (CASTILLO, 2008a), isto é, da submissão dos lugares da produção agrícola moderna a uma regulação externa, que condiciona as técnicas de manejo, os insumos utilizados, a logística, a disponibilidade de crédito e os preços.

Figura 09. Cerrado brasileiro abrangendo os estados de MT, MS, GO, MG, BA, TO, PI e MA.



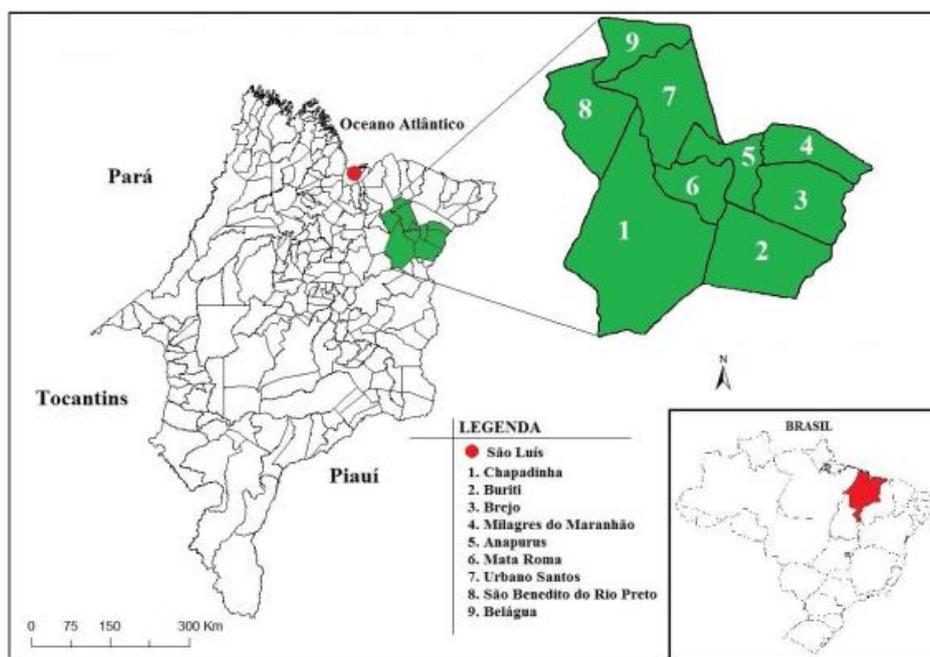
Os principais beneficiados dessa lógica são as grandes empresas mundiais, denominadas tradings, que controlam a logística, a comercialização e parte substancial do financiamento agrícola; e os especuladores financeiros, que lucram com a compra e a venda de títulos no mercado futuro de commodities agrícolas, em detrimento do bem-estar social das regiões produtoras.

4. A PRODUÇÃO MONOCULTORA NA MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA

4.1. Caracterização sócio econômica da Microrregião de Chapadinha

O Leste Maranhense é uma mesorregião formada por 44 municípios, com uma área total de 70.606, 230 km², cuja população está estimada gira em torno de 1.248,451 habitantes. Constituída de seis microrregiões: Chapadinha, Coelho Neto, Baixo Parnaíba Maranhense, Chapadas do Alto do Itapecuru, Codó e Caxias (IBGE, 2010), com predominância do bioma cerrado, com áreas de florestas, chamadas de chapadas. A microrregião de interesse neste estudo é a de Chapadinha, que possui cerca 219.825 habitantes, possui uma área total em km² de 10.030,543, e esta dividida em nove municípios, sendo eles: Anapurus, Belágua, Brejo, Buriti, Chapadinha, Mata Roma, Milagres do Maranhão, São Benedito do Rio Preto e Urbano Santos.

Figura 10. Microrregião de Chapadinha.



Fonte: IBGE (2012).

O contingente populacional da microrregião de Chapadinha (190.178) corresponde a 15,3% da população da mesorregião leste maranhense e 3,2 % da população do estado. Nessa microrregião a maioria da população (55,21%) é urbana, mesmo assim quatro municípios apresentam a população rural superior a urbana.

Tabela 10. População residente (pessoas) na sede do município (2010).

Unidade da Federação, Mesorregião, Microrregião e Município.	URBANA		RURAL	
	Pessoas	%	Pessoas	%
Maranhão	4.147.149	63,08	2.427.640	36,92
Leste Maranhense	840.374	62,90	495.631	37,10
Chapadinha	121.363	55,21	98.462	44,79
Anapurus	7.164	51,40	6.775	48,60
Belágua	3.263	50,02	3.261	49,98
Brejo	12.340	36,99	21.019	63,01
Buriti	8.399	31,09	18.614	68,91
Chapadinha	52.882	72,10	20.468	27,90
Mata Roma	7.132	47,08	8.018	52,92
Milagres do Maranhão	1.760	21,68	6.358	78,32
São Benedito do Rio Preto	11.049	62,08	6.750	37,92
Urbano Santos	17.374	70,70	7.199	29,30

Fonte: IBGE-Censos Agropecuário 2010

Entre os nove municípios que a compõem, cinco possuem maior população urbana (Anapurus, Belágua, Chapadinha, São Benedito do Rio Preto e Urbano Santos) e quatro maior população rural (Brejo, Buriti, Mata Roma e Milagres do Maranhão).

A cidade de Chapadinha destaca-se por ser a mais populosa, isso se deve ao fato dela ser considerada pólo administrativo, tendo em vista a maior oferta de serviços (rede bancária, hoteleira, comércio, faculdade, etc) que disponibiliza em comparação aos outros municípios que compõem esta microrregião. De acordo com Gaspar (2010), muitos dos grandes produtores rurais da região apesar de manterem suas propriedades de produção graneleira em fazendas distribuídas em municípios próximos residem em Chapadinha, pois a cidade oferece maior facilidade dos serviços ofertados.

Quando analisamos o intervalo de 10 anos, correspondendo o período que vai de a 2000-2010, verificamos que a população urbana vai de 49 para 55%. Mesmo assim a media da população rural é superior ao do Estado, um indicador da caracterização rural da microrregião.

Tabela 11. População residente (pessoas) na sede do município (2000).

	Urbana	%	Rural	%	Total
Anapurus	4.580	44,64	5.679	55,36	10.259
Belágua	1.830	33,44	3.643	66,56	5.473
Brejo	10.652	38,72	16.858	61,28	27.510
Buriti	7.183	29,8	16.925	70,2	24.108
Chapadinha	37.219	60,74	24.056	39,26	61.275

Mata Roma	5.241	44,41	6.560	55,59	11.801
Milagres do Maranhão	1.408	27,18	3.772	72,82	5.180
S. B. do Rio Preto	8.985	53,97	7.663	46,03	16.648
Urbano Santos	10.893	62,01	6.673	37,99	17.566

Fonte: IBGE (2000).

A densidade demográfica é de 21,50 hab/ Km², distribuída nos 10.225,904 km² de área, correspondendo a 3% e 14% da área total do Maranhão e do Leste Maranhense respectivamente. Dentre os municípios que fazem parte desta microrregião, Brejo é o que apresenta a maior densidade demográfica com 31,04 hab/Km² e Milagres do Maranhão à menor densidade demográfica com 12,79 hab/ Km², como pode ser visto nos dados abaixo.

Tabela 12. Área e densidade demográfica da unidade territorial.

	Área total das unidades territoriais (Km²)	Densidade demográfica da unidade territorial Hab/Km²
Maranhão	331.935,5	19,81
Leste Maranhense	70.534,6	18,94
Chapadinha	10.225,9	21,50
Anapurus	608,3	22,91
Belágua	499,4	13,06
Brejo	1.074,6	31,04
Buriti	1.474,0	18,33
Chapadinha	3.247,4	22,59
Mata Roma	548,4	27,63
Milagres do Maranhão	634,7	12,79
São Benedito do Rio Preto	931,5	19,11
Urbano Santos	1.207,6	20,35

Fonte: IBGE, (2010).

Questão também importante a ser colocada sobre esta microrregião diz respeito à sua estrutura fundiária e para melhor entendê-la foi utilizado os dados censitários de 1995/2006. Verificamos de acordo com os dados abaixo que no ano de 1995, na Microrregião de Chapadinha foram registrados 21.324 estabelecimentos em uma área de 394.107,65 ha. Neste estrato de área foi evidenciado que as pequenas propriedades lideraram o número de estabelecimentos com 19.851 unidades em uma área de 77.300,14 ha, isto é, 93,09% dos estabelecimentos desta microrregião ocupando

apenas 19,61% da área total. Enquanto os grandes estabelecimentos detinham 0,30% dos estabelecimentos em 36,25% da área total.

Em analogia ao ano de 2006, os 16.114 estabelecimentos ocupavam 267.375 ha, sendo que, as pequenas propriedades possuíam somente 25,24% da área total distribuída em 67,66% dos estabelecimentos. Já as grandes propriedades apresentavam 0,19% dos estabelecimentos em 29,63% da área total. Por tanto, estes dados só vêm a confirmar a concentração fundiária presente nesta microrregião. Trocando em miúdos, isto significa dizer que grandes áreas são ocupadas com pequeno número de estabelecimentos (ver tabelas 13 e 14).

Tabela 13. Número e área dos estabelecimentos da Microrregião de Chapadinha- 1995/2006.

Estrato de área	1995		2006	
	Num	Área	Num	Área
Total	21.324	394.107,65	16.114	267.375
Menos de 10 ha	18.385	19.868,91	9.337	10.363
De 10 há a menos de 100 ha	1.466	57.431,23	1.567	57.122
Menos de 100 ha	19.851	77.300,14	10.904	67.485
De 100 a menos de 1000 ha	649	185.748,83	512	120.653
De 1000 ha e mais	64	131.058,68	30	79.237
Sem declaração	760	-	4.668	0

Fonte: IBGE, (2010).

Tabela 14. Percentual (%) do número e área dos estabelecimentos da Microrregião de Chapadinha- 1995/2006.

ESTRATO DE ÁREA	1995		2006	
	NUM (unid)	ÁREA (ha)	NUM	ÁREA
Total	100,00	100	100	100
Menos de 10 ha	86,22	5,04	57,94	3,88
De 10 há a menos de 100 ha	6,87	14,57	9,72	21,36
Menos de 100 há	93,09	19,61	67,66	25,24
De 100 a menos de 1.000 ha	3,04	47,13	3,18	45,13
De 1.000 ha e mais	0,30	33,25	0,19	29,63
Sem declaração	3,56	-	28,97	-

Fonte: IBGE, (2010).

Por conseguinte é neste quadro fundiário que as atividades produtivas são realizadas, desta forma, é interessante citar que, na MRC, no ano de 1995, a atividade econômica em destaque foi a pecuária e em 2006 a lavoura temporária. Nesse sentido é importante salientar que nos municípios de Anapurus, Brejo e Buriti, a lavoura

temporária foi a atividade econômica que mais cresceu. Tal fato só vem mostrar o aumento da produção da soja nesta microrregião.

No que se refere ao uso da terra, quando comparado o ano de 2006 com 1995, revelou que a lavoura aumentou 14.906,72 hectares (21,43%) e a área de pastagem diminuiu 59.273,45 ha (64,33%). Este aumento das áreas de lavouras disponibilizado no censo é atribuído principalmente ao aumento da produção sojícola nesta microrregião. Já a área de matas e florestas, mesmo aparecendo como principal uso da terra caiu 12.498,53 ha o que corresponde a uma queda de 10,07%.

Tabela 15. Uso da terra da Microrregião de Chapadinha segundo a área dos estabelecimentos - 1995/2006.

USO DA TERRA	1995	2006
Total	394.107,65	267.375
Lavouras (HA)	69.559,28	84.466
Pastagens (HA)	92.287,45	33.014
Matas e florestas (HA)	124.148,53	111.650
Outras utilizações das terras	108.112,40	38.345
Fonte: IBGE: 2010		

A economia das Microrregiões Homogêneas de Chapadinha e Baixo Parnaíba Maranhense é caracterizada pela forte presença da produção agroextrativista e de uma agricultura camponesa³¹ instalada há séculos na região (ASSUNÇÃO, 1988; 2000). As informações mais recentes sobre a atividade agropecuária regional confirmam plenamente essa importância da agricultura familiar, pois, como podemos observar no quadro abaixo – que apresenta o perfil do emprego e da ocupação na agricultura da região – ela representa nada menos que 90,35% do total de ocupações geradas na MRC.

Tabela 16. Pessoal ocupado na agricultura – Microrregião de chapadinha (2010).

Municípios	Agricultores Familiares(A)	Empregado (B)	Total (C)	A/C
Anapurus	3.377	677	34.054	83,3
Brejo	7.926	797	8.823	90,8

³¹ Prefiro o termo agricultura camponesa a agricultura familiar, uma vez que entendo o campesinato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida. Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico (MARQUES, 2000) - esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro -, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições.

Milagres do Maranhão	1.666	623	2.289	72,7
Buriti	6.720	703	7.423	90,5
Chapadinha	14.425	1.835	16.260 88,	88,7
Mata Roma	4.383	261	4.644	94,3
São Benedito do rio preto	4.157	47	4.204	98,8
Urbano Santos	6.592	315	6.907	95,4
Belágua	1.302	135	1.437	90,6
TOTAL	50.548	5.393	55.941	90,3

Fonte: IBGE, (2010).

Agricultura camponesa desenvolve as atividades rurais tradicionais, como a criação extensiva de animais de pequeno porte, pesca e o uso comum dos recursos naturais dos campos de cerrado onde são extraídos frutos, lenha, madeira, fibras etc, em um sistema de exploração acordado pela tradição entre os moradores dos povoados e das localidades próximas (HOLANDA, IMESC 2008).

O extrativismo do coco babaçu foi, durante várias décadas, uma das atividades mais importantes da economia regional. Segundo os dados de Amaral Filho (1990), a produção da região, classificada como Cerrados, no período de 1940-60, representava cerca de 55% do total estadual, diminuindo, no período 1970-79 para algo em torno de 36%. Como era característica das situações em que a terra já se encontrava privatizada, a organização da coleta do coco babaçu nessas microrregiões estruturou-se através da mediação do proprietário latifundiário (MAY, 1990). que, através de um sistema de cantinas (ou bodegas), controlava a extração do coco em suas terras, ao mesmo tempo em que definia o preço de compra da amêndoa, normalmente paga através do intercâmbio com mercadorias de primeira necessidade e, em menor medida, com dinheiro.

Carneiro (2010) cita o levantamento de campo realizado em 1978, no município de Chapadinha, constatou o aspecto acima mencionado, pois, do conjunto do babaçu comercializado nesse município, nada menos que 67% fora obtido através do pagamento direto com mercadorias; 5,3% através de pagamento em dinheiro e mercadorias e 13,2% mediante o pagamento em dinheiro (apud Amaral Filho, 1990, p. 138). Dentre as atividades agrícolas realizadas pela agricultura familiar regional, sobressaem-se as produções de mandioca, feijão e arroz, que, como já foi destacado, são realizadas nas partes mais baixas e úmidas das posses/propriedades.

4.2. O MONOCULTIVO NA MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA

Quando a lavoura da soja ganha impulso no Baixo Parnaíba Maranhense, especialmente na Microrregião de Chapadinha, outros projetos agroindustriais já haviam penetrado naquela região, como a produção de eucalipto para a obtenção de matéria-prima para a fabricação de celulose e carvão vegetal, realizada nos municípios de Urbano Santos e Belágua. Tais empreendimentos exploravam áreas de grande extensão, geralmente compradas de agricultores familiares, forçando-os a se transferirem para as cidades, onde deveriam mudar suas atividades e seus modos de vida para obterem a sobrevivência de seu grupo familiar.

Dessa forma, quando a lavoura da soja implantou-se de forma definitiva na região, por volta do fim da década de 90, esse padrão de obtenção de terras e “expulsão” dos grupos camponeses para as cidades não foi alterado. Pelo contrário, devido às atividades envolvidas na lavoura da soja, como a pulverização dos campos de plantio e a derrubada das áreas de mata através o chamado “correntão”, mapeamento da melhores áreas, como as mais planas e com maior teor de argila, esse padrão foi intensificado através da inserção de novos tipos de conflito.

Nesta microrregião, nos anos 1990 houve os primeiros cultivos de arroz e soja, cerca de 500 hectares; a grande expansão das áreas começou em 2001. Para o ano de 2013 de acordo com a APACEL (Associação de Produtores de Grãos do Cerrado Leste) estão cultivando 90.000 toneladas de soja numa área de 40.000 ha. São em torno de 50 propriedades de tamanhos médios de 800 ha, a menor em torno de 200 ha, e a maior 4000 ha. O avanço dessa fronteira, no início dos anos 90, “se deu com grande participação do Estado, através de recursos financeiros do Fundo de Investimento Setorial- Florestal (FISSET)” (MULS, 1997, p. 13-14). Os primeiros cultivos de eucalipto, por exemplo, foram realizados através do grupo empresarial Suzano Papel e Celulose de São Paulo e posteriormente pela MARFLORA, subsidiária florestal da MARGUSA S/A.

A partir da implantação desses projetos agro-florestais, conforme afirma Paula Andrade (PAULA ANDRADE, 1995) instalaram-se em diversas localidades da chamada microrregião de Chapadinha empresas nacionais voltadas ao cultivo de eucalipto com vistas à produção de celulose e à extração de madeira nativa para a produção de carvão vegetal. Essas atividades se inserem na chamada área de influência de grandes projetos do Programa Grande Carajás, mesmo que aquela região não faça parte oficialmente deste programa (PAULA ANDRADE, 1995). “A produção de carvão

vegetal, obtida com a queima de espécies de madeiras nativas, possuía íntima relação com uma unidade da MARGUSA instalada, à época, no município de Rosário” (PAULA ANDRADE, 1995, p. 19-20). Algo que deve ser destacado sobre esses projetos de manejo florestal nesta região, é que esta prática, acabava servindo como esquema para a tomada de grandes extensões de terra nos cerrados do Leste Maranhense, assinalando, nessa região, um artifício de grilagem das chapadas com a presença maciça dos latifúndios por exploração e intenso desmatamento e destruição de recursos nativos.

Certamente um dos fatores que tornou possível essa expansão foi o boom no mercado de terras pós anos 1990, quando da chegada e permanência de outros grupos empresariais Yanmar, Grupo Industrial João Santos através da empresa ITAPAGÉ Papéis, Celulose e Artefatos S/A, somando-se, também, à atuação mais frequente das chamadas tradings e iniciativas autônomas de grandes produtores (FERNANDEZ, 2007; HEREDIA et alli, 2009). Seguindo a análise de Gaspar (2010), numa breve reconstituição da implantação de projetos agro-florestais desta região, o mesmo mostra que, antes mesmo da chegada dos agricultores gaúchos, a microrregião de Chapadinha passou pela expansão de atividades que desencadearam mudanças sociais e ambientais. Ou seja, os processos de apropriação das terras pelos projetos de reflorestamento basearam-se em medidas irregulares que afetaram, principalmente, os segmentos camponeses estabelecidos, foi o caso da venda dos lotes das famílias sem o conhecimento delas, prática que no geral, vai ser comum em muitas outras regiões do estado.

Esta região vai ganhar visibilidade nacionalmente a partir de 2000, quando começou a ser considerada a mais nova fronteira agrícola do Brasil, e no Maranhão o segundo polo de monocultivo de base empresarial, com atividades agrícolas concentradas, principalmente em duas de suas microrregiões; Chapadinha e Baixo Parnaíba Maranhense. Conforme Holanda (2008) os municípios de Anapurus, Brejo, Buriti de Inácia Vaz, Chapadinha, Mata Roma e Milagres do Maranhão (microrregião de Chapadinha) e Magalhães de Almeida (microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense), são os mais efetivos produtores, “com uma crescente produção monocultora de grãos, principalmente, dos plantios de arroz, milho, milhete e, sobretudo, da soja. (HOLANDA, 2008, p.13)”.

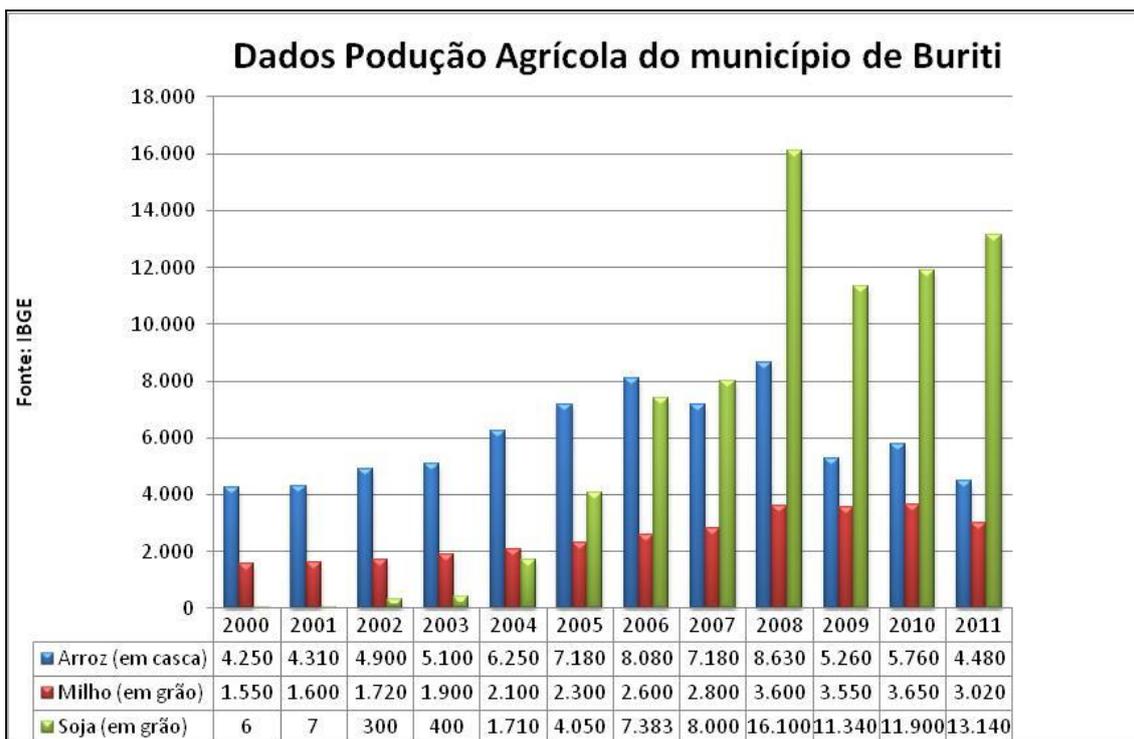
Considerando as duas fronteiras agrícolas do estado, Sul e Leste, existe uma diferença entre as dimensões de áreas totais e o tamanho de imóveis nos espaços produtivos do Sul e Leste Maranhense. Na primeira região, a área total de produção da

soja é maior, com cerca de 500 mil hectares ou mais, ultrapassando varias vezes a dimensão da área total utilizada no Leste Maranhense. Dentro desse quadro geral de área total, vemos que os imóveis rurais do Leste Maranhense apresentam uma faixa média de 600 a 700 hectares de tamanho (GASPAR, 2010).

A microrregião de Chapadinha apresenta uma vantagem especial dada pela proximidade com Porto de Itaqui em São Luis (a 240 km) se comparado com o Sul do Maranhão o que diminui bastante os custos de transporte (fator econômico importante na produção de soja, ou qualquer outro monocultivo que seja destinado à exportação). O porto de Itaqui, além disso, é um dos mais próximos dos destinos desejados tanto da Europa quanto da Ásia. Juntos com chuvas regulares, uma produtividade alta e bons preços pela terra (de 600,00 a 2000,00 R\$ por ha), a média do preço do há de terra nos estados do Sul é de 25.000,00 a 35.000,00 mil R\$, diferença considerável. Esses fatores favoráveis tornam o Baixo Parnaíba na visão dos agronegociantes uma das “melhores fronteiras agrícolas do país”, por isso também denominada “China brasileira” - e a expansão do agronegócio nessa região, como é dito pelos grandes produtores, está predestinada.

Atualmente nesta microrregião, os municípios de Buriti, Brejo, Anapurus e Chapadinha estão entre os quatro que tem a maior produção de soja da mesorregião Leste maranhense. Com destaque para Buriti e Brejo. Considerando os dados do IBGE (2011) na Microrregião de Chapadinha os municípios que tem a maior área plantada de soja são Buriti e Brejo, os mesmo apresentam uma evolução considerável em área plantada, em apenas num intervalo de 6 anos, a evolução da área plantada é impressionante. Em Buriti, a área plantada em hectares sobe de 300 ha em 2002, para 16.100 ha em 2008, sofrendo uma baixa e indo para 13.140 há em 2011, como pode ser visualizado no gráfico abaixo.

Gráfico 05. Área plantada de soja em ha no município de Buriti, microrregião de Chapadinha.

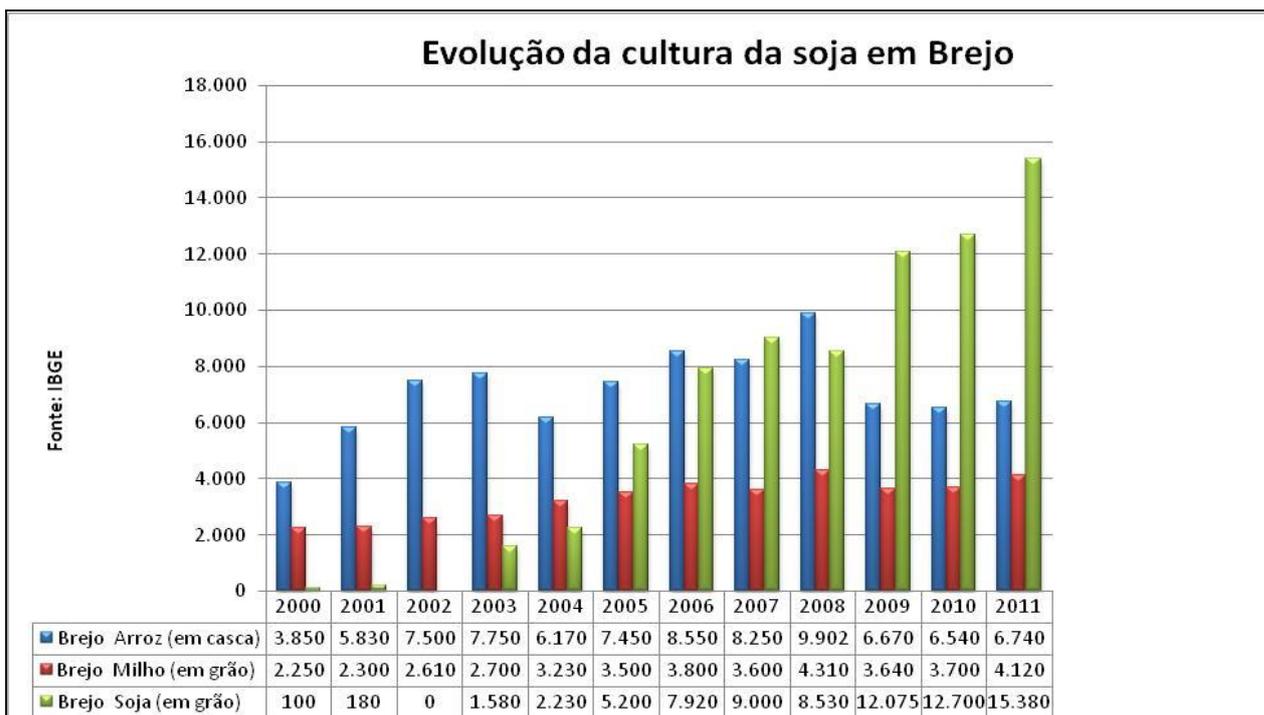


Fonte: MAPA/ICONE, (2013).

Em 2007 e no início de 2008, uma elevação ainda maior do preço da soja no mercado internacional provocou uma expansão acelerada do plantio da soja em todas as regiões do Brasil. Em relação a Brejo e Buriti, é possível verificar que nos anos de maior produção de soja nestes municípios, 2008 a 2011, a área plantada de arroz, que chegou a dobrar entre 2001 e 2008, cai pela metade - lembrando que esta cultura é importante para a alimentação local. A área plantada com arroz despenca de 8.630 ha em 2008 para 4.480 ha em 2011. Nesse intervalo de evolução da monocultura da soja, a cultura do milho dobrou em área cultivada, mas andou longe de alcançar o sucesso da soja.

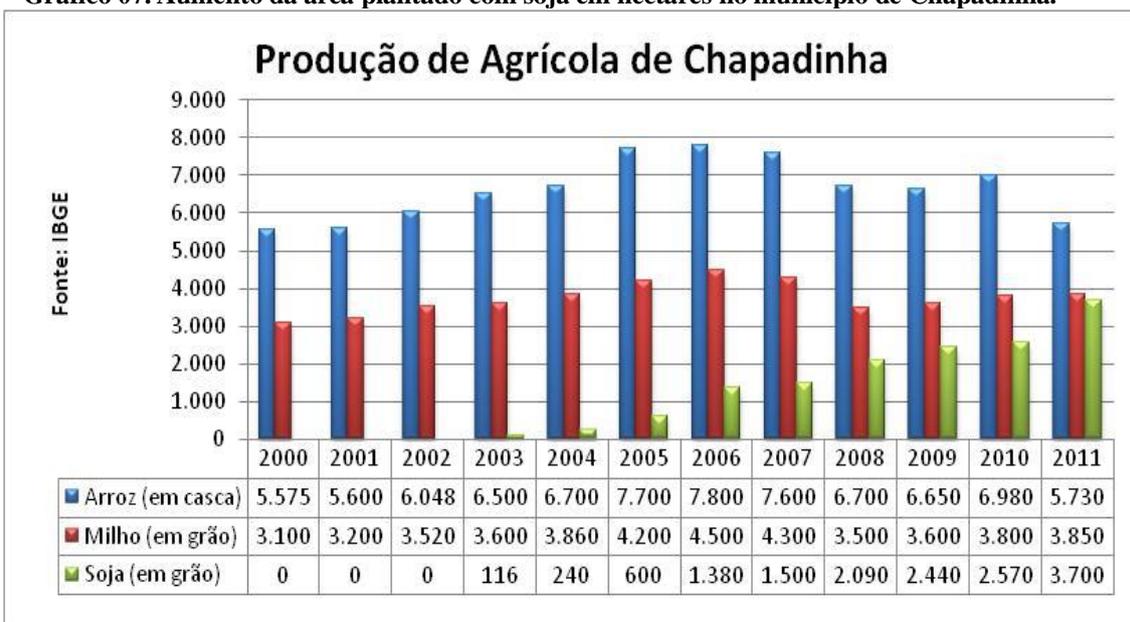
No município de Brejo, como mostra o gráfico a seguir, a evolução da sojicultura é similar à apresentada em Buriti, os números referentes ao aumento da área cultivada com soja é praticamente os mesmos, no entanto a área cultivada com arroz não sofreu declínio tão considerável.

Gráfico 06. Dados referentes ao aumento da área plantado com soja em hectares no município de Brejo.



O destino da produção soja é sempre os mercados da Europa e Ásia principalmente. Apesar de ser comum encontrarmos a informação nos veículos de informação de que 99% de toda a soja produzida no Baixo Parnaíba é exportada para a Europa e Ásia, segundo a APACEL, apenas 80% da produção é exportada, sendo 20% destinada ao processamento, no Maranhão e no Piauí.

Gráfico 07. Aumento da área plantado com soja em hectares no município de Chapadinha.



Chapadinha é o maior município da microrregião em termo de dinâmica econômica e populacional. Mas apesar de ser maior em área, o aumento da área plantada com soja não é tão significativa, se comparado a Brejo ou Buriti. Pode se dizer que a área plantada com arroz e milho neste município (Brejo ou Buriti) sofre menor variação em função do cultivo da soja. É no município de Chapadinha que estão localizadas as empresas que comercializam insumos e maquinários agrícolas, bem como as consultorias especializadas em projetos agrícolas, a cidade é a sede do complexo agropecuário. Existe em Chapadinha uma maior diversidade em relação à atividade agropecuária.

É importante destacar que mesmo com o grande aumento em área cultivada com soja (2001-2009), a atividade da pecuária não sofreu nenhuma baixa em sua produção, mantendo estável sua área de pastagens na região, o que indica avanço desta cultura sobre outros territórios. Em face desses elementos pode-se concluir que a agricultura monocultora avançou sobre áreas virgens do cerrado de um lado, prejudicando o extrativismo e cercando ainda mais as chapadas. Inclusive nos municípios de Brejo, Buriti e Chapadinha, o efetivo de cabeças do rebanho bovino aumentou no intervalo 2001-2009.

Tabela 17. EFETIVO DO REBANHO DE BOVINO (2001-2009).

MUNICÍPIO	ANO								
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Anapurus	2.980	2.880	2.750	2.860	2.960	2.850	2.760	2.520	2.580
Belágua	1.438	1.460	1.490	1.350	1.450	1.762	1.200	1.115	1.170
Brejo	7.407	7.510	11.600	10.890	10.983	10.899	10.620	11.720	11.870
Buriti	13.845	14.052	12.600	9.680	9.983	10.875	10.300	12.800	12.850
Chapadinha	15.280	15.425	18.991	19.100	19.570	19.980	19.560	19.810	18.850
Mata Roma	2.214	2.250	2.018	2.030	2.630	2.762	2.810	1.950	1.900
São Bernardo	9.060	9.150	9.300	9.480	10.300	10.900	12.000	13.300	14.098

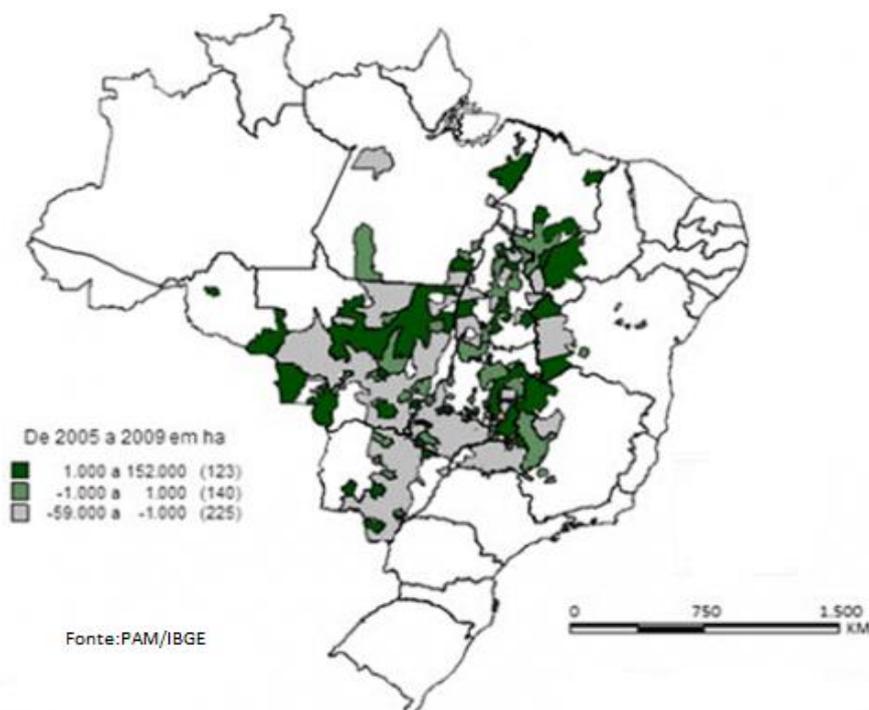
Uma das características recentes da agricultura científica globalizada é que a quantidade produzida cresce num ritmo maior que a área plantada, decorrente dos constantes avanços tecnológicos. Entre 2005 e 2009, enquanto a área plantada de soja no território brasileiro recuou 7%, a quantidade produzida aumentou 12% (MAPA, 2012). Os percentuais variam de acordo com a escala de análise. A região Sul (área de produção tradicional) foi a que teve o maior crescimento percentual da quantidade produzida: enquanto essa cresceu 47%, a área plantada diminuiu 5%. Em todas as demais regiões houve diminuição da área plantada de soja no período analisado, a

exceção vai ser justamente o Nordeste, onde a área aumentou 14% (MAPA, 2012). Apesar do pequeno crescimento ou mesmo decréscimo da área plantada, houve em todas as regiões um aumento da quantidade produzida, com exceção do Sudeste, onde a cultura de grãos tem sido fortemente pressionada pelo avanço da cana de açúcar.

Contudo, o menor crescimento percentualmente da área plantada de soja em relação à quantidade produzida não significa o fim da expansão da fronteira agrícola moderna. No período analisado (2005-2009), os estados do Maranhão, Piauí, Bahia, Rondônia e Pará apresentaram um aumento percentual significativo de sua área plantada e os estados do Mato Grosso, Goiás e Tocantins, apesar de não apresentar, no geral, um grande aumento, tiveram uma expansão concentrada em algumas regiões. No mapa 05 as áreas em verde escuro simbolizam as regiões do Cerrado de aumento da área plantada de soja, entre 2005 e 2009, reunindo um total de 123 municípios. As áreas em verde claro reúnem os 140 municípios em que área plantada de soja se manteve praticamente estável no mesmo período. E as áreas em cinza representam os municípios em que a área plantada de soja recuou.

Com relação às regiões de expansão da área plantada de soja no Cerrado observa-se que: no Maranhão, as plantações têm se expandido na Microrregião de Chapadinha, no nordeste do estado, e da região Sul (município de Balsas) em direção à área central e Leste.

Figura11. Nas áreas mais escuras houve aumento da área plantada.



Esse processo de ocupação do cerrado no Leste maranhense tem provocado à degradação ambiental ao mesmo tempo em que possibilitou a concentração da terra e da renda e por outro lado, intensificou a exploração do trabalhador, associada a expropriação de vários pequenos e médios produtores. A latifundiarização ocorre em paralelo à minifundiarização. A resistência dos pequenos produtores ocorre, mesmo porque é inerente ao próprio avanço do capital no campo. Tem sido crescente a pressão monocultora para esta região Leste do Estado do Maranhão e considerando a previsão atual para o mercado externo, este cenário poderá se intensificar, pois a demanda por soja, eucalipto, cana de açúcar, minério de ferro, carne bovina, carne de aves e suínos etc., é crescente no cenário mundial³² e não apresenta sinais de mudança. A tendência é que o Brasil continue ampliando seu papel de fornecedor mundial dos produtos citados e tenha sua pauta de exportação cada vez mais centrada em produtos básicos.

Quanto ao estabelecimento e avanço da produção monocultora no Leste na, pode-se afirmar que os produtores e investidores foram e continuam a ser atraídos pelos fatores favoráveis a essas atividades no Maranhão. Queremos destacar, no entanto, que esta microrregião não região oferece condições climáticas adequadas a prática agrícola de monocultivo de soja para além das áreas já estabelecidas, pois podemos verificar dois fatores facilmente limitantes a expansão da cultura da soja, são eles solos arenosos e relevo acidentado. Com relação ao solo, a soja não apresenta grandes exigências, podendo ser cultivada em todos os tipos de solo, desde que apresentem fertilidade média e não sejam muito ácidos ou não retenha água, de acordo com a pluviosidade. Se tratando dos aspectos físicos, a microrregião apresenta solos, De acordo com GEPLAN (2002), os solos predominantes na bacia são arenosos, acentuadamente drenados, de fertilidade natural baixa e com baixa capacidade de retenção de umidade, associados a solos bem desenvolvidos, profundos, ácidos e bastante porosos (areias quartzosas + latossolos). Ocorrem ainda, solos medianamente profundos, quase susceptíveis a erosão. O clima da região de acordo com a classificação de Thornthwaite (1948) caracteriza-se como subtúmido, com totais pluviométricos anuais, que variam de 1.600 a 2.000 mm, porém as chuvas são mal distribuídas ao longo do ano e muito irregulares. Solos drenados, geralmente arenosos, não tem como reter água, nesse tipo de solo a cultura da soja uma vez estabelecida não resiste a situações de veraneio com duração igual ou superior a duas semanas. Então o que ocorre é que nas regiões onde os solos não são

³² Seja uma demanda real ou fictícia como vimos anteriormente no item 3.1 do cap. 3.

drenados ou muito drenados, que permite reter água e umidade, permitindo a planta a sobreviver em situações de ausência de chuva por mais de duas semanas (ou que é comum nesta região) já estão quase que totalmente ocupadas com a cultura. Lembrando que a deficiência hídrica, associada a períodos de longa estiagem durante a estação chuvosa, constitui hoje a principal causa das quebras de safras de grãos no Brasil, principalmente nos Estados das regiões Centro-Sul e Nordeste. O outro fator é o relevo fortemente ondulado, a soja é uma cultura que exige um alto grau de mecanização, toda a atividade, do plantio a colheita é feita por máquinas, necessita para isto um relevo plano ou levemente ondulado. No entanto, o que pode ser limitante atualmente pode não ser no futuro, destacando que para Rezende (2009), a ocupação do Cerrado ocorreu pela associação de três fatores: a) preço da terra, b) recursos naturais e c) tecnologia, nessa ordem. O Cerrado não possuía solos aptos ao desenvolvimento agrícola em grande escala, porém a inovação tecnológica agrícola permitiu a correção da baixa fertilidade natural e elevada acidez, denominado de construção do solo, produção do solo ou fabricação do solo. Concomitantemente, o desenvolvimento de cultivares adequados ao bioma estimulou a ocupação e expansão da agropecuária no Cerrado. Do ponto de vista de uma exploração capitalista, preocupação com o meio ambiente e social não é considerado um entrave à atividade.

Outro aspecto importante, é que nosso estado oferece é a ausência de fiscalização por parte dos órgãos ambientais. É possível construir poços sem leis restritivas, bem como retirar água de rios e riachos, então a extração de água para irrigação artificial não custa nada além da energia da bomba. O desmatamento em alguns lugares foi realizado por empresas metalúrgicas, as quais cobram apenas a madeira em troca, para cobrir a sua enorme necessidade de energia, como há o aval do Estado para essas atividades, não há necessidade de fiscalização (!). Outro fator importante na região é a disponibilidade de mão de obra barata, embora não muito qualificada, o que essa atividade de certo modo não exige. Importante também destacar que atualmente a presença de empresas multinacionais na região se considera uma vantagem, já que essas garantem o abastecimento com meios de produção e a venda da safra. A infraestrutura existente na região ainda é deficiente, mas compensada pelos demais fatores.

O cerrado maranhense, com a sua enorme diversidade biológica e cultural, vem se transformando, assim, numa área de expansão de grandes latifúndios produtivos,

pelas enormes vantagens que oferece, seja pela riqueza hídrica que abriga, seja pela topografia plana de suas chapadas e de seus chapadões. A cultura agrícola da soja para essa região já vem representando 10% de toda a produção desse grão no Maranhão (CARNEIRO, 2008), o que faz com que a região desponte nos meios de comunicação como uma das mais novas, bem como mais interessante fronteira agrícola do monocultivo no país. As políticas de Estado para a agricultura no Maranhão acabam beneficiando então um grupo já privilegiado, ignorando os pequenos agricultores, os assentados, os ribeirinhos, os mesmos colocam suas roças completamente desassistidos de assistência técnica, para o Estado, eles são convenientemente invisíveis. Não por menos, para Lênin (1983) o Estado é produto e manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classe não podem objetivamente ser conciliados. E reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis (Lênin 1983, p. 9). Para Bacelar (2000, p. 85):

O papel esperado do Estado é o de contrabalançar com sua presença a relativa ausência de investimentos privados. E não o de concentrar-se onde o ente privado já prefere se localizar, onde o dinamismo conduzido pela lógica do mercado já é mais intenso, onde os novos fatores de competitividade já são abundantes.

Por conta disso a conformação assumida pelo capital no seu processo recente de expansão adquire uma lógica mais sinistra em função da dinâmica dada por cada grupo de atividade em andamento nestes territórios, algumas delas mais agressivas e outras menos, mas quase todas amparadas em subsídios governamentais e articuladas ao mercado externo. Se na década de 1970 o capital articulado ao Estado ocupa compulsoriamente a Amazônia e o faz via pecuária extensiva, ultimamente a ênfase se volta para a produção de grãos, embora a pecuária, agora sem incentivos fiscais, continue crescendo e ampliando aquela área consolidada anteriormente (MESQUITA, 2011).

No centro da ideologia hegemônica neoliberal, que fornece a base para o estado ser o coordenador das atividades que só beneficiam as elites rurais locais e as multinacionais, o grande álibi para elucidar esta situação é sempre o mercado. É para admitir a transposição de entraves postos pelo mercado que o Estado atua para favorecer os grandes produtores agrícolas no Maranhão. Ainda que não tenha poderes para corrigir os defeitos do mercado, tem poderes para colaborar com determinados grupos

para que não sofram os malefícios de determinadas condições. Então, considerando a reflexão de Hespanhol (1999, p. 22):

O Estado dispõe de inúmeros mecanismos capazes de regulamentar o sistema (notadamente as políticas macroeconômicas e setoriais), contudo nem sempre consegue ou sequer tem como objetivo corrigir as distorções geradas pelo mercado, especialmente nos países subdesenvolvidos, muitas vezes a sua atuação acaba aprofundando ainda mais as desigualdades sociais e espaciais de desenvolvimento, pois ela se dá não para corrigir as distorções geradas pelo mercado, mas sim para suprir as lacunas derivadas da fraqueza do capitalismo nestes países.

Deste modo, as políticas para a agricultura no Maranhão tende a reproduzir as desigualdades sociais que muitas vezes são usadas como motivos para a sua existência, como por exemplo, a condição de submissão e de fragilidade que se encontram os pequenos produtores frente a grande propriedade no mercado produtivo capitalista, não só no Brasil, mais em vários outros países considerados de industrialização tardia, ou emergentes. As reivindicações feitas para que os pequenos produtores tenham acesso ao crédito e a fragilidade desses frente às mudanças bruscas no mercado, como a política de juros e de garantias, que leva a falência um grande número de pequenas propriedades.

4.3. OS DES-ENCONTROS ENTRE AGRONEGÓCIO E OS CAMPONESES DO CERRADO

Ao discutirmos sobre as contradições existentes entre o campesinato e a agricultura empresarial é antes importante fazer uma distinção entre o padrão camponês e os padrões empresariais e ou capitalista de produção. Por que esta distinção é essencial para a compreensão das dinâmicas de desenvolvimento rural. Enquanto empresários e capitalistas geram crescimento no plano de suas unidades de produção, mas com estagnação ou decréscimo do volume total de valor agregado em nível local e regional, a dinâmica construído pelo camponês reverte se também em progresso para a comunidade e para a região. Fernandes (2008) explica esta diferenciação entre, de um lado, a agricultura capitalista ou agronegócio e, do outro, o campesinato, são lógicas distintas, contrapostas, pois constroem territórios cujas paisagens são antagônicas o que pressupõe conflitos permanentes entre os mesmos.

De um lado, o agronegócio organiza seu território apenas a partir da lógica econômica da mercadoria, constituída pelas relações sociais de produção capitalista, por isso predomina a paisagem homogênea da monocultura, com poucas pessoas e com

pouca sociobiodiversidade. Antagonicamente a este modelo, os camponeses organizam seus territórios a partir de relações sociais não-capitalistas para a reprodução material e simbólica da vida em sua totalidade, por isso seus territórios perpassam todas as dimensões da realidade, entre elas, a cultura, a educação, a alimentação, o lazer etc., são povoados de paisagens heterogêneas, contemplando a sociobiodiversidade e os agro -ecossistemas complexos.

Conforme analisa Fernandes(2008) ,

[...] enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro, para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida. Esta diferença se expressa na paisagem e pode ser observada nas distintas formas de organização dos dois territórios. A paisagem do território do agronegócio é homogêneo, enquanto a paisagem do território camponês é heterogêneo. A composição uniforme e geométrica da monocultura se caracteriza pela pouca presença de pessoas no território, porque sua área está ocupada por mercadoria, que predomina na paisagem. A mercadoria é a expressão do território do agronegócio. A diversidade dos elementos que compõem a paisagem do território camponês é caracterizada pela grande presença de pessoas no território, porque é neste e deste espaço que constroem suas existências, produzindo alimentos. Homens, mulheres, jovens, meninos e meninas, moradias, produção de mercadorias, culturas e infra-estrutura social, entre outros, são os componentes da paisagem dos territórios camponeses. (Fernandes, 2008b, p. 284).

As populações tradicionais nos municípios da microrregião de Chapadinha procuram, na medida do possível, manter sua vida rural tradicional, pois, ainda vivem em estreita ligação com a natureza. Como a maioria deles são camponeses, com poucos ou nenhuns recursos financeiros, as principais atividades para garantir a sobrevivência são cultivar a roça, criar pequenos animais e extrair o que precisam do entorno natural. Para a prática da agricultura, utilizam sistema tradicional de agricultura, chamado “roça de toco”, os agricultores queimam primeiro uma área limitada, para desmatá-la e depois cultivar os alimentos básicos, principalmente arroz, milho, feijão e alguns legumes. A terra somente se utiliza durante um ano, depois se deixa descansar por o máximo de tempo possível e, de acordo com a pressão demográfica, para que o solo se recupere.

Outra atividade importante é a criação de animais como galinha ou porco, caprinos, para o próprio consumo e às vezes, para venda. Além disso, as famílias rurais extraem muitos recursos do Cerrado: frutas, madeira de construção, animais de caça e plantas medicinais. Mas com a chegada e expansão da agricultura mecanizada e suas monoculturas, necessitando de grandes áreas para se reproduzir, essa forma tradicional de viver e cultivar está sendo ameaçada. O desmatamento de grandes áreas para plantio

de soja, cana-de-açúcar e eucalipto, os grandes projetos de infraestrutura e a influencia de novos atores na região põem em risco as terras e com isso a existência de milhares de famílias de agricultores locais.

Em algumas áreas onde a proximidade dos campos de soja causa muitos conflitos, a sobrevivência se torna quase impossível porque geralmente os latifundiários, com mais capital e educação, dominam com êxito, na maioria das vezes, os conflitos sociais e a luta por recursos. No entanto, a monocultura de eucalipto e soja tem causado desde o início de sua implantação fortes reações das organizações de base dos agricultores na região do Leste Maranhense. Os Sindicatos, em especial os de trabalhadores rurais, assim como outras organizações, incluindo as de assessoria técnica a trabalhadores rurais, organizam manifestações e mobilizaram as populações locais em torno da questão, no sentido de “barrar” a expansão da monocultura do agronegócio na região.

Considerando que a região Leste maranhense é uma das áreas de colonização mais antiga do estado. Esses espaços são apropriados há mais de um século pelos diversos segmentos camponeses e extrativistas da região e servem de trechos de circulação de pessoas e mercadorias entre um povoado e outro e entre povoados distantes das estradas de acesso às sedes dos municípios. Estes locais são também destinados à extração dos frutos de espécies nativas, como bacurizeiros e pequizeiros, assim como a retirada de madeira para a fabricação de peças de artesanato nativo vendidas em povoados locais ou municípios da região, o que acaba complementando a economia doméstica desses grupos. Ou seja, o agronegócio, e suas vastas extensões de monocultivo, provocam uma enorme ruptura nas práticas de vida tradicional. Além disso, nas chapadas, antes mesmo, da violência das cercas, os camponeses já cultivavam a criação de animais domésticos, como cavalos, porcos e galinhas, utilizados como reserva de valor para venda ou troca entre as famílias camponesas.

Outra constatação dar conta de que, os povos que vivem no cerrado desenvolvem sistemas de uso da terra que combinam a agricultura, geralmente nos fundos dos vales, nos brejos, nos brejões, nos pântanos, nos varjões; nas encostas e nas chapadas, áreas onde a água é mais difícil de ser captada (pela ausência de tecnologias de captação em profundidade). Ao contrário, para os grandes empresários do agronegócio, as terras das chapadas têm um significado distinto. Sendo terras planas significam custos energéticos menores.

Devido à diminuição das árvores e arbustos nativos, as famílias camponesas gradativamente vêm se desfazendo das atividades realizadas nas chapadas (que antes que integravam sua economia), como a quebra de coco babaçu e a coleta de bacuris, pequis e outros frutos nativos. As áreas destinadas ao plantio da soja provocam modificações nas representações que essas famílias fazem do território local. Como explica Mesquita,

sem dúvida, os números do agronegócio (PIB, exportação, emprego, grau de concentração e de centralização de capitais) impressionam não só pela magnitude e alta taxa de crescimento, mas também pelo o que ele acarreta e/ou impacta sobre as demais atividades (agricultura familiar e extrativismo) e áreas não inseridas neste processo de globalização. Essa relação grande empresa/pequeno produtor sempre existiu e foi conflituosa, mas hoje assume uma nova roupagem e seus efeitos são mais devastadores em função da escala em que atua, do grau de inserção no mercado e da maior divisão do trabalho que prevalece (MESQUITA, 2011).

Essa é uma regra geral do espaço agrário brasileiro, onde a grande exploração comercial, quase sempre, de exportação, ocupa as áreas de topografia mais planas ou suavemente onduladas, deixando aos camponeses as terras mais acidentadas. A grande expansão recente pelo agronegócio dos amplos cerrados maranhense, volta a se aproveitar desse legado natural de topografias planas, acrescido do fato de serem terras de uso comum das populações locais ou pertencentes a grandes fazendeiros criadores de gado que, até os anos 60, faziam uma pecuária extensiva e, não raro, permitiam livre acesso aos camponeses para a coleta de frutos, resinas, ervas e remédios em geral.

A apropriação dessas terras através da grilagem tem sido uma prática amplamente utilizada por fazendeiros e pecuaristas nessa região. Segundo Asselim (2009) a marcha da grilagem para o Maranhão é uma peça da engrenagem do capitalismo brasileiro inicialmente centralizado no Sul e Sudeste do país. O apossamento de terras livres, esta foi a forma com que se deu a expansão privada sobre as terras de chapadas que antes os camponeses aproveitava na forma de uso comum extensivo (importância do extrativismo), associado a outros usos nas encostas e baixadas (brejos, várzeas, ‘pantamos’). É comum a denominação de “gerais” dessas terras indicando que eram de todos, eram gerais.

É importante destacar que tradicionalmente os camponeses convivem nessas terras sem nenhum registro formal de propriedade, ao lado de fazendeiros que mantinham grandes áreas com pastagem, geralmente natural, para uma criação extensiva de gado. Até mesmo entre fazendeiros e camponeses haviam regras de uso

compartilhado dos recursos naturais, como é o caso do pequi ou, já numa área adjacente ao cerrado, como a zona dos cocais do Maranhão, a coleta do babaçu. O fazendeiro podia ser proprietário da terra, mas não do babaçu, ou do pequi, ou do baru, ou da fava d'anta, o que mostra uma modalidade mais complexa de apropriação dos recursos naturais onde as territorialidades não são mutuamente excludentes, onde a propriedade privada absoluta, sobretudo quando capitalista, acaba por instaurar uma relação conflituosa.

Entretanto com a expansão do agronegócio, a luta pela manutenção do livre acesso à coleta do babaçu e do pequi (Luta pelo Babaçu Livre e pelo Pequi Livre) vem sendo empreendida pelos camponeses, no caso do Maranhão, sobretudo pelas camponesas, mulheres quebradeiras de coco babaçu. Forçados pela diminuta de terras, os camponeses se veem acudados a fazer um uso dos recursos naturais com técnicas que tradicionalmente desenvolveram e estavam adaptados a terras disponíveis em grande extensão.

Os camponeses dos cerrados se veem, hoje, desapropriados por um modelo que, por sua própria lógica, não democratiza seus benefícios, seja pela elevada magnitude de capital que exige para se reproduzir lança mão dos pacotes tecnológicos, seja pelas enormes extensões de terras, seja, ainda, pela diminuição de preços agrícolas que provoca, impedindo que cheguem ao mercado aqueles produtos que estão abaixo do nível de produtividade médio, ou seja, sempre rebaixado pelas grandes empresas do agronegócio. Por outro lado, esse modelo transfere para a sociedade como um todo e, até mesmo, para as gerações futuras sua enorme ineficiência energética global e seus danos ambientais diversos.

Na pesquisa de campo que realizamos na microrregião de Chapadinha, para além de qualquer análise economicista procuramos, sobretudo, compreender as estratégias utilizadas pelos camponeses para garantir a sua reprodução e de sua família, buscando observar cotidiano desse camponês, e captar mudanças na dinâmica dessas comunidades.

Os camponeses e pequenos agricultores ao serem questionados sobre a maneira como viam as mudanças que estavam ocorrendo em suas comunidades a partir do avanço das monoculturas nessas áreas, nos antecipavam a tristeza no olhar, e geralmente afirmavam:

“já foi melhor, não sabemos o que está acontecendo, mas temos a certeza que tem piorado a cada dia”.

Relatam que os dias de tranquilidade se foram, nos conta um morador de São João dos pilões, município de Brejo.

“Não temos mais sossego, não temos terra, a cada dia que passa nos vemos a vida na comunidade ficar mais difícil, sorte que temos o bolsa família”.

Antes moravam nas comunidades e tinham um pedacinho de terra para colocar sua rocinha, agora com chapada cercada, são obrigados a ir para a cidade atrás de outras formas de ocupação, mas dificilmente encontram algo para além de “bicos”. Os camponeses expulsos do campo não conseguirão encontrar trabalho produtivo nas cidades. Daí os crescentes índices de migrações, de subemprego, para não falar na mendicância, prostituição e criminalidade nas cidades da região. Uma moradora da cidade de São Bernardo, que tem uma loja de variedades se diz espantada com o aumento da criminalidade –

aqui é uma cidade pequena gente, ate um dia desses todo mundo aqui podia dormir de porta aberta se quisessem, num ia acontecer nada, acredita que hoje já tão até matando para roubar, parece mentira. “As cidades desta região estão inchadas demais, os filhos dos lavradores não querem mais ficar na roça, mas não tem instrução para fazer nada, é certo que as pessoas daqui nunca foram ricas, mas agente sente que elas estão mais pobres, verdade que nunca houve muito emprego nessas cidades, mas agente sente que nunca teve tanta gente sem nada pra fazer como agora, acho que é por isso que tá mais violento”, isto é o que nos expõe um vereador de Anapurus.

Um grande proprietário do município de Brejo, ao ser questionado sobre a importância de sua atividade e os impactos sociais que causa, em sua fala afirma reconhecer que o sistema econômico é falho socialmente, que tem muita facilidade ao crédito quando quer plantar, e que os pequenos produtores não tem chance de financiar sua produção diante dos bancos, segundo ele:

“se você vive da agricultura, sem o credito é impossível você produzir hoje, o pessoal do banco vem aqui na minha casa me oferecer determinadas linhas de creditos agrícolas, isso por que não preciso, já tenho meu banco, se estivesse começando agora, estaria numa situação

difícil, os bancos tem muitas exigências que os pequenos não podem cumprir, em alguns casos 130% de garantia do valor financiado em alguns segmentos”.

Afirma ainda que no Brasil, por conta das desigualdades, concentração de renda e de terra, a grande e a pequena produção são inconciliáveis.

“o principal fator que nos interessa aqui é o preço das terras, são de graça praticamente, então com pouco dinheiro você compra muitos hectares, os pequenos como cada vez mais tem menos condições de viver no campo, estão todos em situação de miséria, sempre estão procurando vender suas terras para tentar a vida nas cidades, por aqui tem algumas associações, sindicatos né? Eles deveriam se organizar mais para reivindicar melhores condições de vida, procurar mais resolver seus problemas, eu acho, por que parece que as coisas tão piorando”.

Mas, é uma minoria dos grandes produtores que tem esta visão sobre o mercado de terra, o perfil mais comum é do tipo que criminaliza a resistência dos camponeses e dos movimentos sociais. Para a grande maioria os camponeses são burros, são sabem trabalhar terra, não se esforçam para aprender, e principalmente criminalizam o fato de o camponês não ter ambição:

“para viver nesse mundo hoje tem que ter ambição, tem que tentar melhorar a cada dia, ganhar mais a cada, por que no tempo no meu avô as coisas eram mais simples, hoje você tem que ser bom, ser o melhor, ter a melhores terras, ter as melhores maquinas, ter os melhores funcionários, enfim, produzir não é brincadeira, tem que ter responsabilidade!” (relato de produtor que é ex-funcionário da Caixa Econômica em seu estado de origem).

Outro produtor do município de São Bernardo segue a mesma linha de raciocínio –

terra para trabalhar aqui tem, agora o povo não quer trabalhar, são preguiçosos, é triste ver tanta gente nas cidades sem fazer, mas eles tem culpa, não gostam de trabalhar! Lavrador nenhum quer mais morar na roça, quer morar na cidade e ter televisão!

O mesmo produtor ao ser interrogado sobre a grilagem e o preço baixo de terras, afirma que lamenta as terras serem tão baratas, por que se as terras são baratas é por que não tem valor, se não tem valor não circula dinheiro, não tem desenvolvimento.

“Isso aqui vai melhorar, com a agricultura desenvolvida tudo aqui vai desenvolver, vai ser bom para todo mundo, para o grande que vai ter mais condições de produzir e para a população que vai se beneficiar dos empregos gerados”.

Figura 12. Manifestação da população local contra a implantação de grandes projetos de monocultura.



Fonte: FÓRUM CARAJÁS, (2012).

Pelos discursos (dos grandes e pequenos produtores e camponeses) observamos que se trata de perspectivas distintas. Para o grande produtor um futuro melhor aguarda a todos, portanto têm uma visão bem otimista do progresso naquela região, para eles as “coisas” tem acontecido, e não há motivos para serem pessimistas, novas linhas de crédito agrícola, novos canais de escoamento, o terminal de grão –

TEGRAM, estradas melhores, novas tecnologias, novas linhas de crédito para maquinário agrícola, tudo isso a juros de fomento, pela Caixa ou BNDES.

As novas formas de reproduzir a agricultura têm deixado os grandes produtores realmente animados e confiantes. Ironicamente essa confiança se dá por uma certa incapacidade de compreender a realidade atual da agricultura. Ou seja, na medida que as fazendas de soja desta região tornam-se mais mecanizadas e mais “produtivas,” um ‘ciclo de retorno’ auto-destrutivo vai se colocando em movimento: o excesso de oferta e preços declinantes corroem os lucros dos produtores, alimentando uma demanda por mais tecnologia destinada a compensar margens de lucro reduzidas, aumentando os volumes ainda mais. Esta é uma lógica própria do capital e como tal destrutiva.

Em seu desenvolvimento na história da humanidade, o capital ultrapassou os obstáculos mais “sagrados”, superou regras morais e idéias seculares impostas pela sociedade, pela Igreja e pelas tradições, abriu caminhos para a busca de riqueza pela riqueza, passando por cima de tudo que limitasse essa busca, sendo por isso “considerado, por muito tempo, a forma mais “antinatural” de controlar a produção de riquezas “(MÉSZÁROS, 2002, p.100)”.

Na verdade, os obstáculos externos jamais detiveram o impulso ilimitado do capital; a natureza e os seres humanos só poderiam ser considerados fatores de produção externos em termos da lógica autoexpansionista do capital. Devido a sua própria natureza auto-expansionista, no sentido de submeter o trabalho aos seus desígnios com o intuito de apropriar-se da mais-valia, o capital não aceita restrições à sua lógica nem se auto-limita. Nesse sentido, MéSZáros (2002, p.251) afirma que “o capital em si é absolutamente incapaz de se impor limites, não importando as conseqüências, nem mesmo a eliminação total da humanidade”, dessa forma Marx tem o seguinte entendimento sobre o capital,

é o impulso infinito e ilimitado de ultrapassar as barreiras que o limitam. Qualquer limite (*Grenze*) é e tem de ser uma barreira (*Schranke*) para ele. Caso contrário ele deixaria de ser capital – dinheiro que se auto-reproduz. Se tivesse percebido algum limite não como uma barreira, mas se sentisse bem dentro dessa limitação, ele teria renunciado ao valor de troca pelo valor de uso, passando da forma geral de riqueza para um modo tangível e específico desta. (MARX apud MÉSZÁROS, 2002, p.251).

Dentro dessa lógica produtivista do capital a produção aumentou dramaticamente, porém as despesas (com tratores, colheitadeiras/trilhadeiras combinadas, fertilizantes e sementes) também dispararam, enquanto os preços das commodities entram em estagnação ou queda. E mesmo quando buscam mais e mais

modernização, os produtores se tornam menos e menos senhores de seus próprios domínios.

No entanto do outro lado estão aqueles que não conseguem enxergar tanta felicidade e animação. Segundo os pequenos produtores e camponeses a vida só tem piorado depois da chegada do agronegócio,

“sempre houve grande fazendeiros aqui, mas eles nunca foram tão vorazes e ávidos por terra, antes eles nos respeitavam, tínhamos livre acesso a tudo, podíamos coletar a vontade e nossas criações viviam soltas, mas todo mundo tinha paz, não é de hoje que tem gente rica aqui, mas tem fazendas de soja que se passarmos por dentro dela, vamos levar bala”.

Neste espaço mais competitivo os pequenos tem dificuldade de produzir, os insumos estão bem mais caros, a boa produtividade na agricultura tem levado os preços para baixo dos alimentos, então ganha quem tem condições de ser produtivo. De acordo com os pequenos produtores, as vezes o preço do arroz e do milho está tão barato que não compensa colher a roça, o preço com as diárias seriam altos do que o valor conseguido com a comercialização destes produtos. Isto soma-se ao fato de que as coisas nas cidades estão bem mais caras com a chegada do complexo agrícola. Por fim, constatamos estar lidando com dois mundos, por enquanto com perspectivas bem diferentes. O grande produtor parece que nunca teve motivo para ser tão feliz, enquanto os camponeses parece nunca ter tido tanto motivo para não querer olhar para frente.

Acreditamos que um dos poucos motivos que este camponês tem para ficar levemente mais sossegado é que segundo um produtor de soja de Brejo, não há mais como expandir o cultivo de soja na microrregião de chapadinha, as áreas onde a soja pode ser cultivada já está quase toda tomada, sobra apenas os morros e os carrascos, onde o cultivo é inviável.

Figura 13. Cultivo de soja em área plana no município de Anapurus.



No percurso a esses dois mundos realizamos entrevistas com algumas lideranças locais, e com gente simples não pertencentes a movimentos sociais que falaram da suas visões de luta, suas estratégias de resistência diante do avanço do monocultivo e sobre o modo de vida da maioria que reside na região. Pudemos captar através desses relatos, as contradições que atravessam a própria resistências camponesa camponeses. A grande maioria afirma que os movimentos sociais como um todo, têm sofrido sucessivas derrotas, e convivem a cada dia que passa com um ambiente mais hostil e difícil de ser enfrentado.

Na visão dessas pessoas a proporção de forças em jogo chega ser desleal, desumano,

“eles (os gaúchos) são instruídos, tem muito dinheiro, são muito espertos, e tem acesso direto a políticos, nós somos maioria, mas não temos instrução nenhuma, a maioria da população envolvida nesses conflitos sequer sabem ler ou escrever, eles sempre conseguem enrolar o povo”,

É a descrição da situação feita pelo presidente da Associação Ambiental para a Proteção do Rio Buriti e Afluentes. Segundo o presidente da Associação os

movimentos tem sim conseguido algumas vitórias, mas são pontuais, no contexto geral da situação. Não muda muita coisa, até por que precisa de muita articulação para conseguir manter esses avanços,

“luto por que esta é a minha vida, sempre fui militante, desde os tempos de PT e Igreja Católica, tive que abandonar os dois, para não abandonar minha ideologia, não tenho nada, como você pode aqui, nem quero ter, só manter minha dignidade, hoje o PT virou isso aí, e a Igreja de hoje só quer louvar, vou lutar sempre, mas a cada dia que passa a situação fica mais difícil de ser transformada, se nossos inimigos fossem apenas os gaúchos tudo estava mais fácil, mas nosso inimigo é o Estado, é a Mídia, aí a situação fica mais complicada meu filho (risos)”.

Verificamos diante dos relatos que não só as lideranças, mas também gente comuns do campo e da cidade acreditam veemente na ideia de que as políticas públicas do Estado, do governo federal, e da prefeitura reforçam o povo a ficar mais pobre e dependente, a dependerem cada vez mais dos prefeitos – não da prefeitura - dos gaúchos, e estes sabem aproveitar muito bem isso.

Segundo o relato de uma lavradora do povoado de Currais – em São Bernardo, não são apenas os políticos da região que dão “sacolinha”, todas as pessoas que tem dinheiro adotam essa pratica de adestramento, inclusive os grandes produtores. Muitos dos camponeses com os quais interagimos viam os grandes proprietários de terra, as empresas rurais e o Estado como uma única força organizada para destruir as ações e as organizações dos trabalhadores. Isto é com estratégias bem elaboradas para minar suas resistências. Naturalmente, nesta região os números declinantes de pequenos produtores não significa uma redução da importância do setor agrícola. O mundo ainda precisa comer (são 80 milhões mais de bocas para alimentar a cada ano), portanto número menor de produtores significa maiores propriedades e maior concentração de posse. Apesar de uma queda vertiginosa no número de pessoas empregadas na agricultura no Nordeste, bem como no Brasil e resto do mundo, metade da população mundial ainda retira seu sustento da terra. No Maranhão, a agricultura representa, em média, metade da atividade econômica total.

Em relação de como era a vida antes e agora com a chegada de grandes empresas, ouvimos relatos tanto de pessoas da cidade como de camponeses de que os

municípios já produziram mais, o povo já foi mais farto, apesar de pobres, não faltava comida em casa.

“Antes coletávamos muito, os animais da gente eram criados soltos, comiam o pasto natural, o que era cercado eram as roças, hoje por conta da soja, fica mais difícil ter criações, por que teríamos de investir em pasto, por que essas terras não são muito férteis, os gaúchos plantam de tudo por que eles têm jeito fácil de conseguir adubo”.

A pecuária extensiva e o extrativismo vegetal era uma importante fonte de subsistência para a agricultura camponesa.

Figura 14. O pequi (esquerda) e o bacuri estão entre os frutos mais importantes para o extrativismo no cerrado Leste Maranhense.



Fonte: Associação Brasileira de Fritucultura, (2012).

Cabe sublinhar que o desmatamento que tem ocorrido nas chapadas é algo surreal, o Fórum de Defesa do Baixo Parnaíba Maranhense, que congrega entidades ambientais e sociais da região, estima que, nos últimos cinco anos, este avanço foi responsável pelo desmatamento de cerca de 25% da mata nativa de uma área de 350 mil hectares que congrega 16 municípios. Os camponeses relatam não ter dúvida de que o desmatamento tem sido culpa dos grandes produtores - o desmatamento é feito com uma corrente de 50 metros de comprimento puxada por dois tratores que vão derrubando tudo o que houver pela frente. O recurso, denominado de "correntão", liquida rapidamente enormes áreas de cobertura florestal, em áreas a serem preparadas para a agricultura.

Figura 15. Correntão, prática comum para o desmatamento de áreas do cerrado.



Os grandes produtores porem se esquivam, afirmam que não desmatam, ou que desmatam muito pouco, segundo eles o grande responsável pelo desmatamento na região são os camponeses e pequenos produtores, que fazem a chamada “roça no toco”, que ao atear fogo em suas roças não fazem aceiros para nas beiradas das roças para o fogo não se espalhar para outras áreas, dessa forma é muito o fogo sair para além dos limites das roças e provocando grande danos nas regiões de florestas. Pois como se sabe, antes, muitos conhecimentos eram passados de geração para geração, mantendo uma tradição de respeito aos mais velhos, fonte de saber. Aos mestres mais velhos cabia também a tarefa de repassar os ritos, cantos e danças dos festejos para os mais jovens, para que assumissem a responsabilidade como uma devoção para o resto da vida, e que se comprometessem a dar continuidade às festas, ano após ano. Dessa forma, mantinham viva suas tradições.

Figura 16. Área desmatada para o plantio de soja na Microrregião de Chapadinha.



O discurso e o ideário tecnocrático empresarial, na contramão dos direitos culturais dessa minoria, sequer reconhece os direitos, mitos, crenças e saberes dessa população. As comunidades eram constituídas por um número considerável de famílias, conforme o lugar e a época. A princípio, ninguém tinha o título de propriedade e o uso do território era comum, sem limites estabelecidos, a não ser aqueles que eles mesmos demarcavam para diferenciar uma residência da outra. As estradas foram sendo abertas por eles próprios para facilitar o acesso às outras comunidades e, também, com os grandes centros, onde vendiam seus produtos e compravam suplementos alimentares. A chegada violenta das empresas monocultoras isola as comunidades negras rurais, expulsa a população para as periferias urbanas, promove intensa fragmentação familiar, destrói o material usado para o artesanato, envenena a pesca, afugenta a caça, esvazia os festejos, transfigura os costumes e religiões. O direito à cultura foi e continua sendo violado.

São justamente os camponeses dessas áreas – arrendadas e de posse – que são os mais afetados pela expansão da sojicultura, da lavoura da cana-de-açúcar e dos monocultivos florestais na região, uma vez que sem o documento de comprovação da propriedade da terra (no caso dos posseiros) ou na condição de agregados ou rendeiros (no caso das terras arrendadas), eles tornam-se o elo mais frágil do processo de concentração fundiária em curso na região. Muitas comunidades tem se esvaziado, apenas os mais velhos relutam sair, os mais novos vão procurar outras formas de vidas nas cidades grandes.

As cidades desta microrregião tiveram um aumento considerável de habitantes. Há no perfil destes habitantes há algo em comum, não sabem fazer nada, não têm uma profissão específica, são desocupados. A população local esta bem mais pobre, mas é antes de tudo um povo que vive na cidade, era camponês, e agora não sabe fazer nada, vive geralmente de favores. A venda do voto, ou a garantia do voto por parte dos dois cria uma ligação complexa. Como o comum dessas pessoas é não sabe fazer nada, então todo mundo precisa de ajuda, não sabem como construir algo novo, até certo ponto, a maioria não sabe o que está acontecendo, a política virou uma molecagem no linguajar comum.

Um ex - candidato a prefeito e empresário da região, falando sobre a pratica histórica da “sacolinha” nos disse que:

as pessoas pedem diariamente desde sabonetes, uma caçamba de areia, algumas pessoas chegam a ameaçar

que se não for atendida vai ao adversário político fazer o mesmo pedido, podemos incluir aqui qualquer tipo de necessidade individual imaginável: um óculo, uma cirurgia, uma cesta básica, um carro-de-mão, uma aposentadoria, etc.

Em diálogo com outro empresário, este nos afirma acreditar que esta região é um terreno fértil para as oligarquias -

por que as pessoas são muito pobres, e geralmente precisa de tudo, então qualquer pessoa, de qualquer lugar, que tenha dinheiro suficiente para doar sacolinhas para as comunidades, pode ser um oligarca, inclusive, muitos oligarcas não são originários da região.

Podemos enfim, observar que um grande contingente da população urbana da região, são pessoas comuns que vivem de favor em troca do voto (e alimentam esta pratica principalmente nos períodos eleitorais) Muitos gaúchos que sequer tem pretensão política fazem uso da sacolinha para apaziguar a situação com as comunidades.

De acordo com agrônomo Junior Esperança, proprietário em São bernardo, o avanço da fronteira agrícola da soja para latitudes mais baixas, atingindo a região do Médio e Baixo Parnaíba, ameaça o repositório genético natural do bacuri. Grandes áreas de cerrados e matas ricas em bacuri e outras frutas silvestres, estão cedendo lugar a extensas lavouras de soja, como pode ser observado em Santa Quitéria e Chapadinha. Segundo ele, é importante evitar as operações de preparo do solo que aceleram as perdas da matéria orgânica por exposição aos rigores da insolação equatorial. O mesmo não acredita em expansão da area com soja, e faz referência aos já citado relevo acidentado e solos drenados como fatores limitante, acrescenta no entanto, que a cultura do eucalipto pode continuar em expansão, tanto na microrregião de Chapadinha como nos municípios vizinhos, visto que questão dos solos arenosos com pouco teor de argila (características da maioria so municípios do leste segundo ele), que são solos com pouca capacidade de reter agua da chuva, não se constitui um impercilho, sendo que o eucalipto vai buscar agua em horizontes bem profundos do solo.

Insistimos que trata-se de uma realidade que só pode ser analisada no conjunto do mercado agrícola mundial. Temos dificuldade de entender o se passa nesta região, porem se procurarmos verificar como esta região se encaixa no circuito mundial de produção agrícola, observamos que aqui o arcaico serve de base para o novo (Oliveira, 1977). O que parece ser típico no Leste Maranhense, é que aqui o lucro de corporações como Monsanto, Bunge, Cargil, ADM, Basf, Bayer, Sygenta, Novartis, Nestlé e Danone, que controlam praticamente toda a produção agrícola, de agrotóxicos, de sementes transgênicas e o comércio agrícola de exportação, enfim toda gama de

tecnologia usada na reprodução da agricultura, precisa da prática da “sacolinha” para se reproduzir. Existe um sistema político bem estruturado por trás da produção de commodities.

Na análise Gorender, existe uma participação política do Estado em benefício dessas empresas transnacionais. É, pois, “[...] uma política conjugada com interesse da indústria de equipamentos e de insumos agrícolas e com indústria transformadora das matérias-primas agrícolas, setores nos quais predominam amplamente as grandes multinacionais imperialistas. [...]”. (2002, p.37).

Concordamos com Oliveira (2003) que o agronegócio é a equívoco que pode ser sintetizado, simultaneamente, nos termos: “Barbárie e Modernidade”, Significa dizer que esse padrão agrário-agrícola nacional apresenta uma roupagem moderna de alta produtividade (que em se tratando de alimentos é mentira, pois quem mais produz é a pequena propriedade), com tecnologia avançada, produção de commodities, etc. Por outro lado, esconde, ideologicamente, suas raízes intrinsecamente ligadas ao modelo latifundiário colonial nacional de plantations e, logo, a sua exclusão social e degradação ambiental como continuidade. Daí a expressão “moderno-colonial” utilizada por Porto-Gonçalves para explicar as relações capitalistas ditas modernas nos países subdesenvolvidos. Como nas tradicionais “plantations” coloniais, o agronegócio baseia – se, ainda, na tríade: latifúndio, monocultura e exportação. Muda-se apenas a forma de exploração de trabalho, de escravo para assalariado, todavia, em muitos casos, este trabalho é, também, análogo ao escravo. O colonialismo continua, disfarçado numa nova roupagem.

O processo de construção da imagem do agronegócio oculta seu caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Todavia, a questão estrutural permanece. Do trabalho escravo à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta. [...]. (Fernandes, 2009, p. 38).

O discurso ideológico de produtividade e modernidade do agronegócio no Maranhão visa esconder a verdadeira essência estrutural que fundamenta a sua existência: a concentração de terra e renda e a exploração do ser humano e da natureza, exploração esta que chega ao limite do retorno ao tempo colonial com a ocorrência, muitas vezes, de trabalho análogo ao escravo. O que tivemos de mudança pode ser

considerado apenas como sendo uma diminuição da importância do capital rentista, característico dos países subdesenvolvidos. Dessa forma, independente do termo que podemos denominá-la: agricultura capitalista, agricultura patronal, agricultura empresarial, monocultivo ou agronegócio, o que está na sua raiz, na sua essência, é a lógica destrutiva do capital, que deixa um rastro de miséria e violência por onde passa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutimos que o Brasil atualmente tem sido projetado para o mundo como um grande fornecedor de energia barata (matéria prima) pra o mundo (principalmente países do centro), por este motivo o maranhão tem sido palco de uma nova rodada de implantação grandes projetos monocultores. Neste cenário o Leste Maranhense se apresenta como uma nova fronteira agrícola consolidada, observamos que esse avanço não se faz sobre terras livres, desocupadas, muito pelo contrário, a incorporação de novas áreas para a produção de soja faz-se à custa da expropriação direta ou indireta de terras da agricultura familiar e de populações designadas como tradicionais.

Destacamos também que a região sudoeste do Estado (Açailândia, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Itinga, etc.) já solidificada com a pecuária e grandes florestas de eucalipto agora tem vivenciado a inauguração de atividades sojícolas, com forte presença de *tradings* como Arista³³, dando a entender que pré-amazonia Maranhense esta entrando no circuito de produção de commodities agrícolas. De acordo o fiscal estadual agropecuário, Josué Mendes Neto, foram fiscalizadas, até o momento, 11 propriedades nos municípios de Açailândia e Itinga com plantios de soja, em uma área de plantio estimada em 8.000 hectares. Foi constatado nessas fiscalizações que a maioria dos produtores na verdade são pecuaristas e estão apostando nesta nova atividade em virtude do potencial do solo e clima da região e da proximidade de municípios do Pará como, Dom Eliseu e Ulianópolis, que já possuem tradição no cultivo de grãos e grandes armazéns. Nesta região sudoeste existem várias comunidades assentadas, que, no entanto não possuem qualquer documento que comprove a utilização do imóvel, ação nunca realizada pelo INCRA. Então, considerando o histórico das atividades

³³ Multinacional japonesa do segmento de defensivos agrícolas, que na região sudoeste trabalha com parceria com os produtores, gerenciando, financiando e comprando toda a produção da soja, lucrando com a venda de insumos e de quebra com desvalorização da soja.

monocultura sojícola no Maranhão de incorporar áreas da agricultura familiar através da usurpação de suas terras, essas comunidades correm grande risco de expropriação.

Mas tanto no Brasil como no maranhão, o Cerrado é a principal região brasileira produtora de grãos, apresentando os maiores índices de produtividade em diversas culturas como soja, algodão herbáceo, milho e cana-de-açúcar, etc. Contudo, devemos destacar que a eficiência produtiva contrasta com os crescentes problemas agrícolas e agrários. Os primeiros estão relacionados principalmente à regulação externa da produção, isto é, à falta de autonomia dos produtores com relação aos preços, a logística, ao crédito e a comercialização, isso por si só já seria um grande problema numa perspectiva de desenvolvimento deste Estado, mas não é só isto, tem uma questão ainda mais importante, que envolve muito mais pessoas e destinos, que é a questão agrária, esta relaciona-se à crescente concentração fundiária, que exclui os pequenos produtores e aumenta as desigualdades tanto no campo quanto nas cidades. Na verdade, as duas questões são indissociáveis, pois decorrem do predomínio da lógica de produção de *commodities* (CASTILLO, 2008), isto é, da submissão dos lugares da produção agrícola moderna a uma regulação externa, que condiciona as técnicas de manejo, os insumos utilizados, a logística, a disponibilidade de crédito e os preços, ficando para as populações locais apenas os impactos negativos desta produção.

Como já colocamos, além das elites rurais locais, os verdadeiros grandes beneficiados dessa lógica são as grandes empresas mundiais, denominadas *tradings*, que controlam a logística, a comercialização e parte substancial do financiamento agrícola; e os especuladores financeiros, que lucram com a compra e a venda de títulos no mercado futuro de *commodities* agrícolas, os países do centro que tem uma boa fonte de investimento para seus capitais, e o grande perdedor é o bem-estar social das populações dessas regiões produtoras.

Um significado especial que as *commodities* agrícolas têm é a água, termo conhecido como água virtual. A água virtual é a quantidade de água necessária para a produção das *commodities* que enviamos para exportação. No Oriente Médio, ou em outros países em crise de abastecimento, como não há água para a produção agrícola extensa a alternativa é importar alimento de outros países. Quando se está importando alimento, também se importa a água que este país investiu e que o outro deixou de gastar. O que se defende na nossa linha de raciocínio é que, quando exportamos *commodities* tradicionais (soja, milho, boi, etc.), a água e o passivo ambiental, bem como os conflitos dessa exploração agrícola não são considerados, não é paga nem a

água, nem a energia ou o solo gasto para a produção daquela monocultura extensiva. A comoditização convencional, no modelo que temos no Brasil há 513 anos, é altamente consumidora de energia, de solo, de água e biodiversidade, e esse custo não está agregado ao preço da commodity. Quanto a liberalização dos mercados e, especialmente, as operações globais dos impérios alimentares, provocaram elevados níveis de turbulência, que agora caracterizam não só o mercado global sentido estrito, como também a articulação dos muitos mercados alimentares nacionais e regionais que conectam materialmente a produção com o consumo de alimentos. Quando analisamos a evolução da área plantada com soja no município de Buriti – MA, por exemplo, verificamos que apenas em um intervalo de cinco anos, 2003-2008, a área cultivada aumentou de 400 para 16.100 ha, ou seja, um extraordinário aumento de algo em torno de 4000% em apenas 5 anos, é de se imaginar o que isso deve ter acarretado de mudanças na configuração socioeconômica deste espaço. Mas de onde veio esta demanda? e a quem ela favorece? O start vem das bolsas de valores (Chicago, Londres, Frankfurt), e favorece apenas as elites rurais locais, os especuladores e aos países do centro. A mundialização da produção tornou o “mundo” um parceiro inconstante e pouco confiável dos produtores e consumidores (CASTILLO; FREDERICO, 2010), que se defrontam, segundo Santos (2000), com um mercado longínquo, de certa maneira abstrato, uma concorrência invisível e preços internacionais sobre os quais não há nenhum controle local.

Este processo faz parte da reestruturação de mercados sob a égide do projeto neoliberal que se tornou dominante a partir da metade da década de 1990. Nesse sentido, o Acordo Agrícola da Organização Mundial do Comércio é um marco importante (WEIS, 2007). Embora apenas 15% da produção agrícola mundial cruzem fronteiras (tornando-se, portanto, parte de um mercado de fato global), os 85% restantes (que circulam em mercados nacionais, regionais e/ou locais) agora são alinhados pelos níveis de preços, tendências e relações que governam o mercado global. A diferenciação previamente existente de mercados interconectados, local ou regionalmente centrados, que em certo nível refletia a especificidade dos preços relativos dos fatores em termos local ou regional, está sendo reestruturada em um mercado global cada vez mais caracterizado por um mesmo conjunto de níveis e índices de preços.

Insistimos no fato de que a produção de commodities agrícolas tem reduzido efeito multiplicador sobre o restante da economia Maranhense (e brasileira no geral) e de baixo valor agregado, impõem ainda obstáculos a uma estratégia de crescimento

sustentado no longo prazo, sobretudo se a distribuição da produção estiver se concentrando. Para um Estado que necessita ampliar suas condições de competitividade externa, essas características devem ser vistas como, no mínimo, preocupantes em uma estratégia consistente de desenvolvimento industrial e econômico, tornando-o uma colônia dentro de uma colônia, ou, seja, reafirmando seu papel de periferia dentro de uma periferia. Não por menos o quadro geral que o IPEA (2012) passa é que o Brasil está sendo um fornecedor de commodities do mercado global. Assim, o país arca com os passivos ambientais das atividades de uso intenso dos recursos naturais e ainda gasta para importar bens produzidos com a nossa matéria-prima no exterior.

No que diz respeito aos povos e comunidades tradicionais do cerrado da Microrregião de Chapadinha, destacamos que está em andamento um forte plano de desvalorização destes no imaginário local e brasileiro. O aborto das roças de toco pela pressão monocultora e a falência econômica desse campesinato é utilizada como uma potente bomba atômica de ideologia que pretende conferir superioridade aos gaúchos que supostamente dão mais sentido terra com seus grandes plantios, então essas comunidades se veem fragilizada pelo preconceito dos de fora, que se colocam como os portadores da modernidade. Haveria possíveis benefícios dessa expansão monocultora para a população local? Para Mesquita (2009),

estes empreendimentos podem ser caracterizados como enclaves, voltados para o mercado externo, que não agregam localmente qualquer valor, pois exportam basicamente (mas não exclusivamente) o produto in natura e são isentos de qualquer imposto. Ou seja, o complexo da soja contribui em sentido negativo para alterar o cenário de exclusão e desigualdade dominante no Maranhão. Na prática, competem por fatores como crédito e terra que, em potencial, seriam alocados em atividades mais articuladas com a dinâmica econômica local e geradora de efeitos multiplicadores positivos, distintamente da lógica de funcionamento do agronegócio.

Logicamente, não é essa a matriz de pensamento dominante nos setores ruralistas, cujo centro de interesse não é nem a ecologia, nem as comunidades tradicionais do Cerrado, nem medidas para democratizar a terra no âmbito do bioma, tudo não ultrapassa a ideia de exploração e lucro, quando olhamos para o nicho de política pública para o agronegócio - os órgãos ligados a agricultura, sempre dirigido por alguém vinculado aos ruralistas. Mas não é só isso, atentamos também ao fato de que grande parte dos pesquisadores da Embrapa (e outros órgão de pesquisa) e das universidades que desenvolvem pesquisas para viabilizar o avanço das monoculturas para as chapadas dos Cerrados brasileiros e Maranhense são orientados pela ideologia desenvolvimentista dominante, com poucas condições de considerar o saber tradicional

local. Todo esse processo se dá com a rápida internacionalização do território, com a rápida compra de terras por estrangeiros, seja via investimentos diretos, seja via empresas, juridicamente brasileiras, mas com controle de capitais internacionais em diversos formatos.

Dessa forma afirmamos que no maranhão o problema dessas comunidades do Cerrado tem um fundo que é político e também conceitual, e diz respeito ao esvaziamento da idéia-força da sustentabilidade no termo desenvolvimento sustentável. Em vez de debatermos a transição para sociedades sustentáveis, continuamos centrados na insustentável crença do crescimento econômico infinito e colocamos o adjetivo sustentável para legitimar o mesmo desenvolvimentismo de sempre, importado dos países do centro do sistema-mundo e idealizado para manter essas relações de poder (ESCOBAR, 1996; MIGNOLO, 2003).

Como é argumentado na análise de Mazzetto sobre o avanço da monocultura no Cerrado (2006), onde a questão/crise ambiental se insere no contexto da frustração na realização dos mitos e as promessas da modernidade ou da moderno-colonialidade (Mignolo, 2003), e seus braços operacionais: (a) a tecnociência moderna de caráter antropocêntrico e instrumental que inventa e manipula a natureza-objeto; (b) o modo de produção industrial-capitalista gerador de entropia (desordem ambiental), esgotador de recursos e que reduz a natureza à dimensão da mercadoria (ALTVATER, 1995); (c) e a ideologia do desenvolvimento que consolida uma visão hierárquica, uniformizadora, dependente e etnocêntrica sobre o destino dos povos e, em especial, dos países chamados “subdesenvolvidos” (ESCOBAR, 1996, SACHS, 2000, PORTO-GONÇALVES, 2002).

Por isso, observamos que no centro dessa crise estão os conflitos em torno de modos antagônicos de apropriação da natureza que se chocam no território, privilegiando o modo dominante da homogeneização industrial das paisagens, em detrimento das formas de uso de caráter local/tradicional, constituindo as injustiças ambientais e forjando o que tem sido chamado de tensão entre territorialidades (MAZZETTO, 2005 e PORTO-GONÇALVES, 2002). Essa tensão, por sua vez, vai gerar o ecologismo de sobrevivência (MARTÍNEZ-ALIER, 1998) das populações atingidas pelas iniciativas e empreendimentos predatórios e expropriadores.

Verificamos que as resistências locais são intensas e variadas, apesar da pouca visibilidade pública que é conferida aos povos do Cerrado. Há muito se ensaiam diversas experiências e iniciativas de populações locais que procuram tratar a região de

forma antagônica ao modo como o agronegócio moderno a trata: respeitando sua dinâmica ecológica, valorizando sua biodiversidade, em vez de erradicá-la, agregando valor a esses produtos e organizando o processo produtivo e de relação com o mercado. São iniciativas que se baseiam na sustentabilidade, na solidariedade, na autonomia e na emancipação social.

Quanto à evolução de modernas tecnologias na agricultura ressaltamos que a questão chave em torno deste debate é a presença dos fatores naturais como parte constitutiva do sistema de produção; assim, ao contrário do que se esperava, não foi a agricultura que se adaptou à indústria, mas, a indústria que se adaptou à agricultura, tendo a natureza como mediador desta relação. Nas palavras de Goodman et al (1990: 162) “os limites impostos pela natureza ainda impedem efetivamente a organização industrial direta e unificada do processo de produção rural. Os equipamentos extremamente complexos necessário para substituir até o mais simples trabalho, a descontinuidade do seu uso devido ao caráter sazonal da produção e os riscos de condições climáticas adversas são, todos, testemunhas sobre o modo pelo qual a indústria está se adaptando à natureza, ao invés de subordiná-la”.

Os conflitos gerados por este modelo contemporâneo de produção capitalista da agricultura no cerrado do Maranhão nos coloca a necessidade de discutir os tempos para que possamos debater seriamente a questão das territorialidades, que finalmente é a questão das relações que os homens e mulheres socialmente estabelecem entre si e com a natureza num espaço-tempo determinado que, cada vez mais, implica a imbricação de diversas escalas. Afinal, é no espaço concreto que cada ser, com sua temporalidade, não só está como é. Seria interessante considerar aqui não só as atividades primeiras da relação da sociedade com a natureza – a agricultura, a pecuária e os extrativismos vegetal (coleta), animal (caça e pesca) e mineral -, mas também as atividades que lhes seguem, segundas, (indústria e serviços) impossíveis ecologicamente de se desenvolverem sem as atividades primeiras que lhes fornecem a matéria primeira - matéria prima (Porto-Gonçaves, 2002).

Por esta ótica de reflexão quanto mais as atividades segundas se ampliem e quanto mais concentrada e desigualmente distribuídas espacialmente sejam as demandas, mais exigem que as atividades primeiras a elas se subordinem e, com isso, estabelecem aquilo que A. Giddens (1991) chamou de desencaixe, que melhor seria chamar de des-envolvimento, implicando uma geografia do mundo moderno (e, sabemos, colonial) que tenha povos e lugares primeiros a que se impõe viver em função

dos povos e lugares segundos, posto que estes não vivem a não ser pelo desenvolvimento dos primeiros, na medida que têm que garantir que a matéria-energia necessária venha desses outros lugares. O atual desencaixe, ou des-envolvimento, entre os lugares que detém a tecnologia e os lugares que detém a diversidade biológica e cultural, atualiza o histórico e desigual padrão de poder moderno-colonial que está na base das tensões de territorialidades que se aguçam nesse período de globalização neoliberal.

REFERENCIAS

ALTVATER, ELMAR. 1995. O Preço da Riqueza. São Paulo, Ed. Unesp.

AMIN, S. VERGOPOULOS, K. A Questão Agrária e o Capitalismo. Trad. Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.

AMIN, Samir. 2003. «O Capitalismo e a Nova Questão Agrária». Fórum do Terceiro Mundo–Senegal.

ANDRÉA, LASCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice (orgs.). A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Editora Autêntica, p. 11 a 24.

ARON, Raymond. (1991), "Classe social, classe política, classe dirigente", in _____, Estudos Sociológicos, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

ARCANGELIS, Alberto (1987). “O mito da terra: uma análise da colonização da pré Amazônia maranhense”. Ciências Sociais

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA DIFUSÃO DE ADUBOS – ANDA. Estatísticas, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.anda.org.br/estatisticas.aspx>. Acesso em: 28 de dez. de 2012.

BACELAR, T. Dinâmica Regional Brasileira nos anos noventa: rumo à desintegração competitiva? In: CASTRO, I. E. (Orgs) Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: FAPERJ, 2000.

BANAJI, J. 1977: Modes of production in a materialist conception of history. Capital and Class, 3, Outono.

BARROS, G. S. de C. Agronegócio brasileiro: perspectivas, desafios e uma agenda para seu desenvolvimento.

BIRNBAUM, Pierre. (1994), Les sommets de l'État: essai sur l'élite du pouvoir em France. Paris, Seuil.

BRASIL/BNDES. BNDES aprova financiamento de R\$ 1,7 bilhão para a Klabin. <http://www.bndes.gov.br/noticias>. 08/08/2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Mapas de Cobertura Vegetal dos Biomas Brasileiros. Brasília: MMA, 2006.

BRAUNHOLTZ, J. T 1981: Crop protection: the evolution of a chemical industry. In D. H. Sharp and T F. West (eds.), *The Chemical Industry*, Chichester. Ellis Horwood Ltd.

BUTTEL, F.H. Transiciones agroecológicas en el siglo XX: análisis preliminar. *Agricultura y Sociedad*, nº 74, Jan./mar, 1995.

CANUTO, A. Para cada emprego gerado, 11 bagricultores expulsos. *Pastoral da Terra*. Ano XXIII, n. 176, Comissão pastoral da Terra: Goiânia, julho/setembro 2004.

CARNEIRO, M. D. S.; VIEIRA, A. S.; BARROSO, A. S.; SILVA JUNIOR, A. F. (2008). A expansão e os impactos da soja no Maranhão. In: SCHLESINGER, Sérgio;

CARCANHOLO, Marcelo D. (2010b) Inserção Externa e Vulnerabilidade da Economia Brasileira no Governo Lula. Em: Magalhães, J. P. de A. (Org.) *Os Anos Lula: contribuições críticas para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro, Garamond.

CARCANHOLO, Reinaldo & SABADINI, Mauricio. Capital Ficticio y Ganancias Ficticias. *Revista Herramienta*, nº37, Buenos Aires, Março/2008.

CASTILLO, R. “Sustentabilidade, globalização e desenvolvimento”. In: M. P. de Oliveira et al. (Orgs.). *O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas*. Rio de Janeiro: Anpege / Clacso / Faperj / Lamparina.

CIDA. *Bodennutzung und Betriebsführung in einer Latifundio-landwirtschaft*. In: FEDER, E. *Gewalt und Ausbeutung, Lateinamerikas Landwirtschaft*. Hamburgo: Hofmann und Campe Verlag, 1973.

CHESNAIS, François (2002) A Teoria do regime de acumulação financeirizado: Conteúdo, alcance e interrogação. *Economia e Sociedade*, Vol.11 nº1.

_____ (2005) *A Finança Mundializada*. São Paulo: Boitempo.

DÁVALOS, Pablo. 2005. «Movimiento indígena ecuatoriano: construcción política y epistémico», en Daniel Mato (comp.), *Cultura, política y sociedad. Perspectivas latinoamericanas*. 337-357. Buenos Aires: CLACSO.

DELGADO, G. N. Política econômica, ajuste externo e agricultura In: PEREIRA, L. (Org) *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2001.

DELGADO, Guilherme. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DÍAZ-POLANCO, Héctor. 2004. *El Canon Snorri*. UACM, México – D.F.

EHLERS, E. Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma. 2ª ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.

ELIAS, Denise. Globalização e Agricultura. São Paulo: EDUSP, 2003.

ELIAS, D. “O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional”. In: MARAFON, G. J. et alii (Org.). Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2007.

ESCOBAR, Arturo (1996). La invención del Tercer Mundo: construcción e deconstrucción del desarrollo. Bogotá: Grupo Editorial Norma.

EHLERS, E. Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma. 2.ed., Guaíba: Agropecuária, 1999.

FAO/INCRA (2000). Agricultura Familiar no Brasil: uma análise a partir do Censo Agropecuário de 1995/96. Brasília: Projeto de Cooperação INCRA/FAO, jan/2000.

FAURE, E. 1978: Agriculture et Capitalisme. Paris: Anthropos.

FELIX, Ermacora. NOWAK, Manfred. Relatório sobre os aspectos dos Direitos Humanos nos Conflitos de Terra no Estado do Maranhão e na Região do “Bico do Papagaio”- Brasil, 1987.

FERNANDES, B. M. Questão agrária, pesquisa e MST. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

GASPAR, R. B. (2010). O eldorado dos gaúchos: Deslocamento de agricultores do Sul do país e seu estabelecimento no Leste Maranhense. São Luís: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, dissertação de mestrado.

GERMER, Claus (2005) The commodity Nature of Money in Marx’s Theory. In: Moseley (2005) (org.) Marx’s Theory of Money: Modern Appaisails. Palgrave Macmillan.

GIDDENS, Anthony, Modernidade e identidade, 2002. Tradução Plínio Dentzien. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 233 p. Idioma do livro: português. ISBN: 85-7110-669-X.

GONÇALVES NETO, Wennceslau. Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica 1960 –1980. São Paulo: HUCITEC, 1997.

GOODMAN, David et al. Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GOODMAN, David. Agro-food studies in the ‘Age of Ecology’: nature, corporeality, biopolitics. Sociologia Ruralis. v. 39, n.1, p.17-38, 1999.

CASANOVA, Pablo Gonzalez. 2006. As Novas Ciências e as Humanidades – da academia à política. Rio de Janeiro, Boitempo.

- HARNECKER, M. Tornar Possível o Impossível. Paz e Terra: São Paulo. 2000.
- HERREROS, M.M.A.G. et al.. “Atividade especulativa dos fundos de investimentos no mercado futuro de commodities agrícolas”, 2006-2009.Revista de Política Agrícola, ano XIX, nº 1, jan./fev./mar., p. 24-39, 2010.
- HESPANHOL, A. N. A atuação do Estado no processo de desenvolvimento brasileiro. In: MENEGUETTE JUNIOR, M.; ALVES, N. FCT 40 anos, perfil científico-educacional. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 1999.
- HOUTART, François. A agroenergia: solução para o clima ou saída da crise para o capital? Petrópolis: Vozes, 2010.
- HAESBAERT, R. y Carlos Walter Porto-Gonçalves. 2006. A Nova des-ordem mundial. São Paulo, Unesp.
- HOLT-GIMÉNEZ, Eric. 2007. «Os cinco mitos da transição dos agro-Combustíveis». Consultado em 03/08/2007 em <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=28506>.
- HUSSAIN, Athar; TRIBE, Keith. Marxism and the agrarian question: German social democracy and the peasantry 1890 - 1907. London: Macmillan, 1981.
- KAUTSKY, K. 1974: LA CUESTION AGRARIA. PARIS: RUEDO IBERICO
- KOLOW, Doug, 2006. “Biofuels: at what cost? Government Support for Ethanol and Biodiesel in the United States, GSI”, outubro de 2006. Consultado em 04/07/2007 <http://tinyurl.com/2s5mpw>.
- LANDER, Edgardo. 2006. A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais.São Paulo/Buenos Aires, CLACSO.
- LASCHEFSKI, Klemens (2005). O Comércio de Carbono, as Plantações de Eucalipto e a Sustentabilidade das Políticas Públicas – uma análise geográfica. In: ZHOURI, ANDRÉA, LASCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice (orgs.). A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Editora Autêntica, p. 217 a 244.
- LEFF, Enrique (2004). Racionalidad Ambiental: la reapropiación social de la naturaleza. México: Siglo Veintiuno de España Editores.
- LÊNIN, V.I. O Estado e a revolução. São Paulo: HUCITEC, 1983.
- LEFF, E. (2001). Saber Ambiental. Petrópolis: Vozes.
- LIMA, M. Mesmo após calote, governo renegocia redução da dívida de ruralistas. Brasil de fato, 03/09 abril 2008. n. 266, ano 6. p. 7.
- MAZZALI, L. O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”. São Paulo: Editora UNESP, 175 p., 2000.

MARTINEZ-ALIER, J. *The Environmentalism of the Poor*. Cheltenham: Edward Elgar, 2002.

MARTÍNEZ ALIER, Joan (1998). *Da Economia Ecológica ao Ecologismo Popular*. Blumenau: Ed. da FURB.

MARTINEZ-ALIER. *Da economia Ecológica ao Ecologismo Popular: Política Econômicae Política Ecológica* RBCS, 1992.

MARTINS, J. S. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. 4 ed., Petrópolis: Vozes. 1990.

MARX, K. (1978). *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo, Abril Cultural. (Col. Os Pensadores).

MARX, K. (1983). *O Capital, Vol. I*. São Paulo, Abril Cultural (Col. Os Economistas).

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política, Livro I, Volume 1*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2006.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política, Livro III, Volumes 4 e 5*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2006.

MARX, K. *Renda da Terra*. In: *Manuscritos econômicos e filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MARX, Karl. (1977). *O capital. Volume I*. Nova York: Vintage.

MARX, Karl. (1973). *Grundrisse*. Londres: Penguin.

MARX, Karl (1988). *O Capital: crítica da economia política*. 5 volumes, terceira edição, São Paulo: Nova Cultural.

MANN, Susan A., DICKINSON, James M. *Obstáculos ao desenvolvimento da agricultura capitalista*. *Literatura Econômica*. Rio de Janeiro: IPEA, v. 9, n. 1, p. 7-26, fev. 1987.

MANN, S. A. e Dickinson, J. M. 1978: *Obstacles to the development of a capitalist agriculture*. *The journal of Peasant Studies*, 5 (4).

MAZOYER, M. (2003). *Defendiendo al campesinado en un contexto de globalización*. Roma: FAO.

MAZZETTO SILVA. Carlos E (2006a). *Os Cerrados e a Sustentabilidade: territorialidades em tensão*. Tese de doutoramento defendida na Geografia/UFF em março de 2006.

MESQUITA, B.A. de. *Conflitos territoriais na Amazônia na “Era do Capital” (53 -84)* In: SHIRAIISHI NETO, J. et al. (orgs.) *Meio ambiente, território e práticas jurídicas: enredos em conflito*. São Luís, Edufma, 2011.

MESQUITA, Benjamin Alvino de; SILVA, José de Ribamar Sá; PAULA, Ricardo Afonso Zimbrão de. Fatores propulsores da expansão recente da agricultura capitalista no Maranhão. In IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís-MA, 25 a 28 de agosto de 2009.

MÉSZÁROS, Istivan. Para além do capital. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. Campinas, São Paulo: Boitempo, 2002.

MERICO, Luiz Fernando Krieger. Introdução à economia ecológica. Blumenau: Ed. Da FURB, 1996.

MIGNOLO, Walter D. (2003). Histórias Locais / Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

MOLLARD, A. 1978: Paysans Exploites. Grenoble: Presses Universitaires.

MOSCA, Gaetano. (1939), The ruling class: elementi di scienza politica. Nova York, McGraw-Hill.

MOREIRA, R. A Marcha do Capitalismo e a Essência Econômica da Questão Agrária no Brasil. Terra Livre: território e cidadania. Terra Livre, São Paulo, AGB, n. 6. 1989.

MORENO, Camila 2006 «Agroenergia X Soberania Alimentar: a Questão grária do século XXI». Trabalho apresentado no Seminário CPDA 30 anos. Mimeo.

MULS, Nair Costa. Modernização e Industrialização da Agricultura em Direção a uma “Fabrização” do Processo de Trabalho? In: Revista Raízes. UFCG. Ano XVI, n. 15, dez-1997.

MURRAY, R. 1978: Value and theory of rent: part two. Capital and Class, Primavera.

MURRAY, S. N. 1967: The Valley Comes of Age. A History of Agriculture in the Valley of the Red River of the North. Fargo: Dakota do Norte Institute of Regional Studies.

NUNES, Sidemar Presotto; CARNEIRO, Marcelo Sampaio. (Orgs.). A agricultura familiar da soja na região Sul e o monocultivo no Maranhão. Rio de Janeiro: FASE, 1ª. ed., v. 1.

ODUM, E. P. Fundamentos da ecologia. 4ed.Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, 1998.

OLIVEIRA, F. M. C. A Economia da Dependência Imperfeita. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977.

OLIVEIRA, A. U. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. Revista Terra Livre. São Paulo: AGB. Ano 19, v. 21, n. 21, p. 113-156. Jul/dez 2003

PAINCEIRA, Juan Pablo & CARCANHOLO, Marcelo Dias. Crise Alimentar e Financeira: a lógica especulativa atual do capital fictício. Anais do 6º Colóquio Marx e Engels, CEMARX, Unicamp, Campinas, 2009.

PAULA ANDRADE, Maristela de. Maranhão: Anti-reforma agrária, devastação e concentração fundiária. In Seminário Reforma agrária e democracia: a perspectiva das sociedades civis. Rio de Janeiro, maio 1998.

PLOEG, J.D. van der. Camponeses e Impérios Alimentares. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PORTO-GONÇALVES, C.W. (2002). Latifúndios genéticos y existencia indígena. Revista Chiapas. México (DF): UAM e Ed.

PORTO-GONÇALVES, C.W.(1989). Os (des)caminhos do meio ambiente. São Paulo: Contexto.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W (2002). Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, Ana Esther e SADER, Emir (coords.). La Guerra Infinita: hegemonia y terror mundial. Buenos Aires: CLACSO, 37p.

POLANYI, Karl. A Grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000. (Segunda parte: Capítulo 3: Habitação versus progresso).

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. 2006 A Globalização da Natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

POZO, Osmar V. C. (2002). Regimes de Propriedade e Recursos Naturais: a tragédia da privatização dos recursos comuns no norte de Minas Gerais. Rio de Janeiro: UFRRJ, tese de doutorado, mimeo, 248 p.

POULANTZAS, Nicos. (1970), Fascisme et dictature: la Troisième Internationale face au fascisme. Paris, Maspero.

_____. (1975), La crise des dictatures: Portugal, Grèce, Espagne. Paris, Seuil.

_____. (1978), L'Etat, le pouvoir, le socialisme. Paris, PUF.

RAMPAZZO, S. E. A questão ambiental no contexto do desenvolvimento econômico. In: BECKER, D. F. (Org.). Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997. p. 157-188.

SCOLESE, E. Governo concentra crédito da agricultura familiar. Goiânia: www.portal do Agronegócio. SEAGRO. 20 de junho de 2007. Acesso 08 de maio de 2008.

SANTOS, M. Por uma Outra Globalização. 2. ed. São Paulo: Record. 2000.

SANTOS, M. “Circuitos espaciais da produção: um comentário”. In: SOUZA, M. A. A. & SANTOS, M. (orgs.). A construção do espaço. São Paulo: Nobel, 1986.

SANTOS, Boaventura de S. (2005). A Crítica da Razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez.

SCOTT, J.C. Weapons of the Weak: everyday forms of peasant resistance. New Haven, Londres: Yale University Press, 1985.

SORJ, B. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SORJ, B., Pompermayer, M., Coradini, O. L. 1982, *Camponeses e Agroindústria*, Rio de Janeiro: Zahar.

SWAMINATHAN, M. S. 1982: Perspectives in biotechnology research from the point of view of Third World countries. In BOSTID.1984: Rice. Scientific American, 250 (1), Janeiro.

WAGNER, Alfredo & Laís Mourão, Questões Agrárias no Maranhão Contemporâneo, mimeo, São Luís, 1975.

WWF. Relatório Planeta Vivo 2012. Disponível em: <<http://www.wwf.org.br>>. Acessado em 15 mar 2013.

WILKINSON, J. 1985, Estado, Agroindústria e Pequena Produção, São Paulo: Hucitec.

TEWELES, L. W. 1983: Bringing the new plant biotechnologies to the market place. In BIOTECH 83, Northwood, UK: Online Publications Ltd.

TOKAR, Brian. 2006. "Running on Hype. Counterpunch," noviembre de 2006. <http://tinyurl.com/w5swf>.

United States Department of Agriculture 1981: A Time to Choose. Summary Report on the Structure of Agriculture. Washington, DC: USDA.

VERGOPOULOS, K. 1974. La Question paysanne et le Capitalisme. Paris: Anthropos.

VOGELER, I. 1981: The Myth of the Family Farm: Agribusiness Dominance of US Agriculture. Boulder, Col.: Westview Press.